

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2004.** -----

----- **ACTA NÚMERO CINQUENTA E CINCO** -----

----- No dia 27 de Abril de 2004, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelas Excelentíssimas Senhoras Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho e Dona Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, respectivamente Primeira e Segunda Secretárias. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Pimenta Prôa, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Feliciano Marques Martins Cruz David, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria do Céu Cunha Menezes Fazenda, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello

Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Levi Marques Santos, Sérgio Rui Lopes Cintra, João Gordo Martins, Esmeraldo de Oliveira Cruz, Luís Jorge Teixeira Mendes Silva, Rui Manuel Santos Matos Alves, Maria Inês dos Santos Viola, José Domingos Pereira Gonçalves, Domingos Dores Rosa Estanislau, Duarte Facco Vianna Álvares de Calvão, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado da Silva Preto, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, Rui Manuel Lobo Gomes da Silva. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques Santos. -----

----- Eduardo Vieira (PCP), por 2 dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Eduardo Domingos Estanislau. -----

----- José Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes. -----

----- Isabel Castro (PEV), nos dias 20 e 27 de Abril, sendo substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Ferreira Pereira (PPM), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Domingos Pereira Gonçalves. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Magalhães Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, por Duarte Facco Vianna Alvares Calvão. -----

----- Maria Luísa Teixeira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, por Maria Inês dos Santos Viola. -----

----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Teixeira Mendes Silva. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Rodrigo Gonçalves (CDS-PP) relativamente à reunião realizada no dia 13 de Abril de 2004. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião entrando-se, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **A Sra. D. Marta Pintassilgo Sá da Costa**, moradora na Rua Nova de São Mamede, 8 – 1º esqº 1250-173 Lisboa, depois de se congratular com o novo processo de inscrição do público para intervir nas Sessões da Assembleia Municipal, leu a seguinte exposição: -----

----- “As minhas primeiras palavras, são palavras de solidariedade dirigidas às duas mulheres que estão a sofrer uma situação flagrante de injustiça, de discriminação, de homofobia e, a quem está a ser negado o direito à habitação consignado na Constituição da República Portuguesa, a Liliana e a Maria. -----

----- Dirigem-se estas palavras solidárias, também, às mulheres que um dia descobriram que são homossexuais e, que por isso têm que subir uma escadaria longa e difícil mas de cara levantada. -----

----- - Não estão a cometer um crime por serem mulheres -----

----- - Não estão a cometer um crime por serem homossexuais -----

----- - Não estão a cometer um crime por lutarem por uma casa a que têm direito -----

----- - Não estão a cometer um crime porque amam (vejam-se as notícias diárias de violência em Espanha, no Médio Oriente, em África e, por tantos outros cantos do Mundo, essas sim atitudes e actos altamente condenáveis). -----

----- Meus senhores, minhas senhoras, estamos na Europa no séc. XXI, lembrem-se disso. Tratem as pessoas com dignidade, somos todos seres humanos, cidadãos de Portugal. Infelizmente não foi isso a que assisti na última sessão em que se abordou este assunto. Cheguei a ouvir nesta Assembleia as palavras “essas Lilianas” pronunciadas com desprezo. Não tenho dúvidas em afirmar que a Liliana é uma pessoa de coragem, lutadora e que poderá dar lições de frontalidade e de cidadania a muitos dos que aqui presentes as tratam, nos tratam, deste modo. -----

----- Estou certa de que ainda há justiça em Portugal e respeito pelas decisões democraticamente assumidas pelos órgãos de poder autárquico. Senhores Vereadores não fujam mais ao cumprimento de uma decisão que foi justamente tomada por esta Assembleia. -----

----- Respeitem a dignidade e os direitos humanos da Mulher, o direito à Habitação, não façam um braço de ferro, não discriminem sob pena de completo descrédito. -----

----- É tão simples quanto isso.” -----

----- **A Sra. D. Constantina Maria Ferreira Vilelas**, moradora na Rua Dr. António Martins, 8 – 2º dtº 1070-093 Lisboa, disse que a Câmara tinha conhecimento de obras ilegais que foram feitas e que se continuavam a fazer num prédio do qual é condómina, em termos de alteração de fachada e levantamento do telhado, sem que até agora fosse tomada uma posição. -----

----- Disse que já chamou várias vezes a Polícia Municipal, já lá foram também os fiscais da Câmara mas não abriam a porta, também já lá foram vistorias, mas até à data ninguém tomou qualquer posição. -----

----- Referiu que a sua casa estava completamente degradada porque durante quatro anos lhe caiu água por todo o lado, já tinha pedido também a intervenção da Junta de

Freguesia de São Domingos de Benfica, que enviou para lá um processo, mas também nada foi feito. -----

----- Portanto, pedia que a Assembleia tomasse uma posição porque a situação era mesmo degradante. Inclusivamente a inquilina fez o levantamento do telhado e estava a ocupá-lo, quando, como propriedade horizontal, ele era pertença de todos. -----

----- **O Sr. Carlos Manuel Pereira Fontes**, morador na Rua José Lins do Rêgo, 3 – 1º dtº 1700 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “1. Venho felicitar esta digníssima Assembleia pela decisão tomada no dia 13 de Abril, de propor à CML um estudo sobre a reabilitação das zonas livres do interior dos quarteirões do Bairro de Alvaiade, nomeadamente para a construção de parques de estacionamento. -----

----- 2. Há cerca de 7 anos, que de forma sistemática os moradores da zona, e em particular os da rua José Lins do Rêgo, vêm alertando a CML para a crescente degradação destes logradouros, que estão a ser usados para todo o tipo de actividades: -----

----- Oficinas e armazéns clandestinos, tráfico de droga, alojamentos de imigrantes cemitérios de automóveis, pombais, etc. -----

----- 3. Trata-se de vastos espaços públicos, que representam também um evidente perigo para a saúde pública, não apenas pela enorme quantidade de lixeiras que neles existem, mas também pela proliferação de roedores, moscas e mosquitos, etc. Vendo-se em muitos locais caneiros a céu aberto. Em caso de incêndio algumas casas são já de difícil acesso aos bombeiros, tal é a barracaria que as envolve. -----

----- 4. A situação é do conhecimento da CML, dado que em 1999, promoveu dois importantes estudos sobre a zona, um dos quais realizado pelo arquitecto Ribeiro Telles. Ambos recomendavam uma urgente intervenção da CML, nomeadamente para evitarem a continua degradação dos logradouros, dando-lhes uma finalidade mais apropriada ao bem comum. -----

----- 5. A degradação destes espaços foi igualmente constatada por membros de todos o grupos políticos desta Assembleia, quando recentemente se deslocaram à zona, a convite dos seus moradores, a propósito do famigerado parque da Rua José Lins do Rêgo. -----

----- 6. Verdade que constatamos que a CML ignorou de forma sistemática as propostas dos moradores, as fundamentadas recomendações dos estudos de 1999, e esperamos que não ignore também as recomendações desta Assembleia. -----

----- 7. A única forma de tal não acontecer é que os seus dirigentes saibam dialogar e decidir os técnicos da CML não fiquem apenas pelos gabinetes e vão os locais estudar as situações em concreto, e os serviços municipais actuem em conformidade com a sua missão. -----

----- 8. O problema é que a CML, parece frequentemente ter apenas como objectivo destruir o que está bem, mantendo o que está mal. De outra forma não se compreendem certas decisões. Veja-se o caso da R José Lins do Rêgo, onde desde há 7 anos apoia a destruição de um jardim público, para a construção de um parque de estacionamento, pondo deste modo também em risco os edifícios envolventes, para além de incentivar por omissão ao seu lado, a degradação dos citados logradouros. É

preciso dizer que com esta obra não serão resolvidos os problemas de estacionamento na área, antes se contribuirá para os aumentar. -----

----- A nossa esperança enquanto munícipes é que esta Assembleia, em coerência com a decisão do dia 13 de Abril, saiba continuar a lutar por manter e melhorar o que está bem e acabar o que está mal. -----

----- Viva Lisboa!” -----

----- **A Sra. D. Maria Eugénia dos Santos Galvão Rato**, moradora na Travessa da Picheleira, letra B, r/chão, 1900-375 Lisboa, disse que a razão desta sua intervenção era pedir auxílio à Assembleia Municipal porque vive numa casa completamente degradada, com o chão a “engolir-lhe” os móveis, estava proibida pela Protecção Civil de se servir do *polivan* e da sanita, e não tinha a quem recorrer. -----

----- Por isso, pedia que a auxiliassem dando-lhe uma casa em condições. -----

----- **O Senhor Presidente**, devido ao estado emocional em que a munícipe se encontrava, pediu-lhe que entregasse na Mesa os elementos que possuísse para que a Assembleia pudesse accionar os mecanismos no seu relacionamento normal com a Câmara Municipal para tratar do assunto. -----

----- **O Sr. Alcino Almeida Marques**, morador na Rua Norberto Lopes, 18, 1750-206, Lisboa, disse que reside no Alto do Chapeleiro há muitos, quando lhe foi distribuído o lote onde tem a casa foi-lhe dado um prazo de cinco anos para requerer a compra do lote. Requereu dentro desse prazo, e mais tarde, depois de todos comprarem, foi notificado para elaborar a escritura de compra e venda. -----

----- Só que, como tinha feito a escritura de cedência em direito de superfície, disseram-lhe que já não tinha direito a elaborar a escritura. Depois disso requereram novamente à Câmara Municipal mas ainda hoje não sabiam de nada, apesar de já terem passado muito anos. -----

----- Por isso, o que pretendiam era que fossem esclarecidos do que se estava a passar, porque, no seu caso pessoal, estava reformado, queria fazer obras na casa e assim não era possível. Portanto, gostava de poder comprar o lote, assim como muitos moradores, ou então, em alternativa, que arranjassem a que pudesse vender a casa para poder ir para a sua terra. -----

----- Referiu, ainda, que o primeiro processo tinha o n.º 17.908, de 17 de Abril de 1985, depois, em 29 de Dezembro de 1987, foi notificado para fazer a escritura de compra do lote, que era o n.º 88, como já tinha a cedência em direito de superfície não pôde fazê-la e fez então novo requerimento em 30 de Janeiro de 1996, mas ainda não teve resposta. -----

----- **O Sr. Acácio Pires**, morador na Rua Bartolomeu da Costa, 38 – 1º dtº 1170-049 Lisboa, falando em nome da Quercus, leu a seguinte exposição: -----

----- “A Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e as Organizações que conosco constituíram a Plataforma que visa a realização de um Referendo Municipal sobre a construção do Túnel das Amoreiras, sempre pugnaram pela realização de avaliações rigorosas dos aspectos ambientais, hidro-geológicos, segurança e circulação rodoviária que permitissem informar os cidadãos sobre a validade da realização desta obra. -----

----- Vieram a Comissão Europeia e o Tribunal Administrativo de Lisboa dar-nos, no que é fundamental, razão. -----

----- Esperamos, na sequência dos últimos acontecimentos, que a Câmara Municipal de Lisboa adopte uma postura sensata e esclarecida suspendendo de imediato, as obras em curso, adoptando medidas que minimizem os impactes negativos para a cidade da paragem das mesmas obras, realizando as avaliações exigidas pela lei e abrindo um debate alargado, e sem tabus, em relação à realização ou não da obra. ----

----- O facto do candidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, ter prometido o prolongamento do Túnel das Amoreiras, e de a sua candidatura ter saído eleitoralmente vitoriosa, não legitimou automaticamente esta obra, e não legitimou porque, por um lado, essa proposta não foi sufragada pela maioria absoluta dos cidadãos de Lisboa, e, por outro, porque a legitimidade da Presidência da Câmara tem que ser compaginada com a legitimidade do Governo da República, com a legitimidade dos Tribunais da República, com a legitimidade dos órgãos comunitários e com a legitimidade dos cidadãos e das organizações de cidadãos. -----

----- E bom lembrar que a exposição que fizemos à Comissão Europeia sobre este assunto, foi registada pela comissária Wallström como queixa contra o Estado Português, o que sendo significativo, obriga o Estado Portuguesa fazer cumprir a legislação comunitária sobre Avaliação de Impacte Ambiental. -----

----- Aliás, esta decisão da Comissão é, em nossa opinião, histórica, uma vez que vem destruir o mito de que as obras de responsabilidade municipal não obrigariam os seus titulares de proceder à Avaliação de Impacte Ambiental. -----

----- Câmara Municipal de Lisboa, tem conduzido alguns projectos que, a nosso ver, vão no sentido de promover a mobilidade sustentável, como sejam o condicionamento de tráfego em alguns bairros históricos da cidade, a criação do sistema de transporte porta-a-porta ou o novo regulamento de cargas e descargas (experiências que devem ser avaliadas, melhoradas e alargadas quando é o caso). No entanto, o prolongamento do Túnel das Amoreiras, com a duplicação da capacidade do um dos principais canais de acesso à cidade arrastaria consigo o perigo, como nos demonstram experiências análogas, de destruir eventuais ganhos que pudessem ser conseguidos através da melhoria do sistema de transportes públicos. -----

----- O combate pela redução da utilização do transporte individual é hoje de importância vital no contexto do combate às alterações climáticas, que por sua vez é justamente considerado uma luta pela Civilização Humana. Adoptamos a redução das emissões de gases com efeito de estufa como um dos nossos objectivos centrais, por isso, e considerando que a acção local é tão importante como a acção global, elegemos o debate sobre a construção ou não deste Túnel como uma oportunidade, que não pode ser desperdiçada, para que os cidadãos de Lisboa tomem consciência do que está em causa. -----

----- Os cidadãos de Lisboa terão oportunidade, se esta Assembleia assim o desejar, de se pronunciar sobre esta obra, até lá apelamos vivamente aos Senhores Deputados Municipais que recomendem à Câmara Municipal a adopção de todas as medidas necessárias, para que a suspensão das obras de escavação do Túnel, possa representar

uma melhoria sensível do conforto acústico da zona, assim como da circulação pedonal e rodoviária. -----

----- Não pode a Câmara Municipal de Lisboa utilizar o argumento do desconforto provocado pela suspensão das obras, para pressionar os cidadãos e os diferentes órgãos de soberania no sentido de que estes venham a adoptar as suas posições, pelo contrário, a suspensão das obras que estavam em curso pode trazer ganhos imediatos àquela zona assim sejam adoptadas todas as medidas necessárias.” -----

----- **O Sr. Paulo Jorge Boieiro Bogarim**, morador na Rua Norberto de Araújo, 19-A, 1100-370 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “O Grupo Sportivo Adicense, fundado em Janeiro de 1916, tem desenvolvido na Freguesia de São Miguel desde sempre diversas actividades desportivas desde a pesca, FUTSAL, ténis de mesa, ginástica e Natação. -----

----- Sempre participamos nos jogos da cidade com esta modalidade (a natação), até ao ano de 2002 ano, quando este Executivo camarário decidiu acabar com os mesmos. -----

----- A história da Natação na colectividade remonta ao ano de 1927, nessa altura e até 1962 era na Doca Jardim do Tabaco que os nossos atletas praticavam, era aqui o nosso tanque de aprendizagem, era daqui que íamos competir com outros clubes e foi daqui que nasceram campeões nacionais e internacionais, nomes como Arnaldo Santiago e José de Freitas actualmente treinador da SFUAP. -----

----- De 1980 até ao ano de 2002 levávamos os nossos atletas até á Piscina da Penha de França, todos os dias, para treinar, no entanto desde essa altura tivemos que deixar de praticar esta modalidade devido ao aumento de preços praticados nas piscinas camarárias. -----

----- Desde sempre reivindicámos para o Bairro de Alfama e para os nossos atletas uma piscina, como aliás poderão verificar pelos recortes que trazemos de Jornais diários bem como do nosso Jornal, e que iremos deixar ao senhor presidente da Assembleia e agradecia que fizesse o favor de fazer chegar ao Presidente da Câmara, como testemunho da nossa reivindicação. -----

----- É pois com grande tristeza que soubemos pela comunicação social de ontem que a Piscina de Alfama (o nosso sonho antigo) tinha sido inaugurada. -----

----- Não queríamos acreditar que isto tinha acontecido, e que a Câmara se tenha esquecido de convidar o Grupo Sportivo Adicense e as outras colectividades do bairro a estarem presentes na inauguração. -----

----- No entanto e depois de lermos as noticias deslocámos à antiga Fábrica dos Botões para saber o que tínhamos de fazer para que pudéssemos voltar de novo a treinar, mas qual o nosso espanto a piscina estava fechada (aliás estava lá pessoal a trabalhar, que não sabia dar informações) ligamos para a Câmara para nos darem o numero de telefone, mas nem isso há. -----

----- Queremos aqui deixar o nosso mais veemente protesto pela maneira como fomos tratados pela falta cortesia e desconhecimento de quem terminou o processo.” -----

----- **A Sra. D. Liliana Filipa Câmara Galinha**, moradora na Rua Carlos Reis, 11 – 3º, 1600-030 Lisboa, disse que já era a terceira vez que falava na Assembleia

Municipal, e desta vez fazia-o para deixar ao Sr. Presidente o inventário dos seus haveres que foram levados de casa. -----

----- Disse, ainda, que acaba de falar com a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa que lhe disse para aguardar pela resolução do Bairro da Liberdade, que era uma situação mais grave, para depois lhe resolver a sua. -----

----- Lembrou à Sra. Vereadora que, apesar de haver situações mais graves, ela e a sua companheira estavam praticamente na rua porque na próxima sexta-feira iam ter que sair da casa de uma pessoa para entrar noutra casa para passar mais uma semana por favor. -----

----- Portanto, aguardaria tal como a Sra. Vereadora lhe pediu, apenas pretendia reforçar a ideia que não tinham para onde ir. Contudo, continuariam à espera. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, terminando o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMEROS 46, 47, 48, 49, 50 e 51**

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as referidas actas, que previamente tinham sido distribuídas, e como ninguém manifestou desejo de intervir sobre o conteúdo das mesmas de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Seguidamente informou que não foi possível à Comissão Permanente de Administração e Finanças elaborar o Parecer sobre o Relatório de Gestão de 2003 e as Demonstrações Financeiras. Era para ter havido uma reunião na quinta-feira passada com a Sra. Vice-Presidente da Câmara que não se chegou a realizar por falecimento de um familiar seu, facto pelo qual apresentavam agora sentimentos à Sra. Vice-Presidente, pelo que a apreciação desses documentos passaria para a reunião do dia 4 de Maio. -----

----- Por outro lado, o debate que estava agendado sobre políticas sociais, proposto pelo Bloco de Esquerda, foi retirado desta Ordem de Trabalhos onde constava inicialmente como ponto n.º 5, e seria agendado de novo depois da realização Colóquio sobre Exclusão Social. -----

----- Informou, ainda, que em Conferência de Representantes foi deliberado aceitar o pedido da Câmara no sentido de que a proposta 240/2004, constante do aditamento agora distribuído, fosse hoje analisada e votada. -----

----- Lembrou, depois, que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as seguintes doze moções/recomendações e um voto de pesar: -----

----- **MOÇÃO NÚMERO UM** -----

----- **Planos especiais de emergência do Rock in Rio-Lisboa” e do “Euro 2004”** -----

----- “Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa aprovou no princípio do mês de Abril os Planos Especiais de Emergência do festival “Rock in Rio-Lisboa” e do “Euro 2004” sem que, por sua iniciativa, tenha dado conhecimento dos documentos por si elaborados ao Conselho Municipal de Segurança, a Assembleia Municipal ou à sua Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil; -----

----- Considerando que o desconhecimento das medidas sobre Segurança e Protecção Civil que irão ser tomadas durante esses eventos, agravarão as preocupações sentidas pelas Juntas de Freguesia, principalmente as que têm grandes espaços de animação nocturna e arraiais a funcionar durante os Santos Populares; -----

----- Considerando que as Juntas de Freguesia de Lisboa necessitam de estar esclarecidas, não só para tranquilamente trabalharem, mas sobretudo para estarem dotadas de meios informativos e de resposta correcta e adequada às perguntas que constantemente lhes são colocadas pela população nomeadamente as relacionadas com problemas de trânsito, de transportes públicos, limpeza das ruas, eventual diminuição de policiamento nas suas áreas de residência etc.; -----

----- Considerando que em sessão pública realizada no Auditório do Parque Florestal do Monsanto, no passado dia 22 de Abril, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa apresentou os Planos Especiais de Emergência para aqueles dois eventos sem que para o efeito tivesse convidado, o Conselho Municipal de Segurança, a Assembleia Municipal de Lisboa e a sua Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil, ponde em evidência, o menosprezo e desconsideração pelas suas funções e atribuições; -----

----- Considerando que as duas iniciativas em referência assumem uma importância que não se confina somente ao Município de Lisboa, levando a que, a título de exemplo, o Dr. Fernando Seara Presidente da Câmara Municipal de Sintra tenha realizado reuniões com as suas Juntas de Freguesia e o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, articulando esforços e vontades; -----

----- O Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em sessão extraordinária no dia 27 de Abril de 2004, delibere: -----

----- 1 – Manifestar o seu desagrado pela forma como a Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a conduzir este processo, de significativa importância e influência na vida do município; -----

----- 2 – Manifestar a sua sentida preocupação pelos eventuais efeitos negativos na qualidade de vida e segurança dos munícipes que poderão ser minimizados com medidas e esclarecimentos oportunos, atempados e preventivos; -----

----- 3 – Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a urgente disponibilização de informação e a articulação, com o Conselho Municipal de Segurança, com os órgãos próprios desta Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia no sentido de garantir o sucesso das iniciativas e a calma, segurança e tranquilidade de vida aos Lisboetas; -----

----- 4 – Que seja dado conhecimento desta Recomendação a todos os Membros do Conselho Municipal de Segurança e da Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

----- (Apresentada pelo Deputado Municipal José Godinho, do PCP). -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- - “Considerando que a realização do Rock in Rio que se vai realizar no Parque da Bela Vista, em Marvila, dias 28, 29 e 30 de Maio e 4, 5 e 6 de Junho de 2004, é alvo de naturais preocupações da população em geral e, em particular da que mora nas

zonas mais próximas, quanto à Segurança, Higiene e Limpeza Urbana, ocupação do espaço público e garantia de qualidade de vida; -----

----- - Considerando as informações, promessas e compromissos, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, transmitidas pela comunicação social, sempre que é questionada sobre as preocupações da população, organizações ambientalistas e Junta de Freguesia de Marvila, nomeadamente no que diz respeito à não adulteração estética, enquanto espaço urbano e salvaguarda paisagística deste valioso património municipal; -----

----- A Assembleia Municipal, reunida 27 de Abril de 2004, no Fórum Lisboa, recomenda: -----

----- 1 - Que a Câmara Municipal de Lisboa tome todas as medidas no sentido de garantir a Segurança, Higiene Urbana e bem-estar da população de Marvila e de todos quantos nos visitam; -----

----- 2 - Que a Câmara Municipal de Lisboa, após o evento, proceda à remoção de todas as vedações, estruturas e outros materiais inertes e recomece a reflorestação e outras medidas paisagísticas e ambientais com vista a devolver ao Parque da Bela Vista a riqueza e dignidade com que foi pensado e projectado pelo Arqtº. Paisagista Marques Moreira.” -----

----- (Apresentada pelo Deputado Municipal António Pereira, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS**-----

----- “O Iraque tem vivido nos últimos tempos um clima de intensificação de conflitos, um agravamento da insegurança e uma situação de guerra aberta contra as tropas ocupantes, entre as quais as portuguesas. Este clima é sobretudo promovido pelo exército norte-americano que tem cercado e bombardeado cidades, bairros e assassinado milhares de pessoas. -----

----- Em todo este conflito, a posição do governo português tem sido de subserviência e seguidismo em relação à política de agressão promovida pela administração Bush, envolvendo o nosso país numa guerra dita preventiva, mas de facto ilegal, ilegítima e injusta, primeiro através da cimeira nos Açores e, depois da ocupação enviando forças da GNR para o Iraque. -----

----- A invasão do Iraque constitui uma clara violação do direito internacional e um total desrespeito pelas Nações Unidas sendo hoje claro que as armas de destruição massiva não passaram de um pretexto falso para os EUA deitarem mão ao petróleo e para um controlo estratégico naquela zona do globo. -----

----- O Primeiro-Ministro português, apesar de, por diversas vezes instado, ainda não deu qualquer explicação sobre as supostas provas em que se baseou para afirmar que o Iraque possuía as ditas armas. -----

----- Um ano volvido após a invasão a situação no Iraque é de terror permanente, instabilidade, mortes diárias de ambos os lados, desespero e desorientação; para esta situação de tensão e violência não podem deixar de pesar factores de descontentamento, mal-estar e revolta face à ocupação estrangeira. Um ano volvido após a invasão o mundo não está mais seguro e sim mais ameaçado pela violência e pelo terrorismo. -----

----- Neste contexto, os riscos da missão da GNR cresceram significativamente, tanto mais que se assiste a uma fragilização das forças de coligação, com alguns países a reconsiderarem e a abandonar o Iraque. -----

----- Os acontecimentos recentes mostram que a ocupação do Iraque, para além de não ter legitimação, não tem emenda possível, pelo que é necessário retomar uma política de paz, de cooperação entre os países e os povos soberanos, uma política que respeite a legalidade internacional e que defenda a resolução pacífica dos conflitos. -----

----- Os Deputados Municipais do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 27 de Abril de 2004, delibere: -----

----- 1. Exigir junto do Governo português a retirada imediata das forças da GNR do Iraque. -----

----- 2. Apoiar uma solução para o Iraque no quadro das Nações Unidas, visando a rápida restituição aos iraquianos da sua soberania e dignidade nacionais. -----

----- 3. Publicar esta Moção na imprensa diária.” -----

----- (Apresentada pela Deputada Municipal Ana Páscoa, do PCP) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- **Descentralização de verbas para as Juntas de Freguesia** -----

----- Considerando que a celebração de acordos profícuos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia como medida descentralizadora contribui para a consolidação da democracia participada e beneficia as populações residentes; -----

----- Considerando que quer a Câmara Municipal quer as Juntas de Freguesia na sua actividade visam a prossecução do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, que é indissociável de uma actividade concertada e planeada entre as diversas Autarquias deste Município; -----

----- Considerando que as Juntas de Freguesia asseguram um conjunto significativo de serviços fundamentais de apoio à população; -----

----- Considerando que os Orçamentos das Juntas de Freguesia dependem, e muito, das verbas transferidas pela Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- Considerando a aprovação nesta Assembleia Municipal de anteriores recomendações sobre este assunto; -----

----- Os Deputados Municipais do P.C.P. propõem à Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 27 de Abril de 2004 que recomende à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. - Dê conhecimento, de imediato, a todas as Juntas de Freguesia do mapa de transferências de verbas para as Juntas de Freguesia referente ao presente ano no âmbito do Fundo de Financiamento das Freguesias, bem como dos critérios utilizados para a elaboração do mesmo; -----

----- 2. - Rapidamente transfira todas as verbas referentes à 1ª tranche dos Protocolos de Descentralização de Competências; -----

----- 3- - Transfira para as Juntas de Freguesia as verbas ainda em atraso referente a Aditamentos aos Protocolos de Descentralização de Competências aprovados em 2003, como é o caso de verbas referentes a infra-estruturas desportivas; -----

----- 4. - Dê execução ao Orçamento aprovado no que diz respeito ao reforço de um milhão de euros no âmbito dos Protocolos de Descentralização de Competências assinados com as Juntas de Freguesia; -----

----- 5. - Em conjunto com as Juntas de Freguesia, aprofunde o processo de descentralização de competências e meios com critérios justos e transparentes. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera ainda tornar publica esta recomendação através da sua publicação em dois jornais diários.” -----

----- (Apresentada pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- “Portugal vive o momento mais complexo dos últimos 30 anos na área da saúde. O Governo PSD/PP tem vindo a destruir o Serviço Nacional de Saúde (SNS) que é o prestador público fundamental dos cuidados de saúde à população. -----

----- São, sobretudo, as populações mais desprotegidas socialmente as mais afectadas com este tipo de medidas. Mas também os seus profissionais. Exemplo disso é o que se passa com os trabalhadores dos Hospitais de S. José, Capuchos e Desterro que vêm com muita preocupação a orientação privatizadora da saúde colocando em causa os seus postos de trabalho e a qualidade dos cuidados prestados. É hoje consensual que, por razões de economia de escala e de capacidade de gestão, os hospitais não devem ter mais de 600 camas, no entanto caminha-se para um mega-hospital com perto de 1100 camas, dificilmente governável, e com carências de especialidades de grande importância. -----

----- O objectivo subjacente a esta política foi e continua a ser o da entrega da gestão e da prestação dos cuidados de saúde aos grandes grupos financeiros privados, que antes era garantido pelos centros de saúde e hospitais públicos. -----

----- É por demais evidente que o Governo quer destruir os cuidados de saúde primários enquanto que a qualidade dos cuidados prestados nos hospitais - empresa está a diminuir. Muitos destes hospitais não garantem formação aos profissionais e têm cada vez menos enfermeiros e outros profissionais por serviço e por turno. -----

----- Também neste domínio as promessas levou-as o vento. Em vez de uma lista de espera para as cirurgias passou a haver duas. O acesso aos hospitais e centros de saúde não foi facilitado, nem os doentes melhor tratados. -----

----- Não aceitamos que haja hospitais onde se “filtrem” os doentes. Os casos mais complicados ou aqueles que exijam tratamentos mais demorados e mais onerosos são empurrados para os hospitais públicos. -----

----- Onde está a igualdade e a humanização dos cuidados saúde para todos e não somente alguns? -----

----- Para onde vai cair o nosso posicionamento de 12º lugar em termos mundiais, segundo a OMS? Esta foi uma das conquistas de Abril e que a população não aceita abdicar. -----

----- Não podemos aceitar que a saúde se transforme em negócio e a ela só tenha acesso quem tem dinheiro. Queremos um SNS universal, público e com qualidade. ----

----- A população tem o direito de ser informada sobre as reais contas do Ministério da Saúde e não aceita omissões de custos, nomeadamente com os salários e as

mordomias com que os gestores nomeados para os Hospitais S. A. foram contemplados. -----

----- Face a esta realidade, o Grupo de Deputados Municipais do Partido Comunista Português, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 27 de Abril de 2004, decida: -----

----- 1. Reafirmar a necessidade de um Serviço Nacional de Saúde universal, público e com qualidade para todos; -----

----- 2. Exigir que o Governo, através do Ministro da Saúde, responda às reais necessidades da população e dos trabalhadores da saúde, promovendo a igualdade e a humanização dos serviços através do SNS e não da privatização e do negócio de um bem essencial; -----

----- 3. Exigir que o Governo cumpra as promessas de redução das listas de espera para as cirurgias; -----

----- 4. Exigir que o Governo fale verdade no que concerne ao défice na saúde; -----

----- 5. Dar conhecimento desta moção à Câmara Municipal e aos órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República. Assembleia da República e Governo; -----

----- 6. Proceder à divulgação desta moção através dos meios ao serviço do Município e de um jornal de âmbito nacional.” -----

----- (Apresentada pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

MOCÃO NÚMERO SEIS

----- “Os Trabalhadores preparam-se para comemorar os 30 anos do 1º de Maio em Liberdade, num quadro político económico e social extremamente difícil. -----

----- Ao longo de 30 anos de comemorações e de luta, os trabalhadores continuam a debater-se com uma situação marcada por duas realidades contrárias que persistem. ---

----- Por um lado, continua a assistir-se a uma brutal ofensiva contra os trabalhadores e os seus direitos por parte do grande patronato e o governo através do Código de Trabalho na sua fase de regulamentação. -----

----- Por outro lado, continua a desenvolver-se um imenso caudal de luta e resistência dos trabalhadores e uma crescente tomada de consciência na urgência em mudar a política deste governo, principal causa de todos os seus problemas. -----

----- Sendo o 1º de Maio, um dia de grande afirmação de confiança, firmeza e luta dos trabalhadores, é também mais um degrau na elevação da consciência da necessidade de continuar a desenvolver essa luta. -----

----- Luta que continuará, porque foi prometida para o país estabilidade e desenvolvimento, e a realidade a que se assiste, é precisamente o contrário. -----

----- Luta que continuará, porque foi prometida aos trabalhadores, e a isso têm direito, a elevação dos salários para que de forma progressiva, se situassem ao nível dos restantes países da C. E., e o que se assiste, é à redução dos salários e ao aumento da exploração dos trabalhadores. -----

----- Luta que continuará, porque foi prometida aos trabalhadores, e a isso têm direito, como primeira prioridade, o combate ao desemprego e o que se assiste é ao seu crescimento desenfreado atingindo cerca de 500 mil desempregados, podendo mesmo

dizer-se que não haverá um único trabalhador que possa sentir estabilidade no emprego. -----

----- Luta que continuará, porque foi prometida aos trabalhadores e a isso têm direito, uma velhice digna e a realidade a que se assiste é à crescente desresponsabilização do governo nas áreas sociais com a destruição da segurança social, o desmantelamento do serviço nacional de saúde, pondo em sério risco as prestações sociais única fonte de rendimento de milhares de reformados, pensionistas e idosos. -----

----- Luta que continuará, porque a constituição consagra uma vasta gama de direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, alguns deles conquistados à custa de muitas lutas, por parte de várias gerações, e o que se assiste, é ao estabelecimento da lei da selva no interior das empresas, à limitação ou mesmo ao cerceamento dos mais elementares direitos, através do Código de Trabalho, de forma a desequilibrar ainda mais a balança a favor do patronato. -----

----- Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 27 de Abril de 2004, decide: -----

----- 1º - Saudar e apoiar a luta dos Trabalhadores e as comemorações dos 30 anos do 1º de Maio em Liberdade. -----

----- 2º - Publicar esta Saudação nos principais jornais.” -----

----- (Apresentada pelo Deputado Municipal Rodolfo Caseiro, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

----- **Sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)** -----

----- 1. “Em variadas ocasiões têm os municípios e a sua Associação manifestado a exigência de ressarcimento pela implantação de infra-estruturas de comunicações nos domínios público e privado dos respectivos territórios; -----

----- 2. Entretanto, foi aprovada a Lei das Comunicações Electrónicas (Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro) que, nos seus artigos 106º e 123º, visa precisamente esta problemática, ou seja, a de permitir aos municípios auferir das receitas que lhes são justamente devidas pela implantação de infra-estruturas e pelo atravessamento do seu território por redes de comunicações, à superfície ou no subsolo; -----

----- 3. Ao invés de determinar a cobrança de taxas aos operadores de redes e serviços de comunicações electrónicas e definir os moldes genéricos em que elas se aplicam, a Lei limita-se a permitir aos municípios a aplicação de uma taxa adicional até 0,25% sobre a facturação dos serviços telefónicos e de cabo, sobrecarregando os utilizadores finais; -----

----- 4. Os termos da Lei são profundamente injustos no que a esta questão respeita. Os operadores ficam isentos de qualquer pagamento pela utilização do território, mas é lançado sobre os municípios o ónus da eventual criação de uma nova taxa, assim como o da definição do respectivo montante até ao limite legal, ao mesmo tempo que os utentes acabam por ver as suas facturas mensais oneradas por mais uma taxa municipal. Para além de pagarem o serviço, os cidadãos e as empresas da área do município passam a pagar, também, uma estranha taxa municipal sobre um factor de produção do operador; -----

----- 5. Os operadores de redes e serviços de comunicações electrónicas têm usufruído, em favor do seu próprio negócio, de um bem comum que é o espaço do município, de forma inteiramente gratuita, em prejuízo, frequentemente, do próprio interesse do município e dos munícipes. É incompreensível que, agora, a compensação pela utilização daquele bem comum, ao invés de ser incorporado nos custos de produção dos próprios operadores de redes e serviços de comunicações electrónicas, venha a assumir a figura de uma taxa sobre as facturas dos consumidores, sob responsabilidade política directa das autarquias. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 27 de Abril de 2004, decida: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a não aplicação da Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem (TMDP); -----

----- 2. Reafirmar, junto dos Grupos Parlamentares e da Associação Nacional de Municípios, a exigência de os operadores de comunicações compensarem justamente as autarquias pela implantação de infra-estruturas nas vias públicas; -----

----- 3. Publicar a presente moção em dois órgãos da Comunicação Social.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) -----

MOÇÃO NÚMERO OITO

----- Recomendação -----

----- “Considerando: -----

----- As moções já aprovadas, nesta Assembleia Municipal, contra a Guerra no Iraque e a participação da GNR portuguesa; -----

----- A retirada anunciada das tropas de Espanha e de vários países da América Latina;

----- Que até o próprio Ministro da Administração Interna já admitiu, numa entrevista, que se não existirem condições de segurança para as tarefas a que a GNR no Iraque está responsabilizada esses portugueses devem retirar; -----

----- A grave situação que a guerra está a atravessar e a falta de segurança de todas as forças armadas no terreno; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 27 de Abril de 2004, decida: -----

----- Reivindicar junto do Governo Português o anúncio da retirada da GNR do Iraque; -----

----- Que tal retirada seja feita com todas as medidas de segurança; -----

----- Publicar esta Moção nos principais diários publicados na cidade de Lisboa.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) -----

MOÇÃO NÚMERO NOVE

----- Pela suspensão da construção do Túnel das Amoreiras -----

----- “ Considerando que: -----

----- É absolutamente incompreensível que a Câmara Municipal de Lisboa tenha iniciado esta obra, com os impactos que todos sabemos que ela comporta, sem ter procedido à elaboração de um Estudo de Impacte Ambiental, sem um completo Estudo de Tráfego e sem Projecto de Execução; -----

----- A propósito da acção contra a construção do Túnel do Marquês que está a ser julgada, têm sido tornadas públicas as mais extraordinárias informações relativamente ao projecto e às obras em curso, nomeadamente sobre o facto de parte do túnel se encontrar a 60 cm do túnel do metro e sobre a inexistência de um Plano de Segurança para a obra e para a utilização futura do Túnel; -----

----- Foram completamente ignorados os estudos que conduziram à elaboração de uma proposta, amplamente referida na comunicação social, de directiva comunitária sobre requisitos mínimos de segurança de túneis que estabelece como máximo os cinco por cento de inclinação neste tipo de vias, quando o Túnel do Marquês terá nove por cento; -----

----- Foi tornado público que a Comissária Europeia do Ambiente, Margot Wallström deu provimento às queixas de várias associações ambientalistas sobre a necessidade da elaboração do Estudo de Impacte Ambiental, nos termos da Directiva 85/337/CEE, de 27 de Junho de 1985, com as alterações introduzidas pela directiva 97/11/CEE, de 3 de Março de 1997; -----

----- O Presidente da Câmara Municipal reagiu de forma arrogante, recusando-se a mandar elaborar o necessário Estudo de Impacte Ambiental, obrigatório, nos termos do n.º 2, do artigo 1.º, conjugado com a alínea b), do n.º 7, do Anexo I, do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio; -----

----- Os Deputados Municipais do PS na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem que a Assembleia Municipal hoje reunida delibere: -----

----- 1. Exigir a suspensão da empreitada do túnel das Amoreiras, até à conclusão do Estudo de Impacte Ambiental; -----

----- 2. Divulgar esta moção junto da Associação de Cidadãos Auto – Mobilizados, da Associação Ambientalista Quercus e das outras organizações que integrem a plataforma contra a construção do Túnel; -----

----- 3. Publicar esta moção em dois jornais diários.” -----

----- (Apresentada pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS) -----

MOCÃO NÚMERO DEZ

----- Recomendação -----

Sobre a Reactivação da AMERLIS

----- “Considerando a insustentável situação da AMERLIS – Agência Municipal de Energia de Lisboa, que se arrasta desde Janeiro de 2002, consubstanciada sobretudo na impossibilidade do seu normal funcionamento e na sua situação económica e financeira, cujos funcionários, para além de não receberem os seus salários desde Janeiro deste ano, nada sabem sobre o seu futuro; -----

----- Considerando que o Executivo municipal deu orientações para que os actos praticados pela EMERLIS se deverão limitar a assegurar a mera gestão ordinária e corrente; -----

----- Considerando que o Senhor Presidente da Câmara, estatutariamente Presidente da Assembleia-Geral da AMERLIS, não convoca qualquer reunião da Assembleia desde Março de 2002, razão pela qual, desde aí, não haja aprovação nem de relatórios de actividades, nem de orçamentos, nem de planos de actividades; -----

----- Considerando que desde o início deste mandato autárquico, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da AMERLIS nunca foi exercido e que após a saída do Vice-Presidente da Câmara, Prof. Carmona Rodrigues, o Sr. Presidente da Câmara não se dignou ainda propor outro Vereador para Presidente do Conselho de Administração, não obstante às várias diligências feitas nesse sentido pelo Conselho de Administração da AMERLIS. -----

----- Considerando que a AMERLIS continua sem Administrador Delegado, uma vez que o Executivo, a quem cabe a responsabilidade de o designar, não se dignou fazê-lo, após o abandono definitivo de funções, em Dezembro de 2003, da Administradora Delegada anterior, que se encontrava demissionária desde Maio desse ano. -----

----- Considerando que o Executivo municipal, tendo procedido à reestruturação dos serviços e das empresas e entidades participadas pelo Município, não apresentou, sobre a AMERLIS, qualquer proposta de reformulação; -----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa não deu qualquer prioridade de orientação ao sector da energia, apesar da sua importância ao nível económico, ambiental, para a qualidade de vida, e, ainda, pela sua expressão, para os custos de funcionamento dos serviços e da administração. -----

----- Os eleitos de “Os Verdes”, na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem a aprovação da presente recomendação no sentido de que, com carácter de urgência: ----

----- 1 – A Câmara Municipal de Lisboa encontre uma solução para que os funcionários da AMERLIS recebam os seus salários em atraso. -----

----- 2 - A Câmara Municipal de Lisboa proceda à designação/aprovação do Presidente do Conselho de Administração da AMERLIS. -----

----- 3 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e também Presidente da Assembleia-Geral da AMERLIS, convoque nos termos estatutariamente definidos, as respectivas reuniões da Assembleia Geral da AMERLIS. -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal de “Os Verdes”) -----

MOÇÃO NÚMERO ONZE

----- Voto de Pesar -----

----- “Os Homens raros e bons, todos aqueles que quando partem, fazem falta. -----

----- A melhor maneira de honrarmos Sua partida é preenchermos a Sua ausência com os seus ensinamentos”. -----

----- Faleceu no dia 14 de Abril do corrente ano vítima de acidente cardiovascular, o Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa “C.P.L.P.”, o Embaixador João Augusto de Medecis. -----

----- João Augusto de Medecis nasceu a 18 de Agosto de 1936 em Recife / Brasil. ----

----- Licenciado em Direito, frequentou a Academia Diplomática. Brasileira. -----

----- Diplomata de carreira desde 1959, exercendo cargos de grande relevo nas mais diversas arenas internacionais, como por exemplo na Organização dos Estados Americanos, Nações Unidas, onde serviu desde 1962 a 1965, assessorando o delegado permanente do Brasil nas comissões: Política e Política Especial da Assembleia Geral e no Conselho de Segurança. -----

----- Em 1984 foi designado Embaixador em Nairobi (Quénia) e Representante junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e ao HABITAT.

----- Em 1990 foi designado representante pessoal do Secretário Geral das Nações Unidas para a Organização e Supervisão nas eleições no Haiti. -----

----- Embaixador em Varsóvia (1991 / 1993); Pequim (1994/1996) e Santiago (1999/2002). -----

----- No ano de 2002 por ocasião da Cimeira dos Chefes de Estado em Brasília (Brasil), o Embaixador João Augusto de Medecis, tomou posse para o cargo de Secretário Executivo da C.P.L.P., e terminaria as suas funções em Julho do corrente ano em São Tomé e Príncipe na Cimeira dos Chefes de Estado. -----

----- Manifestamos com pesar, dor e tristeza por um dos homens que marcou não só o Brasil mas também a Humanidade. -----

----- Assim -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida na Sessão Extraordinária de 27 de Abril de 2004 delibera: -----

----- 1. Apresentar as suas condolências à família enlutada, à C.P.L.P, e ao Governo Brasileiro através da Missão Diplomática do Brasil acreditada em Portugal.” -----

----- (Apresentada pelo Deputado Municipal António Tavares, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOZE** -----

----- **Saudação ao 1º de Maio** -----

----- “No próximo dia 1º de Maio, comemora-se os 30 anos do dia do trabalhador em Liberdade. -----

----- Nesse dia maravilhoso que foi o 1º de Maio de 1974, os trabalhadores, vieram para a rua festejar essa data, confiantes, que Portugal finalmente livre, iria dar aos trabalhadores, progresso económico e social. -----

----- Passados 30 anos e depois das importantes conquistas dos trabalhadores tanto a nível económico como social, voltamos aos dias difíceis, que julgávamos banidos do nosso país. -----

----- O desemprego aumentou imenso, a instabilidade no emprego é uma preocupação geral, os funcionários públicos voltaram a ser marginalizados, a perda dos direitos sociais em todas as suas vertentes é uma realidade impensável há 3 anos atrás. -----

----- Por tudo isto a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 27/4/2004 decide: ---

----- Saudar e apoiar a luta dos trabalhadores portugueses e as comemorações dos 30 anos do 1º de Maio em Liberdade.” -----

----- (Apresentada pela Deputada Municipal Luísa Sabino, do PS) -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Sr. Presidente -----

----- Quando no passado dia 13 leu um comunicado à Assembleia logo lhe pedi que o fizesse distribuir pois, conforme então disse, se tinha ouvido bem, nunca em 22 anos de Assembleia ouvira um Presidente, quer efectivo, quer dos que os substituíram nos seus impedimentos, dirigirem-se à Assembleia nos termos em que o fez. -----

----- Infelizmente tinha ouvido bem, e não posso deixar de lamentar o tom e os termos que usou. -----

----- Sr. Presidente -----

----- Como membro desta Assembleia preocupa-me o crescendo de tensão que se vem verificando. -----

----- Podia relatar, segundo o meu ponto de vista, como começou este clima e as etapas até ao comunicado do dia 13. Não vou fazê-lo. -----

----- Foi sempre minha postura, especialmente nos muitos anos em que fui líder da minha bancada, colaborar com o Presidente da Assembleia na boa condução dos trabalhos. -----

----- Sei por experiência própria que não é trabalho fácil, embora hoje bem mais fácil que em anos passados. -----

----- O sentido da minha intervenção, não podendo embora, Sr. Presidente, deixar passar em claro, lamentando, como disse, o tom e o modo como se dirigiu à Assembleia, é de que gastemos as nossas energias a discutir os problemas da cidade, com calor se necessário, mas sem perder a serenidade.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que, como informara na devida altura, quando lhe sugeriu a distribuição da comunicação aos Deputados Municipais, já tinha anunciado que o iria fazer. -----

----- É obvio que as questões foram tratadas em Conferência de Representantes, e a comunicação teve apenas o objectivo de clarificar as situações para que todos pudessem aprender e pudessem trabalhar melhor. -----

----- Muito obrigado pelas suas palavras, disse a rematar. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, começou por lamentar a ausência do Sr. Presidente da Câmara porque, segundo disse, o tema que ia abordar era extremamente importante para que ele estivesse presente. -----

----- Disse, então, que o Túnel do Marquês era um dos projectos emblemáticos do Sr. Presidente da Câmara, mas as reservas colocadas vieram de todos os lados, e o PCO, desde o início manifestara-se contrário ao projecto, levantando as maiores objecções, que foram plasmadas numa Moção aprovada na reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 3 de Dezembro de 2002, e na qual reclamava, entre outras medidas, a elaboração de estudos de impacto ambiental, de segurança, geotécnicos e de tráfego. --

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara fez orelhas moucas a essas recomendações! -----

----- A contestação veio de todos os lados: dos técnicos, da sociedade civil, dos munícipes, e os motivos foram muitos e fundamentais. Os técnicos de tráfego foram unânimes em afirmar que o túnel iria aumentar a entrada de carros na cidade, o transporte privado, e que era exactamente isso que se pretendia evitar e que, ao contrário, se deveria fomentar o uso do transporte público. -----

----- Por outro lado, as associações ambientalistas e milhares munícipes pediram, em abaixo-assinado, a realização de um referendo alegando que a construção do túnel violava a legislação portuguesa e as Directivas Comunitárias. Também não houve debate público alargado e muitas associações protestaram por isso, e no debate que

houve, realizado numa única sessão, todas elas se mostraram contrárias à realização desse projecto. Só que as suas opiniões foram ignoradas! -----

----- Mas outras questões igualmente graves se levantaram: a ausência de Parecer do IPPAR, os elevados riscos de acidente devido à grande inclinação que atingia 8,9% excedendo o limite máximo de 5%, e, ainda, a grande proximidade da estrutura do Metro que chegava a atingir apenas a distância de um metro. -----

----- No entanto, tudo isso não impedira o Sr. Presidente da Câmara de lançar um concurso público, que ficou sem efeito, e depois um ajusto directo que implicou mais cerca de 4 milhões de contos. E isso sem que tivesse realizado os estudos técnicos! Aliás, era a própria Câmara que confessava que não os realizou e só foram efectuados alguns depois da obra ter começado, como o projecto de extracção de fumos, a drenagem e a segurança. -----

----- Quanto à existência do projecto de execução, disse que o Sr. Presidente da Câmara justificava o facto com a complexidade da obra, e perante esse complicado imbróglio e a forte contestação ao projecto assistira-se a um acto verdadeiramente insólito: o Sr. Ministro das Obras Públicas, ex-Vice-Presidente da Câmara, vinha a público defender a legalidade da obra, o que, quanto a si, era demais porquanto constituía uma clara e inadmissível promiscuidade no exercício de funções públicas. --

----- Em suma, neste projecto nada deteve Santana Lopes, além de não ter ouvido ninguém, nem mesmo a Comissária Europeia do Ambiente que veio confirmar que era necessário um estudo de impacte ambiental prévio à obra do Túnel do Marquês. Mas nem isso impedia o Presidente da Câmara de avançar com o projecto, que até respondeu de uma forma arrogante quando disse que não recebia lições de amor ao ambiente de nenhum Comissário. -----

----- Porém, deteve-o, agora, o Tribunal Administrativo de Lisboa ao suspender a obra, na sequência de uma acção popular movida pelo advogado Sá Fernandes, que pediu uma providência cautelar na base da exigência de um projecto de execução. Aliás, ainda há poucos dias, teve o desprante de dizer que esse era o túnel mais seguro do mundo! Mas quem podia acreditar? -----

----- Seguidamente, perguntou o que movia Santana Lopes para tentar levar para a frente, contra tudo e contra todos e de uma forma tão obstinada, o projecto do túnel, que comprovadamente tinha erros técnicos, implicava elevados riscos e incorria em graves ilegalidades, e, sobretudo, não servia a cidade. -----

----- Por outro lado, perguntou também como explicar que o Presidente da Câmara, que se dizia amante da legalidade, tivesse violado a lei e tivesse adoptado uma conduta menos ética! Qual a razão porque continuava a avançar, perante a contestação pública e a constatação que o projecto era inútil e implicava grandes riscos? -----

----- Mas o Dr. Santana Lopes dava uma justificação para essa atitude autista quando dizia: “adorava que todos os políticos fossem como eu, prometi o túnel, ou cumpro ou então posso-me ir embora”. Agora percebiam, a resposta foi dada! A única razão para concretizar o projecto é exclusivamente de natureza política e não tem nada a ver com a cidade. -----

----- E porquê? Porque Santana Lopes não podia deixar cair um projecto que foi uma das suas duas grandes promessas eleitorais, sob pena de ficar ainda mais desacreditado e a sua imagem ser ainda mais afectada. Se essa decisão do tribunal for mantida, Santana Lopes ficaria impedido de concretizar uma obra que reputava de fundamental para a sua afirmação como Presidente da Câmara. -----

----- Disse, ainda, que o PCP se congratulava com essa decisão do tribunal que vinha dar razão ao que sempre afirmaram o por que se bateram. E voltava a recordar a Moção que em 3 de Dezembro de 2002, logo no início, e o recurso que o PCP apresentou junto do Tribunal de Contas, em 3 de Fevereiro deste ano, sobre a ausência de visto após as grandes alterações feitas no projecto. -----

----- Por outro lado, recordava também a intervenção do seu camarada Martinho Baptista, já este ano, que considerava premonitória, denunciando as ilegalidades, anomalias e indefinições do projecto. -----

----- Por isso, disse a terminar, apoiavam a Moção apresentada pelo PS e iriam votá-la favoravelmente, porque quem ganhava era Lisboa já que não iria ter que pagar milhões de euros por uma obra desnecessária. Mas, perante este desaire, quando o Sr. Presidente da Câmara terminar o seu mandato certamente não iria ver uma luz ao fundo do túnel, porque os lisboetas não voltariam a deixar-se enganar. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que, segundo informação da Câmara, o Sr. Presidente da Câmara, por motivos de última hora não poderia participar nesta reunião, assim como a Sra. Vice-Presidente também não poderia estar presente devido ao falecimento de um familiar, pelo que o representante legal da Câmara, nesta reunião, era o Sr. Vereador Pedro Pinto. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Sabino (PS)**, no uso da palavra, disse que se comemorava, no próximo sábado, o trigésimo aniversário daquele dia maravilhoso em que, como ela, todos tiveram a sorte de ver um povo ávido de liberdade – depois do dia glorioso do 25 de Abril – um povo que veio para a rua, pessoas que não se conheciam mas que estavam todas unidas pelo sentimento de que, finalmente, Portugal era um País livre. De facto, foi um 1º de Maio com uma manifestação que enquanto viver jamais esquecerá tudo aquilo a que assistiu e participou. -----

----- Disse que os trabalhadores, nesse dia, confiantes, finalmente, que ao fim de 48 anos de obscurantismo Portugal era, a partir daí, um País livre em que passavam a ter a dignidade que até então lhe tinha sido negada, e os trabalhadores do Estado passaram a ser trabalhadores da Função Pública e não servidores como quaisquer lacaios, porque era assim que o antigo regime os tratava, e todos tinham, de facto, uma esperança muito grande. -----

----- Os anos passaram, os trabalhadores viram a sua situação económica melhorada em termos de direitos sociais, em todos os sectores foi-lhes atribuído aquilo a que tinham direito, e agora era com imensa tristeza que assistiam aquilo que jamais pensavam poder vir a assistir. De facto, ao comemorar o trigésimo aniversário do 1º de Maio em liberdade, jamais pensaram que Portugal pudesse vir a ter o desemprego que tinha. Todos os dias, ao ligarem a televisão, viam que a manchete principal era mais uma fábrica que fechava, mais uma empresa que fechava, mais uma quantidade

de portugueses, que ao longo de 30 anos mantiveram a sua dignidade e o seu trabalho os viam perder. -----

----- Na verdade, os direitos sociais que os trabalhadores tinham, todos os dias lhes eram retirados da maneira mais subtil, com desculpas enganadoras o poder de compra dos portugueses cada vez era menor. Os trabalhadores da Função Pública voltaram outra vez a ser marginalizados, a ser como marionetas, aumentados quando o Estado entendia como seus servidores, pois era assim que no antigo regime eram tratados. ----

----- Era perante esse cenário de desalento, que ao fim de 30 anos Portugal voltava a estar como esteve antes, depois de ter estado numa posição que chegou a ser exemplo na Europa. Nesta altura voltava a estar no fim da cauda, os trabalhadores só a pouco ou nada tinham direito àquilo que a sociedade lhes deu e agora lhes tirava. -----

----- De facto, há 3 anos atrás, era impensável que o 1º de Maio pudesse ser comemorado com uma situação política e social como a que se vive em Portugal. -----

----- E era perante esse cenário que, em nome pessoal e em nome do PS, apelava aos trabalhadores portugueses dizendo-lhes que chegou a hora de lutar e cerrar fileiras, porque voltaram ao tempo que tinham que combater para terem direito àquilo que a Constituição lhes consagrava. -----

----- Viva o 1º de Maio, Viva os Trabalhadores portugueses, Viva Portugal, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, depois de referir que subscreviam inteiramente a intervenção da Deputada Municipal Luísa Sabino, disse que o 1º de Maio era um marco histórico para os trabalhadores de todo o mundo, e os trabalhadores portugueses, naturalmente, preparavam-se este ano para comemorar o 1º de Maio e 30 anos de liberdade. -----

----- Mas qual era o quadro em que os trabalhadores iam comemorar este ano o 1º de Maio? Era um quadro com meio milhão de desempregados; com mais de um milhão de trabalhadores a trabalharem nos mais elevados índices de precaridade a todos os níveis; eram os salários cada vez mais agravados pelo aumento constante dos preços dos bens de primeira necessidade; eram os constantes pedidos, sempre aos mesmos, de apertar o cinto, aqueles que viviam do seu salário e do seu trabalho; acentuava-se cada vez mais a exploração; as leis laborais roubavam cada vez mais os direitos aos trabalhadores; eram as pensões de miséria; eram os ataques à saúde, ao ensino e à segurança social; e a fome e a miséria alastravam cada vez mais no País. -----

----- E o que é que viam do extremo oposto dessa triste realidade? A outra face da mesma moeda! Uma democracia económica, cada vez menos democracia, cada vez mais cheia de desigualdades, originada pela força bruta e prepotente dos grupos económicos que se sobrepunham ao poder político, e em que o actual Governo, da coligação de direita, não governava. Limitava-se a fazer a gestão dos interesses do grande capital. Os lucros das grandes empresas eram cada vez mais, simultaneamente a distribuição da riqueza era cada vez mais injusta e escandalosa. Era com essa política que se penalizavam cada vez mais os salários daqueles que trabalhavam no dia-a-dia e viviam na miséria. -----

----- Era nesse quadro que se iriam realizar a luta e as comemorações dos 30 anos de liberdade no 1º de Maio e, por isso mesmo, a Assembleia Municipal de Lisboa devia assumir um papel de grande dignidade que era apoiar e saudar a luta dos trabalhadores. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse nesta sua intervenção ia referir-se às duas moções apresentadas pelo PCP, a n.º 1 que era uma recomendação sobre os planos especiais de emergência do Rock in Rio e do Euro 2004, e a n.º 4 que era também uma recomendação mas sobre a descentralização de verbas para as Juntas de Freguesia. -----

----- Em relação à primeira, disse que era lamentável que os membros do Conselho Municipal de Segurança tivessem tido conhecimento pelos órgãos de comunicação social dos planos especiais de emergência previstos para esses dois eventos. O Conselho Municipal de Segurança, enquanto órgão de consulta e debate em torno das questões da segurança na cidade, deveria ter sido consultado, deveria ter sido ouvido, mas estavam a cerca de um mês do início dessas iniciativas e os membros do Conselho nada sabiam sobre esse assunto, muito menos os Presidentes de Junta, parceiros fundamentais na área da segurança. -----

----- Disse que estavam preocupados com a segurança durante a realização dos arraiais populares e com a zona dos divertimentos nocturnos, havia iniciativas desportivas que foram postas em causa por falta de efectivos policiais para apoiar na sua realização, e estavam preocupados com as zonas residenciais envolventes aos estádios. E, porque nada sabiam, apelava à Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt, responsável por essa área, que rapidamente envolvesse o Conselho Municipal de Segurança nessa questão. -

----- Sobre as verbas para as Juntas de Freguesia, disse que continuavam sem ter conhecimento das verbas atribuídas no âmbito do FFF, faltava o mapa de transferência de verbas, que já várias vezes ali tinha sido solicitado e não se percebia porquê tanto tempo para o distribuir, porquê tanto secretismo. -----

----- Lembrou que o Orçamento, quando foi aprovado, trazia mais um milhão de euros para reforço dos protocolos, mas nada se sabia, nada teve ainda execução, ainda não se conversou com as Juntas de Freguesia e já estavam no final de Abril. Havia verbas referentes a protocolos de 2004, da primeira tranche, que ainda não foram transferidas para as Juntas de Freguesia, o que colocava em causa o seu bom funcionamento. -----

----- Por outro lado, os aditamentos assinados e aprovados há seis meses atrás para 10 Juntas de Freguesia, dessas havia três que continuavam à espera, portanto continuavam em causa as obras acordadas para construção de equipamentos desportivos, e estavam a falar num milhão de euros para essas três Juntas de Freguesia. -----

----- Perguntou, ainda, para quando o tão prometido processo de aprofundamento da descentralização de verbas e competências para as Juntas de Freguesia, também prometido pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Era tudo isso levava-os a apresentar as já referidas recomendações à Assembleia.

----- **O Deputado Municipal Nelson Antunes (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, referindo-se à Moção n.º 4 que dizia respeito à descentralização de verbas para as freguesias, disse que quem mais reclamava a descentralização de verbas eram as Juntas de Freguesia que tinham Presidentes comunistas, independentemente de só o serem porque tinham a pendente do Partido Socialista, que os ajudava a manterem-se na presidência dessas Juntas que se autodenominavam comunistas. -----

----- No entanto, desejava que todas elas, principalmente seis ou sete, numa situação de solidariedade que tanto apregoavam, não deixassem prejudicadas as restantes freguesias, porque da verba que era destinada do FFF do Estado e da que era destinada do FFF da Câmara a diferença era substancial. Por exemplo, a Freguesia de Carnide, que recebia do FFF do Estado 3,1 do FFF da Câmara recebia 3,43; Alcântara recebia do FFF do Estado 2,94 e do FFF da Câmara recebia 3,90; Benfica recebia do FFF do Estado 7,02 e do FFF da Câmara recebia 7,53; Santa Maria do Olivais recebia do FFF do Estado 7,66 e do FFF da Câmara recebia 9,61. Portanto, a grande diferença era para essas Juntas de Freguesia porque as outras ficavam prejudicadas, e as restantes 47 Juntas também gostavam de mostrar trabalho, e sem dinheiro isso não era possível.

----- Por conseguinte, a solidariedade, da parte de quem tanto a apregoava, deveria ser um facto, pelo que solicitava que no milhão de euros que estava para ser distribuído pela Câmara, esses números fossem tidos em consideração. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que não estava em causa ser-se Presidente de Junta do PCP ou não, porque o PS também já ali apresentara o mesmo problema e os Presidentes de Junta do PSD sabiam perfeitamente as dificuldades que tinham as Juntas de Freguesia. -----

----- Percebiam perfeitamente a solidariedade, o não percebiam era onde ela faltava. Não estavam a dizer que eram as Juntas do PCP que tinham que receber as verbas de imediato! Todos ganhavam com critérios justos, incluindo os Presidentes de Junta do PSD. Não fazia sentido, por exemplo, que no aditamento das 10 Juntas de Freguesia, das quais algumas são do PSD, apenas três do PCP não recebessem esse aditamento, e aí deveria haver também solidariedade da parte dos Presidentes de Junta do PSD no sentido de exigir que o que foi aprovado, por unanimidade, na Sessão Pública de Câmara para as 10 Juntas de Freguesia fosse concretizado. Mas não viu qualquer solidariedade da parte do PSD passados que estavam seis meses da data dessa deliberação. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Antunes (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, em resposta ao pedido de esclarecimento disse que o que quis transmitir aos colegas foi que a divisão das verbas do FFF estava mal, era nesse aspecto que referia a solidariedade, e deu exemplos de Juntas que foram mais beneficiadas do que outras. Mas também havia Juntas do PCP e do PS que igualmente estavam a ser depauperadas, ou seja, estavam a receber menos em benefício de meia dúzia de Juntas. Isso estava mal e por isso esperava que a verba de um milhão de euros que estava para ser distribuída fosse dividida em função do FEF

do Estado e não do FFF da Câmara. Percebia que isso já vinha do anterior mandato, porque duas freguesias do PSD que na realidade ultrapassavam aquilo que deveriam receber em relação do FFF eram duas freguesias ex-PS, concretamente Santa Maria de Belém e o Campo Grande. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que o PEV ia votar as favor todas as moções, mas porque não tinha possibilidade de falar sobre elas todas, falaria apenas de duas. -----

----- Relativamente à Moção que dizia respeito ao Túnel do Marquês, depois de saudar a Plataforma contra o Túnel do Marquês pelo trabalho que fez ao longo de todo o processo e continuava a fazer, disse que a justiça fez o seu trabalho, julgou, portanto certamente a Câmara Municipal de Lisboa faria também o seu cumprindo a decisão do tribunal. Essas eram as regras, e seria com elas que tinham que conviver, por muito que às vezes custasse. A decisão não surpreendia, porque era óbvio que uma obra com esta dimensão estaria sujeita a uma avaliação de impacte ambiental, e esta embrulhada toda poderia ter sido evitada, até porque não conheciam nenhum estudo técnico que fundamentasse a decisão de construir o túnel. Eram decisões precipitadas já que o único estudo que fundamentava a decisão era apenas o facto de ser uma promessa eleitoral, mas isso era insuficiente para justificar uma obra dessa dimensão e também não chegava para se sobrepor às normas e imposições legais. -----

----- Depois, sobre a Moção/recomendação que apresentaram quanto à Agência Municipal de Energia, disse que desde o início de 2002 o cargo de Presidente do Conselho de Administração, que nos termos dos estatutos deveria ser um Vereador da Câmara, se encontrava vago, apesar das numerosas diligências nesse sentido efectuadas pelo Conselho de Administração. Em 19 de Novembro de 2002, por proposta do Sr. Presidente da Câmara, foi designado para Presidente da EMARLIS o Sr. Vice-Presidente da Câmara, ao tempo o Prof. Carmona Rodrigues, que nunca chegara a exercer as suas funções, apenas se limitara a propor à Câmara a designação da Administradora Delegada para a EMERLIS, a qual desde o dia 1 de Maio de 2003 até Dezembro do mesmo ano demissionária altura em que abandonara o cargo porque não tinha condições para trabalhar. -----

----- Por outro lado, também o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que nos termos dos estatutos é exercido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, ou por alguém por ele indicado, se encontrava paralisado desde essa altura, não só porque o Sr. Presidente da Câmara nunca se dignara convocar uma Assembleia Geral como também nunca designara ninguém para essa função. -----

----- Disse, ainda, que essa situação institucional da Agência Municipal de Energia colocava numerosos problemas à actividade da própria Agência, os dois actuais membros do Conselho de Administração, que eram vogais, não tinham competência para a representar, nomeadamente a movimentação de contas cuja assinatura principal teria que ser a do Presidente do Conselho de Administração, não podendo, assim, entre outras coisas, efectuar os pagamentos das remunerações mensais dos funcionários, que por isso já não recebiam desde Janeiro de 2004. -----

----- O que pretendiam, portanto, era que a Câmara, com carácter de urgência, encontrasse uma solução para que os funcionários da Agência Municipal de Energia pudessem receber os salários em atraso, que a Câmara procedesse à designação do Presidente do Conselho de Administração da EMERLIS, e que o Sr. Presidente da Câmara, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral da EMARLIS, convocasse, nos termos estatutariamente definidos, uma reunião da Assembleia Geral dessa empresa municipal. -----

----- No fundo, o que pretendiam era que a Câmara Municipal cumprisse a lei. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, aludiu às moções apresentadas dizendo que às que se referiam ao 1º de Maio e ao Serviço Nacional de Saúde teriam o voto contra do CDS-PP, porque não aceitavam, à semelhança do que acontecera no ano passado, que fossem instrumentalizadas datas para fazer ataques políticos ao Governo. Aliás, também não deixava de ser curioso ver ali falar a uma só voz o PS e o PCP sobre o 1º de Maio, quando, em entrevistas aos jornais, podiam ver declarações de membros do Comité Central do PCP a dizer que Portugal tem vindo a sofrer um retrocesso democrático, em todos os aspectos desde a área económica à área social, frutos dos Governos constitucionais que se têm seguido, isto é, PS, PSD e CDS-PP. Portanto, era estranho que ali falassem a uma só voz nessa matéria. -----

----- Relativamente às moções sobre o Iraque, disse que elas mereciam igualmente o voto contra do CDS-PP, e aí também uma estranheza, porque os partidos da oposição, neste os partidos em causa eram o PCP e o BE, às vezes mais pareciam o coro nacional de Belém secundando as posições do Sr. Presidente da República, mas desta vez era curioso que já não estavam de acordo com o Senhor Presidente da República. Porque dizia o Senhor Presidente da República, sobre a permanência da GNR no Iraque: “que fique claro, neste momento tirar a GNR do Iraque é completamente impensável do ponto de vista do prestígio de um Estado e de um País” acrescentando, ainda: “houve, felizmente, sentido de estado das duas partes (referindo-se à Presidência da República e ao Governo) o Senhor Primeiro-Ministro teve, e tem, sentido de Estado. A GNR vai para o Iraque na sequência da Resolução das Nações Unidas de apelo à participação. Houve um compromisso bem gerido, não tenho dúvidas que agora temos de continuar lá”. -----

----- Portanto, a resposta a essas moções já foi dada, e foi dada por uma pessoa insuspeita que é o Senhor Presidente da República. -----

----- Sobre a subserviência e o seguidismo em termos de relações internacionais, que o PCP referia, disse que a única subserviência e seguidismo, em termos de relações e política internacional de que se lembrava nos últimos tempos, foi do PCP em relação à União Soviética. -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra para um protesto, disse que o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves já os habituara, de há algum tempo a esta parte, a alguma impetuosidade em relação às referências que fazia ao PCP. Já várias vezes fez com que o tivesse confundido com o caça-fantasmas, pelo que o aconselhava a reflectir e parar um pouco para pensar, porque, se o fizesse,

chegava à conclusão que se alguma vez o PCP fizesse um conteúdo para agradar ao CDS-PP votariam contra. Isso não faria sentido porque eram diferentes, pensavam diferente, defendiam coisas diferentes, portanto isso era perfeitamente natural. -----

----- Agora, em relação à democracia o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, quando falava nela pensava que era alguma chinesisse, porque, em termos de democracia, se quisessem entender a história real como ela era, o PCP não pedia nenhuma explicação a ninguém nem recebia na Assembleia Municipal, de nenhum Deputado Municipal do CDS-PP, alguma situação menos boa. Também sabiam que a democracia não era perfeita em lado nenhum, porque se a democracia fosse perfeita defenderiam que ela deveria ter um mecanismo que proibisse as pessoas de fazerem o mal em nome do bem, porque, se assim acontecesse, nem o Dr. Paulo Portas estava no poder, nem o Dr. Pedro Santana Lopes estaria como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, em contraprotesto, disse que era óbvio que pensavam diferente. Ainda bem que assim era porque foi para isso que se fez o 25 de Abril e se confirmou o espírito do 25 de Abril com o 25 de Novembro, para que todos pudessem estar na Assembleia cada um a dizer aquilo que pensava. Agora, o PCP é que, sistematicamente, assumia uma postura de querer dar lições de democracia e de “paizinho” do regime democrático aos outros partidos. E isso não aceitavam. -----

----- Sobre chinesisses de democracia, disse que não era o CDS-PP que andava a apoiar ditaduras ainda nos dias que corriam, como o PCP fazia sistematicamente porque quando havia moções na Assembleia a condenar a ditadura em Cuba o PCP votava contra e falava nos direito que cada Estado tinha para se gerir e autodeterminar. -----

----- Portanto, não era o CDS-PP que andava ali a defender ditaduras, a democracia não lhes causava quaisquer espécie. O PCP é que, se calhar, não podia dizer o mesmo.

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que a sua primeira nota era de esperança para que o Sr. Presidente da Câmara não estivesse doente, ou gravemente doente. Não entendia, politicamente, que o Sr. Presidente da Câmara ali assumisse constantemente, perante a Assembleia Municipal, que o emblema da sua gestão, a obra das obras, aquilo para que estava legitimado pelo voto popular, que era a construção de um túnel na Praça Marquês de Pombal, e quando existiam divergências, não sobre a legitimidade e os poderes que tinha a presidência da Câmara e o colectivo camarário para o fazer, mas sobre a legalidade de como o estava a fazer e era dirimida na sede própria da legitimidade democrática do Regime do 25 de Abril, ou seja nos tribunais democráticos que decidiam que a obra não estava a ser executada com a legalidade que devia ser, não entendia, a não ser por razões de saúde graves, que o Sr. Presidente da Câmara estivesse onde quer que seja e não nesta reunião da Assembleia Municipal. -----

----- Lembrava-se de um grave debate na Assembleia sobre um projecto, megalómano também, de um célebre elevador para acesso ao Castelo de São Jorge, e que o Presidente da Câmara, na altura, não delegara no seu Vice-Presidente, Vereador

Vasco Franco, a defesa do tal projecto até à altura de dizer que desistia dele. Mas sobre esse assunto falaria depois, aquando da apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. Apenas quis fazer esta nota porque não era compreensível a sua ausência perante o facto destes. -----

----- Sobre as moções, disse que o BE as iria votar todas favoravelmente. A que apresentaram sobre a guerra era clara, toda a gente a entendia, todos sabiam o português, estava o mais simples possível, e a opinião do Bloco era que deviam seguir o exemplo que outros estavam a seguir. -----

----- No entanto, desejava explicar a outra Moção que apresentaram porque era um assunto de que se tem falado pouco. Há alguns meses, o Sr. Presidente da Câmara disse na Assembleia Municipal, e teve nessa intervenção o apoio do BE, que não era concebível que uma espécie de monopólio que havia em Portugal, chamado Telecom, comandado por capitais principalmente americanos, como era sabido publicamente, nomeadamente a Microsoft, usasse e abusasse dos terrenos da cidade. O Sr. Presidente da Câmara, na altura, até deu o exemplo de que ia no carro, parou e foi perguntar que buracos estavam a fazer, onde estava o licenciamento e quem tinha dado ordem, etc., e essa atitude do Sr. Presidente da Câmara teve por completo o apoio do BE. -----

----- Perante essa intervenção do Sr. Presidente da Câmara, seguiu-se uma reacção em cadeia que chegara. nomeadamente, à Associação dos Municípios Portugueses, cujo Presidente reclamara em nome de todos os Presidentes de Câmara, e bem, que os terrenos existentes eram privados ou municipais e que, portanto, quem os usava tinha que os pagar. Ou seja, tal como tinha que se pagar os privados também tinha que se pagar os municipais. E, sobretudo, não fazia sentido nessa lógica que a Telecom tinha de monopólio no País, que às novas empresas de telecomunicações fosse cobrada uma taxa para colocar os seus cabos debaixo dos solos municipais e a Telecom até ao presente nunca tivesse pago um tostão. -----

----- Com isso entenderam que todos tinham que pagar o uso de terrenos municipais, e todos disseram, e o BE congratulou-se, que finalmente iriam ter todos, em conjunto, uma proposta séria, positiva, no sentido de dizer que era preciso que pagasse quem tinha os lucros. E esperançados nisso ficaram! -----

----- Mas, lamentavelmente, ao fim e ao cabo era tudo teatro outra vez! Era tudo um fazer que faz! Porque, de facto, agora era para se pagar, mas quem ia pagar não era o monopólio da Telecom. O pagamento, de acordo com o Decreto saído do Governo, seria uma taxa que os Municípios iriam incluir nas facturas que chegavam a casa de toda a gente, até 0,25%, sendo mais uma vez o cidadão a pagar os lucros dos grandes monopólios do País. -----

----- Isso não fazia qualquer sentido! A esperança, depois da intervenção que o Sr. Presidente da Câmara ali fez, foi defraudada! Uma coisa era dizer que tinham que pagar por usarem os terrenos municipais, e outra era dizer que os cidadãos agora pagavam mais 0,25% nas suas facturas para que a Microsoft e outras instituições dos reformados americanos que tinham a maioria do capital da Telecom, continuassem a roubar o dinheiro dos cidadãos portugueses. Não tinha outro nome para classificar! ---

----- Por isso, o BE apresentava, com grande protesto, essa Moção, porque entendiam que os cidadãos não tinham que pagar para alguns, pouquinhos, continuarem a ter grandes lucros. -----

----- Nesse sentido, apelavam à Assembleia para que aprovasse a Moção exactamente no sentido daquilo que o Sr. Presidente da Câmara ali disse, porque foram palavras dele e o Sr. Presidente da Câmara só devia ter uma palavra e não duas. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, depois de referir que o PCP também iria votar favoravelmente todas as moções apresentadas, aludiu àquela que dizia respeito à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, dizendo que queria acrescentar algo mais àquilo que disse o seu camarada Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, a propósito do que foi dito pelo Deputado Municipal Nelson Antunes, tendo então referido que os Presidentes de algumas Juntas de Freguesia comunistas não eram de facto tão privilegiados como outros e daí que ainda havia verbas para receber. E o que pretendiam, fundamentalmente, era que se desse conhecimento às Juntas de Freguesia do mapa de transferência de verbas, em nome da transparência e da verdade. -----

----- Em relação à Moção que apresentaram sobre o Iraque, disse que ela estava apresentada nos termos em que estava exactamente porque a situação nesse país, nos últimos tempos, tinha-se agudizado com a intensificação de conflitos de riscos tremendos e de terror. -----

----- Explicou que a propósito do Governo português usavam a expressão de subserviência e de seguidismo, porque, de facto, essa guerra era uma guerra injusta, e não era só o PCP a referi-lo. A pretexto das armas de destruição massiva, que nunca chegaram a ser encontradas nem nunca houve qualquer explicação para isso, já em Junho de 2003 o próprio Subsecretário de Estado norte-americano da Defesa, deixara fugir a boca para a verdade e declarara que a existência de armas de destruição massiva no Iraque não passara de um artifício propagandístico com que a burocracia norte-americana procurara convencer o povo para a invasão do Iraque. -----

----- Portanto, trata-se de uma guerra profundamente ilegítima, no entender do PCP o terrorismo tem que ser combatido, mas não se podia combater o terrorismo com guerras ou agressões a países estrangeiros. Não se podia combater o terrorismo substituindo o Direito Internacional. -----

----- Por isso, a Moção ia no sentido de que qualquer solução para o Iraque teria que ser encontrada no quadro das Nações Unidas. -----

----- Disse, ainda, que substituíram o primeiro ponto da parte deliberativa da Moção porque, de facto, não se podia exigir uma retirada imediata, mas que se exigisse o anúncio dessa retirada, à semelhança do que já fizeram outros governos, nomeadamente o Governo espanhol. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que esta intervenção no período de Antes da Ordem do Dia perdeu um pouco de vivacidade devido à ausência da pessoa hoje mais presente nesta reunião, o Sr. Presidente da Câmara, obviamente. -----

----- Sobre a Moção apresentada pelo PS quanto ao Túnel das Amoreiras, matéria que não queriam abordar agora porque a aprofundariam no ponto seguinte, apenas deixava uma nota porque lhes parecia que era obrigatório. Essa Moção, nos termos do acordado entre todas as bancadas, foi apresentada ontem até às 11 horas, ou seja, foi apresentada antes de se conhecer qualquer deliberação do tribunal, o que era importante porquanto estavam nessa Moção a exigir a suspensão das obras antes de ter havido a decisão do tribunal. Portanto, não significava qualquer aproveitamento decorrente da decisão judicial. -----

----- Portanto, esta nota era uma precisão absolutamente essencial para que toda a gente soubesse que o PS tinha apresentado a proposta previamente à decisão do tribunal. -----

----- Em relação às restantes moções, disse que o PS concordava com a maior parte delas, sobretudo após a alteração que foi introduzida, pelo PCP, na Moção n.º 3 porquanto lhes parecia que ficava com uma parte deliberativa muito mais aceitável, e, assim, iriam votá-la favoravelmente, tal qual a Moção do BE sobre a mesma matéria porque se reviam na parte deliberativa que propunham. -----

----- Sobre a Moção/recomendação apresentada pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, disse que era óbvio que o PS a iria votar favoravelmente, até porque ela vinha na linha de uma que o PS apresentara na reunião anterior, diria até que esta era a continuidade da outra, o que era normal porque, ao contrário daquilo que ali foi dito pelo Deputado Municipal Nelson Antunes, nesta matéria o envolvimento do PS na procura de melhoria das condições para as Juntas de Freguesia tem sido inquestionável desde a primeira hora, e iria continuar a ser. Aliás, a preocupação do PS, como lhe parecera que, em parte, seria também a do Deputado Municipal Nelson Antunes, era, obviamente, que houvesse ali transparência. Queriam saber, e queriam todos certamente, não estava a acusar quem quer que fosse, quais serão os critérios que iriam estar na origem da distribuição do milhão de euros de reforço para as Juntas de Freguesia, bem como do milhão de reforço para os protocolos. -----

----- E, relacionado com isso, desejava tornar público que o PS solicitara à Sra. Vereadora responsável pela matéria uma reunião para serem informados dessas questões, e queria tornar público que iam voltar a fazer o mesmo pedido exactamente porque entendiam que essa matéria tinha que ser trabalhada, tinha que ser negociada, e, sobretudo, tinha que ser vista. Ou seja, entendiam que havia ali uma absoluta necessidade de todos saberem tudo. É que não queriam, até porque isso podia ser a pior coisa que podia acontecer, que houvesse ali uma qualquer opacidade porque eram frontalmente contra isso. -----

----- Queriam transparência, em relação a isso certamente todos estariam de acordo, com certeza a Moção/recomendação obteria o acordo unânime da Assembleia, pelo menos o PS iria votar favoravelmente. -----

----- **O Deputado Municipal Adolfo Nunes (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que ia falar sobre as duas moções relativas ao Iraque e o apoio do PS a essas mesmas moções. -----

----- Por exemplo, era com alguma surpresa que pegava na Moção do PCP e lia: “Um ano volvido após a invasão a situação no Iraque é de terror permanente, instabilidade, mortes diárias de ambos os lados, desespero e desorientação ...”, Podia dizer, se assim concordasse, que um ano volvido a situação no Iraque continuava de terror permanente. Mas não! Quem lia isso parecia que só desde que os Estados Unidos entraram no Iraque o terror era permanente. Quem lia isso parecia esquecer que 54,1% dos iraquianos defenderam que as tropas americanas se deveriam manter até o Governo iraquiano estar estabelecido ou até a segurança estar estabelecida, que 56,5% dos iraquianos afirmaram que as suas vidas estavam bastante melhores que há um ano atrás, e 70% defendiam mesmo que a sua vida era muito boa. -----

----- Mas mais. Estranhara na Moção do PCP, que passara durante tanto tempo a reivindicar uma intervenção da ONU, agora que a GNR estava no Iraque sob mandato da ONU não referisse na Moção a Organização das Nações Unidas. A esquerda continuava a exigir a retirada imediata do Iraque, apesar do mandato da ONU permitir, como o Senhor Presidente da República fez bem questão de frisar, essa questão. -----

----- Depois, disse que olhando-se para a Moção do Bloco de Esquerda se viam de facto as diferenças. A parte deliberativa não referia a ONU, como nunca defenderam a necessidade da ONU conferir o mandato era uma deliberação que acompanhava aquilo que sempre disseram, com excepção da parte das armas de destruição massiça que o próprio dirigente do Bloco de Esquerda reconheceu a existência, embora vendidas pelos Estados Unidos. Ele reconhecia a existência de armas de destruição massiça no Iraque que, pelos vistos, também não foram encontradas. -----

----- Referiu que a posição do CDS-PP relativamente ao Iraque seria sempre a de manter a GNR, enquanto no mandato das Nações Unidas, num quadro de Direito Internacional perfeitamente claro e o Governo entendesse que essa força lá deveria estar. -----

----- Relativamente ao facto da GNR ser um bando de escuteiros, como pareciam querer fazer que a GNR só podia estar em sítios calmos e serenos, essa não era a opinião nem a posição do CDS-PP. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o orador anterior apresentara resultados de um inquérito e pedia-lhe que indicasse onde foi feito esse inquérito. -----

----- Mas aproveitava para referir que do lado do PCP isso não significava qualquer concordância com o regime anterior do Iraque, porque o PCP sabia perfeitamente, e denunciou isso em devido tempo, a ditadura de Saddam, os massacres dos comunistas iraquianos e os massacres dos curdos. -----

----- Portanto, não estavam a defender a situação anterior, mas quanto à maneira como esta guerra foi conduzida e decretada unilateralmente, aí é que discordavam. -----

----- **O Deputado Municipal Adolfo Nunes (CDS-PP)**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que a sondagem que referiu era da Oxford Research International, em parceria com a ARD, televisão estatal alemã, um Governo que, aliás, tinha pautado muito apoio aos Estados Unidos nesta questão, a

ABC News, o New York Times, a BBC e a cadeia estatal japonesa. Foi transmitida em Fevereiro de 2004 e claro os resultados das sondagens não interessam, as televisões também já não interessam. -----

----- Saudou o facto do PCP repudiar a ditadura de Saddam, mas continuavam à espera de ver o PCP repudiar a ditadura de Fidel de Castro. Um dia lá chegariam! -----

----- Relativamente às declarações do Subsecretário da Defesa, disse que o próprio jornal Público já veio pedir desculpa pela forma descontextualizada como as introduziu e deu a conhecer. No jornal Público, apesar do seu director ter uma posição bastante favorável à intervenção militar no Iraque, não constava que todas as suas notícias tivessem o seu dedo orientador de censura como já se conheceu noutros jornais, como o Diário de Notícias a seguir à revolução. -----

----- Mas relativamente a essas declarações sugeriu à Deputada Municipal Ana Páscoa que as lesse na íntegra, porque aquilo que lá era dito não era nada daquilo que ela estava a dizer. Aquilo que o Subsecretário da Defesa disse foi que de entre os vários motivos para a intervenção militar no Iraque se destacaram dois que pudessem ganhar maior apoio popular, um deles exactamente as armas de destruição massiva. Não havia aí propaganda nem qualquer intenção de enganar as pessoas. Aliás, o próprio Público reiterara numa ou duas edições a seguir a ter publicado descontextualizadamente essas afirmações. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um protesto, disse que ficou muito agradado por saber quem foram as entidades que fizeram aquele levantamento público, ou inquérito como lhe chamou o orador anterior, ou até mesmo sondagem, mas fosse como fosse era um trabalho científico de que registou com muito agrado a divulgação dos nomes. Contudo, pensava que seria interessante que a Assembleia pudesse ter acesso a esse papel, porque um papel com essa qualidade científica merecia ser do conhecimento de todos. Portanto, sugeria-lhe que o desse à Mesa para que fosse distribuído pelos 107 Deputados Municipais. -----

----- Mas uma nota ainda mais interessante, era o facto do orador anterior ter procurado justificar o injustificável, injustificável pelo menos do seu ponto de vista, quando disse que a justificação que foi apresentado pelo Sr. Subsecretário de Estado da Defesa foi apenas qualquer coisa relacionada com armas massivas. Mas estava enganado! É que o Senhor Primeiro-Ministro chegou a dizer que viu as provas, que lhas mostraram! E gostava que o orador anterior também dissesse ali que as viu, porque, se calhar, também as viu. -----

----- **O Deputado Municipal Adolfo Nunes (CDS-PP)**, em contraprotesto, disse que, conforme solicitado, faria chegar à Mesa o estudo que referiu. Trazia consigo uma síntese que ele próprio fez, era óbvio que com a ironia que o protestante demonstrara não tinha a veleidade de chegar até ele com elementos escritos por si, mas efectivamente faria distribuir esse estudo que, voltava a dizer, foi feito pela Oxford Research International em parceria com várias televisões e foi divulgado por todos os jornais em Portugal. Se o protestante não conhecia foi porque não quis ouvir essa parte das notícias. -----

----- Relativamente às armas de destruição massiça, disse que as não viu de facto, mas os curdos viram e sentiram-nas. E quando muita oposição andou a dizer que a administração do Estados Unidos andou a vender armas de destruição massiça era porque elas existiam, ou também mentiram quando disseram que os Estados Unidos estavam a armar com armas de destruição massiça o Iraque? Ou mentiram nessa altura? É que se não existiam para um lado também não existiam para o outro. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfca, no uso da palavra, referiu que apenas queria dizer uma palavra relativamente ao campo de futebol do Bairro da Boavista, que depois de duas intervenções que teve oportunidade de fazer na Assembleia Municipal, foi finalmente inaugurado. -----

----- Justificou depois a sua ausência na inauguração, perante os Srs. Vereadores presentes, dizendo que não compareceu porquanto foi convidado, pelo telefone, dois dias antes da inauguração, por uma senhora que julgava ser assessora na Câmara. A inauguração foi às 17:30 horas do dia 25 de Abril, já tinha compromissos assumidos e, portanto, não pôde comparecer. -----

----- E também menos de dois dias antes recebeu dois técnicos da Câmara, enviados superiormente, com a finalidade de saber se a Junta estava disponível para assumir a gestão do campo de futebol, ao que respondeu que sim desde que a Junta recebesse as devidas contrapartidas. Ou seja, depois de estar pronto e fechado há cerca de dois anos, com uma empresa de segurança a tomar conta das instalações, o campo foi inaugurado, o que era bom embora continuasse sem licença de utilização, só que estava fechado, continuava a não estar ao serviço da população e foi para isso que ele foi feito. -----

----- Daí o seu apelo no sentido de que, rapidamente, a Câmara ou a Junta, procedessem à abertura daquelas instalações. -----

----- Depois, disse que reforçava tudo quanto ali foi dito relativamente às verbas para as freguesias, e sublinhava que em matéria de protocolos, num ano em que foi ali aprovado o reforço das verbas para esse efeito, que pelo menos a sua Junta ainda hoje não tivesse recebido todas as transferências que deveriam ter sido feitas em Janeiro. Sobretudo na área da acção social onde tinham vários projectos com a Câmara em relação aos quais pagavam cerca de 8.000 contos/mês, era imprescindível que recebessem atempadamente. Aceitavam um ligeiro atraso, mas era extremamente difícil quando chegavam ao fim de Abril e ainda não tinham recebido as verbas todas que deveriam ter recebido em Janeiro. -----

----- Não queria que tomassem o que acabava de dizer com outra intenção que não fosse apenas e só a de dizer que era extremamente difícil gerir assim, como podiam calcular. As contas eram públicas, a gestão dessas instituições era difícil porque tinham fracos recursos, tudo fazia falta, e, de facto, não queria ir ali ao microfone, dentro de algum tempo, dizer que a Junta tinha cancelado todos os projectos sociais porque a isso se tinha visto obrigada por asfixia financeira. -----

----- Disse, ainda, que da parte dos técnicos dos serviços da Câmara e dos responsáveis do Pelouro têm tido sempre a indicação de que era preciso reforçar e

fazer mais, a Junta, nalgumas áreas até tem feito mais, portanto aumentando a factura no fim do mês. Só que era grave que decorrido já mais de um trimestre ainda não tivessem recebido um tostão de apoio a essa intervenção social que era feita, sobretudo, a crianças muito carenciadas. -----

----- Terminou dizendo que já não falava em que reforçassem com o tal milhão de euros, mas que fizessem as transferências em falta, não por tranches mas tudo de uma vez. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, começou por se referir à Moção n.º 1, sobre a qual desde já requeria a votação ponto por ponto, dizendo que o ponto 4 da parte deliberativa referia “dar conhecimento a todos os membros da Assembleia Municipal” e, quanto a si, o órgão que estava a deliberar dar conhecimento a si próprio não lhe parecia uma redacção muito feliz. Parecia-lhe que havia ali uma contradição nos termos, mas abstinha-se de mais comentários. -----

----- Disse, depois, que o PSD se iria abster na votação da Moção n.º 2, na Moção n.º 3 iriam votar contra, na Moção n.º 4 também se iam abster pelas razões já referidas, depois havia pouca precisão na Moção n.º 5 o que também já era habitual nessa matéria, na Moção n.º 7 iriam pela abstenção, e em relação à Moção n.º 10 pediu também que a votação se fizesse ponto por ponto. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para responder a questões colocadas ao longo do debate, começou por pedir desculpa por não motivar tanto os Deputados Municipais como o Sr. Presidente da Câmara, porque, talvez por essa razão, não foram praticamente feitos nenhuns pedidos de esclarecimento à Câmara. Foram feitas referências sobre algumas questões, que procuraria interpretar como esclarecimentos que a Câmara poderia dar, pelo respeito que tinha pela Assembleia, e, assim, em primeiro lugar, iria fazer referência à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia. -----

----- Sobre essa matéria, disse que se ainda não foram feitas todas as transferências para as Juntas de Freguesia a Câmara teria que se penitenciar por isso porque elas já deveriam ter sido feitas. Os protocolos elaborados entre a Câmara e as Juntas tinham prazos definidos e, portanto, teriam que ser cumpridos. Esperava que tivesse sido por razões de qualquer natureza formal que isso não tivesse acontecido, e mais uma vez iriam procurar que isso não voltasse a acontecer. Sabiam as dificuldades que as Juntas tinham, tal como a Câmara, do ponto de vista financeiro, sabiam como era difícil nesta fase a vida económica do País para trabalhar com as verbas que tinham, quanto mais ainda se fossem criadas condições acrescidas de dificuldade através de uma transferência que não era efectuada e para a qual não se encontravam justificações muito plausíveis para que assim tivesse acontecido. -----

----- Portanto, percebia que de novo a questão tivesse sido posta, era uma pressão claramente legítima por parte das Juntas de Freguesia e ficava bem à Assembleia Municipal chamar a atenção para isso, mas só tinha que se penitenciar de ainda não terem sido capazes, pelos vistos, de dar resposta a essa questão. -----

----- Sobre o campo de futebol do Bairro da Boavista, disse que ele foi inaugurado, estava licenciado e pronto a ser utilizado. Entendia que deviam agilizar, à semelhança

do que foi feito com outros equipamentos desportivos e não só, que foram inaugurados no último dia 25 de Abril, porque entenderam que era uma maneira prestigiante de dar um sinal claro que o 25 de Abril era uma palavra de esperança, que não era algo que se fez num dia, em 1974, mas sim algo que se fazia todos os dias, que se construía todos os dias e que nunca devia terminar. E, nesse sentido, quiseram fazer quatro inaugurações nesse dia como forma de homenagear o 25 de Abril. Só que, como se disse, não era fazer as inaugurações num dia e elas não serem postas ao serviço das populações no momento seguinte. -----

----- Portanto, o campo de futebol do Bairro da Boavista era hoje uma realidade, e como realidade que era iria ser posto à disposição da população. -----

----- Quanto à questão do túnel, disse que maior transparência que a que foi manifestada pela Câmara era difícil de se verificar, porque o documento que hoje receberam do tribunal já estava nas mãos de todos os Deputados Municipais, e era uma boa prática que os Deputados Municipais, ao mesmo tempo que a Câmara, tomassem conhecimento desse mesmo documento. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- A **Moção n.º 1**, subscrita pelo Deputado Municipal José Godinho, do PCP, que no ponto 4 foi alterada onde constava “Assembleia Municipal de Lisboa” passava a constar “*Assembleia da República*”, a requerimento do Deputado Municipal Pedro Portugal, do PSD, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do PPM, e a abstenção do PSD e do CDS-PP. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do PPM, e a abstenção do PSD e do CDS-PP. -----

----- Aprovar o ponto 4, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do PPM, e a abstenção do PSD e do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2**, subscrita pelo Deputado Municipal António Pereira, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM, e a abstenção do PSD e do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, com uma alteração introduzida ao ponto 1, que ficou com a seguinte redacção: “*1. Exigir junto do Governo português o anúncio da retirada das forças da GNR do Iraque*”. -----

----- Aprovar, por maioria, **Moção n.º 4**, subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e a abstenção do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 6**, subscrita pelo Deputado Municipal Rodolfo Caseiro, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 7**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra do PPM, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 8**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 9**, subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- A **Moção n.º 10**, apresentada pelo PEV, a requerimento do Deputado Municipal Pedro Portugal, do PSD, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: --

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e PPM, e abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM, e votos contra do PSD, CDS-PP.. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM, e a abstenção do PSD e do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 11**, que era um Voto de Pesar, subscrito pelo Deputado Municipal António Tavares, do PSD, pela morte do Embaixador João Augusto de Medices. -----

----- Finda a votação do Voto de Pesar, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 12**, que era uma Saudação ao 1º de Maio, subscrita pela Deputada Municipal Luísa Sabino, do PS, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Gonçalves (PPM)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Na Moção n.º 2, da Junta de Freguesia de Marvila, o PPM votou favoravelmente embora, por lapso, o Sr. Presidente tenha anunciado que votamos contra. (Esta correcção foi já introduzida na respectiva votação). -----

----- Na Moção relativa à suspensão das obras do Túnel das Amoreiras nós votamos contra porque entendemos que é inútil estarmos a aprovar uma Moção quando as obras já estão suspensas pelo Tribunal Administrativo.” -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, disse que o Deputado Municipal Magalhães Silva, Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, estava a passar nesta altura um momento de sofrimento. Estava internado e pensava que seria bom que a Assembleia lhe fizesse chegar uma palavra de solidariedade e de amizade para com ele. A Comissão de Intervenção Social e Cultura, de que é membro o aludido Deputado Municipal, já lhe fez chegar, mas desejava que a Assembleia o fizesse também porque era nos momentos que estavam em dificuldade que a solidariedade deveria ser prestada. -----

----- **O Senhor Presidente** propôs que a Deputada Municipal Ana Sara Brito redigisse um texto a desejar as melhoras em nome da Assembleia Municipal, que a Assembleia o faria chegar ao referido Deputado Municipal. -----

----- Seguidamente, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 182/2004;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 200/2004;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 212/2004;** -----

----- Foi distribuído um aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 5 - Apreciação do Relatório da Comissão Permanente da Divisão Administrativa da Cidade.** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 113/2004;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 114/2004;** -----

----- **Ponto 8 – Proposta 222/2004;** -----

----- **Ponto 9 – Proposta 232/2004;** -----

----- **Ponto 10 – Proposta 233/2004;** -----

----- **Ponto 11 – Proposta 234/2004;** -----

----- **Ponto 12 – Proposta 240/2004;** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA C.M.L. ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que fez questão, como tem feito sempre, e procurando aqui também inovar em relação a tempos anteriores, de estar presente naquela que é a informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, apesar de alguns condicionamentos com que hoje estava. E, por isso mesmo, queria dizer ao Sr. Presidente, com o devido respeito, que ouviria uma intervenção por cada partido, se entendessem teria todo o gosto em responder, mas depois a Câmara estaria presente, através dos Srs. Vereadores, para continuar a acompanhar o debate da informação escrita que a Assembleia, em seu juízo, entendesse por bem travar. -----

----- Referiu que em relação aos dois últimos meses de actividade do Executivo permitia-se destacar, em primeiro lugar, o que vinha referido logo no início por ser

importante para os trabalhadores de todo o Município: a criação dos seus Serviços Sociais, que era uma aspiração antiga, substituindo a Caixa de Previdência do Pessoal da Câmara. Procuraram assegurar, quer na escritura de constituição, quer na cerimónia no Salão Nobre da Câmara, que todas as forças políticas estivessem representadas, e assim aconteceu. -----

----- Portanto, este projecto, que se iria traduzir em vantagens óbvias para os trabalhadores da Câmara com a criação desses serviços e os vários equipamentos que eles proporcionavam, designadamente o centro de saúde, o centro-de-dia e outros apoios às diversas faixas etárias das famílias dos funcionários, era efectivamente um projecto que a todos motivava, e que conseguiram, através da iniciativa da Direcção Municipal de Recursos Humanos, levar a cabo. Só na construção do imóvel seria um investimento de cerca de 8 milhões de euros, o que era, naturalmente, um investimento significativo para a melhoria de condições dos funcionários da Câmara. --

----- Mas sublinhava também uma outra decisão que era quase singular no País. Apesar da legislação recentemente aprovada pelo Governo em relação às formas de provimento dos dirigentes da Administração Pública nos seus cargos, e de ter sido afastada a exigência de concurso público nos termos em que existia antes, que também não era cumprida, em muitos casos, na Administração Local, fizera um despacho a determinar a abertura de concurso público para todos os cargos dirigentes, incluindo os de Director Municipal, que, como era sabido, tinha um estatuto que podia permitir atribuir-lhe alguma componente de confiança política dos titulares dos cargos políticos na sua nomeação, neste caso do Executivo. Tinham até um estatuto remuneratório superior ao dos próprios Vereadores, e a lei orgânica dizia que essa figura foi criada para promover a coordenação entre o Presidente da Câmara, os Departamentos e os próprios Vereadores. -----

----- Portanto, mesmo para esses cargos determinara a abertura de concurso público porque achava que era um princípio salutar que devia ser cumprido. Não censurava a quem não o praticava, mas esperava que fosse devidamente registado que a Câmara Municipal de Lisboa o praticava de um modo que talvez não tivesse paralelo em todo o País, independentemente das orientações partidárias de cada uma das outras autarquias. Dizia isso com o devido respeito pelos colegas, mas factos eram factos! ---

----- E sublinhava, também, a entrada em funcionamento de novos serviços da Câmara nos últimos dois meses, nomeadamente o LX Alerta e o LX Porta a Porta. Viu desvalorizadas essas iniciativas nalgumas intervenções, infelizmente até nalguns casos por pessoas com responsabilidades em Juntas de Freguesia, o que, contudo, não aconteceu no geral. Eram iniciativas que não eram de somenos, que envolviam um esforço grande dos serviços, contratação e formação de pessoal, aquisição de frota, disponibilização de meios, organização dos respectivos programas e já foram explicadas as suas motivações e o seu enquadramento. -----

----- Sobre o LX Porta a Porta, disse que queria esclarecer perante a Assembleia Municipal, a propósito de umas declarações vindas a público pela Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, que referiu, não na Assembleia mas perante a comunicação social, no dia da apresentação do programa, que era mais uma iniciativa

das que eram típicas do Presidente da Câmara, só para português ver, e que lamentava que as Juntas de Freguesia não tivessem sido ouvidas. -----

----- Mas, de facto, tinha trazido, em devido tempo e com o pedido para ser distribuída, a carta para a Exma. Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, que respondeu o seguinte, apesar de ter dito à comunicação social que, infelizmente, a Junta não tinha sido ouvida: -----

----- “Câmara Municipal de Lisboa -----

----- Gabinete da Presidência -----

----- 17 de Março de 2004 -----

----- Assunto: LX Porta a Porta. -----

----- Acuso a recepção da carta referente ao serviço LX Porta a Porta, com data de 9 de Março. -----

----- Pela presente informo que não tenho meios físicos para responder ao solicitado. --

----- Estamos ao dispor para ajudar caso a Câmara Municipal queira disponibilizar um funcionário para fazer o levantamento dos elementos para a optimização deste serviço. -----

----- Com os melhores cumprimentos -----

----- A Presidente, Maria de Lurdes Pinheiro.” -----

----- Explicou que o que a Câmara Municipal solicitou às Juntas foi que dessem o seu parecer, transmitissem a sua posição sobre quais os percursos que consideravam mais aconselháveis para que, em cada uma das freguesias, esses veículos do LX Porta a Porta prestassem apoio aos respectivos fregueses e munícipes. Mas o que neste caso estava em causa era dizer que não foi pedida a participação das Juntas de Freguesia. Não fazia comentários, limitava-se a trazer a prova dos factos. -----

----- Sublinhou, também, que tem sido considerável o atendimento e o impacto desses serviços junto dos munícipes. No LX Porta a Porta onde tem sido menor é na Alta de Lisboa, onde, de facto, por razões compreensíveis não existia tanto movimento ao longo do dia, era mais ao princípio do dia e à noite, porque nos bairros históricos, por exemplo Campo de Ourique e outros percursos, os números estavam disponíveis e podiam ser consultados por todos. Naturalmente era um programa móvel, não rígido como tudo o que era humano, e iriam procurar adaptar à medida das exigências que se fossem afigurando como óbvias. -----

----- Por outro lado, procuraram fazer a concertação com a Associação de Taxistas, procuraram fazer também a concertação com a Carris e, neste momento, estava tudo controlado para não haver sobreposição de funções. -----

----- Pedira, aliás, o recorte onde estavam as declarações da Sra. Presidente da Junta, D. Lurdes Pinheiro, que criticava ainda o facto do programa e os percursos terem sido delineados sem a colaboração das autarquias locais mais próximas da população e das suas necessidades. Exibiu o dito recorte acrescentando que estava ali a prova, não fazia mais comentários. -----

----- Continuando, disse que nos dois meses a que se referia a informação foi lançado o concurso de concepção/construção como projecto base para a construção de sete novas piscinas municipais em Lisboa, o que era algo que, com essa dimensão e com essa amplitude, era absolutamente inovador. Lembrava-se, desde que nasceu, de ver

por vezes que ia ser construída uma piscina, ou duas, em Lisboa. Ver-se-ia se tudo corria bem, mas não ficariam por aí, novas propostas iriam apresentar nessa matéria. Tinham sido colocadas dúvidas, há algum tempo, na Assembleia Municipal por Deputados Municipais do BE, do PEV e não só, mas ficava agora claro o empenho da Câmara no cumprimento dessa promessa feita antes das eleições. -----

----- E a propósito de obras salientava as que foram inauguradas no passado fim-de-semana, e desejava dizer, porque às vezes quem lia algumas notícias podia não ter essa impressão, que nas referidas obras, apesar dos problemas em que estavam envolvidas e que tiveram que resolver, como vinham do mandato anterior tiveram ocasião de, por sua solicitação expressa, colocar nas respectivas lápides de inauguração que a obra tinha sido começada no mandato anterior, sob a presidência do Dr. João Soares, e concluída neste mandato. Era algo que também mais ninguém fazia, infelizmente, na política em Portugal e que, naturalmente, passara sem nada. Também não esperavam nenhum tipo de reconhecimento, era tão só o registo que fez assim como já fez, no seu mandato anterior, o mesmo em relação a quem o antecedeu, com a devida referência a quem exercia o cargo de Presidente da Junta de Freguesia, porque, de facto, o seu a seu dono. -----

----- Congratulava-se, portanto, por ter sido possível terminar a tal piscina de Alfama, o polidesportivo de Santa Catarina que tantas questões burocráticas também teve, para além da colectividade em Santa Engrácia e do campo da Boavista, este último depois da solução que encontraram. Porque era um problema curioso: quando se dizia que já estava inaugurado não podia estar porque a Câmara, em 2001, decidiu passar a responsabilidade do projecto para a EPUL, depois pôs-se ao longo do tempo a questão que se punha há anos e que tinha que ser resolvida, que era saber se sendo o terreno propriedade da Câmara mas tendo o projecto passado para a EPUL ele estaria sujeito a licenciamento ou não. O certo é que por se entender que não estava sujeito a licenciamento o licenciamento não foi tratado, e quando depois das vitorias, em Novembro de 2003, foi confirmada a necessidade de licenciamento, a EPUL apresentara elementos a partir de Janeiro e os elementos finais no dia 6 de Abril de 2004. -----

----- Por outro lado, salientava também as empreitadas lançadas no domínio da requalificação urbana, que as megas ETDs – empreitadas de trabalhos diversos, estavam já em desenvolvimento nalguns bairros históricos de Lisboa, que o início da reabilitação, na zona do Intendente, começava dentro de dias com a reabilitação de prédios em concreto. Aliás, hoje em dia era visível em Lisboa, a não ser para quem não quisesse ligar ao assunto, o número de intervenções em termos de reabilitação que se ia generalizando um pouco por toda a cidade. Salientava, com gosto, que na rua dos pastéis de Belém, ao pé do Palácio da Presidência da República, os n.ºs 1 e 62 começaram já em obras, como, de resto, estava a acontecer por várias ruas da cidade, acolhendo os proprietários, normalmente, as intimações que a Câmara estava a fazer para o efeito e por acreditarem já que se não fizessem as obras a Câmara as faria. -----

----- Salientou, também, a participação mecénica que foi conseguida para o programa Lisboa a Cores, que se iniciaria dentro de dias, e teriam a apresentação, no

Museu do Fado, sexta-feira, do conteúdo desse programa. A BRISA e a CIN participaram com um esforço mecenático que ultrapassava um milhão de euros para a recuperação de fachadas dos bairros históricos, e essa participação mecenática, em obras de reabilitação, não tinha também qualquer paralelo em outras zonas do País, o que só era possível porque mobilizaram a vontade dos privados por acreditarem nesse esforço de reabilitação e no exemplo público que estava a ser dado de verdade no cumprimento desse objectivo primeiro da reabilitação dos prédios que estavam em mau estado em Lisboa. Aliás a CIN, pelo que viu, tinha também uma participação mecenática no Museu da Presidência da República, obra para a qual a Autarquia de Lisboa também contribuiu com gosto e com honra. -----

----- Através desse programa, em 2004 recuperariam as fachadas de cerca de 600 edifícios, e nalguns casos as coberturas, dos bairros históricos de Lisboa, públicos ou privados desde que correspondessem aos critérios de selecção, a acrescentar aos que já estavam em obra e a que se deviam juntar algumas dezenas que no Chiado entrariam também brevemente em obra, num panorama e numa realidade de reabilitação absolutamente sem precedentes. -----

----- Prosseguindo, disse que não sabia se os Deputados Municipais tiveram já ocasião de ver em Lisboa o que eram as equipas e os funcionários do LX Alerta. Ainda ontem à noite ele próprio tinha visto uma da iluminação a trabalhar, mas eles estavam por toda a cidade e constantemente se viam a acorrer às chamadas que os municípios iam fazendo. -----

----- Em matéria de acção social, disse que desejava salientar o que significava o desenvolvimento do processo de eliminação das barreiras arquitectónicas para cidadãos portadores de deficiência física, e confirmar na Assembleia Municipal que, para além do cumprimento das normas dos regulamentos em vigor, a Sra. Vereadora do Urbanismo asseguraria, conforme despacho seu e orientação também da Sra. Vereadora dos assuntos sociais, que edifícios a construir em Lisboa, fossem de que iniciativa fossem, de ora em diante teriam de respeitar as normas da construção anti-sísmica, da acessibilidade para deficientes, e cada vez mais, principalmente na zona oriental, da auto-sustentabilidade em matéria energética, e para isso estavam a desenvolver um programa também apresentado junto das entidades da União Europeia. -----

----- Tudo isso ao abrigo dum quadro geral para modernizar e requalificar a cidade, torná-la competitiva, mas também respeitadora dos direitos dos seus cidadãos. -----

----- E, por essa razão, também desejava salientar a aprovação de um regulamento inovador, em que participaram as associações do sector exactamente para aquelas que eram as medidas que iam adoptar no campo da eliminação das barreiras arquitectónicas para portadores de deficiência, e que queria, e queriam, que tornassem Lisboa uma cidade exemplar nessa matéria, em termos europeus e em termos mundiais. Esse era um objectivo prioritário da Câmara. -----

----- Desejava ainda dar nota à Assembleia Municipal, que na semana passada foi finalmente ultimado o plano de pormenor da Rua Artilharia Um, e que amanhã mesmo iria a reunião de Câmara, como iriam também os termos de referência das

cérceas do Campo Grande e da Av. da República, o plano de pormenor da zona da FIL. O PUZRO teve mais uma reunião para finalizar, na CCDR, na passada sexta-feira, dia 23. A Sra. Vereadora esteve lá, mais uma vez, ele próprio falara, anteontem, com o Sr. Presidente da CCDR para confirmar, finalmente, o terminar desse plano. ----

----- Também o estudo urbanístico de Alcântara seria apresentado amanhã em reunião de Câmara, todos aqueles espaços das oficinas da Câmara e do projecto Alcântara-Rio, cuja primeira fase decorrera sem nenhum desses estudos, também a zona a norte das oficinas da Câmara que já estava demolida, a outra parte para a qual foi apresentada a proposta do Arqtº Siza Vieira, portanto esse estudo urbanístico envolvia todas essas áreas na coordenação da intervenção nessa zona da cidade que, sem dúvida, seria uma zona que muito iria mexer, que iria atrair novos cidadãos, novos eleitores, nova vida, um novo tecido económico e uma nova realidade, por muito que alguns, às vezes, quisessem que ela ficasse exactamente na mesma em certos aspectos, olhando só para o passado ou para o imobilismo que a ninguém nem a nada serve nem servirá. -----

----- Também o Plano Director Municipal estava terminado nesta sua fase, seria de novo apresentado em reunião de Câmara com todos contributos havidos, os Vereadores da oposição naturalmente têm participado nos termos em que entendiam fazê-lo, e, portanto desejava sublinhar a importância dada, na prática, a essa componente do planeamento e a concretização dos planos. Outros, como o plano de cérceas da Av. Fontes Pereira de Melo iria à próxima reunião de Câmara para aprovação, para Chelas também estava a ser desenvolvido, foi nomeado um novo director da Unidade de Projecto, e, portanto, toda essa perspectiva planeada das intervenções na Cidade de Lisboa era algo que lhe aprazia salientar e sublinhar, o que pensava seria também do agrado da Assembleia. -----

----- Terminou dizendo que estava à disposição para responder a questões que considerassem de interesse para o Município neste momento. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Analisando a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, queremos registar o facto de ao fim de 2 anos e 3 meses serem atendidas as sistemáticas reclamações para o facto da informação escrita não ter índice e paginação, neste aspecto melhorou. No entanto a informação mais parece relatórios dos serviços, acompanhados por um anexo do Sr. Presidente, apresentado em separado. -----

----- Em relação à informação escrita há alguns assuntos a merecerem a nossa avaliação positiva, como o caso da reserva de verbas para recuperar o Parque Infantil e caminhos do Parque José Gomes Ferreira como o PCP vem defendendo. Como vêem Srs. Deputados Municipais do PSD, a Câmara respeita a identificação do Parque. -----

----- O mesmo em relação à criação dos Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Lisboa, que vem no sentido daquilo que o PCP sempre defendeu. -----

----- Quanto à Mata da Madre Deus, não pode ficar mais um ano apenas pelo corte regular de vegetação e limpeza diversa, deveria atender-se à necessidade de proceder

a arborização, criação de caminhos pedonais, construção de um parque infantil, conclusão do polidesportivo e estabilização da encosta, pois com o inverno corre-se o risco de haver desabamento de terras. -----

----- Existem na informação várias repetições, em nosso entender este facto deve-se, ou à falta de atenção, ou a serem várias pessoas a tratar do mesmo assunto. -----

----- Saneamento e Higiene Urbana – a referenciar: -----

~----- A construção dos balneários e lavadouros da Rua Gualdim Pais, já que os actuais estão a precisar de ser substituídos, pois apesar da manutenção não se consegue evitar a sua degradação, pelo que se torna urgente a sua construção o que há muito temos vindo a reclamar. Esperamos que desta vez os compromissos que têm sido feitos e sistematicamente adiadas sejam finalmente concretizados, estamos a falar de equipamentos extremamente necessários para a população. -----

----- Na página 57 da informação escrita, quando se fala na execução e acabamento das obras do Real Olímpico da Picheleira, não compreendemos o que se pretende na realidade. -----

----- A Câmara deve saber que esta colectividade deixou de existir após o realojamento dos moradores do Casal do Pinto, que impossibilitou a sua continuidade em locais dispersos. -----

----- As instalações que eram destinadas a esta colectividade foram cedidas à Junta de Freguesia, que ali instalou a Casa da Juventude do Beato, a funcionar desde 2001. -----

----- Apesar de termos apresentado várias propostas de cooperação com a Câmara para aquele espaço, a Sra. Vereadora da Juventude ainda não atendeu a nenhuma nem visitou ainda aquelas instalações. Aproveitamos a oportunidade para reiterar o convite à Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt e dizer que teremos muito prazer em a receber nesse espaço. -----

----- Quanto ao projecto da toxicodependência, área dos sem abrigo, gostaria de receber da Câmara informação de quais os problemas com o Centro de Acolhimento aos Sem Abrigo, Exército de Salvação, já que a imprensa dizia que poderia fechar, por falta de verbas visto a Câmara dever mais de 50.000 euros a esta instituição. -----

----- Quanto aos transportes e estacionamento, a informação diz que estão a ser analisadas as propostas apresentadas pelas Juntas de Freguesia para a construção de parques. Seria interessante que informação especificasse estas questões para assim as conhecermos. -----

----- Na informação anexa, relativamente ao projecto LX Porta a Porta é de referir não ter existido por parte da Câmara o cuidado de auscultar as opiniões das entidades locais. Se o tivesse feito, teria oportunidade de constatar que a dificuldade deste tipo de transporte não está restrito apenas aos locais anunciados, mas que existem muitos outros locais com as mesmas carências sendo urgente a tomada de decisões que facilitem a vida às pessoas, principalmente aos idosos, que têm imensas dificuldades em se deslocarem as centros de saúde devido a escassez ou até inexistência de transportes, que os conduza directamente aqueles locais. -----

----- Por tudo isto, é necessário e urgente que se tenha em linha de conta a auscultação das Juntas de Freguesia, em questões que são fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- Deixei para o fim as questões relacionadas com a requalificação urbana, o que, perdoe-me a expressão, mais parece uma “requalificação de fachada” até porque foi assim que o Sr. Presidente da Câmara escreveu, fazendo jus ao ditado popular “foge a boca para a verdade” nada refere de prédios degradados .-----

----- Entendemos que este tipo de intervenção é importante, desde que assumida, não podemos é concordar com a colocação sistemática de telas, criando nas pessoas a falsa ilusão de que as coisas estão a avançar, quando a realidade é outra, senão consideremos: -----

----- Na Av. da Liberdade, esquina com a Rua Alexandre Herculano, existem telas colocadas há dois anos, sem que tenha havido até à data qualquer intervenção. Situações similares acontecem noutros pontos da cidade. -----

----- Anuncia a Câmara a construção de sete piscinas, consideramos importante, mas o que se nota é um planeamento com critérios duvidosos, já que nalguns casos, aponta para a construção deste tipo de equipamentos em locais onde estes já existem, ou existem nas proximidades, em detrimento doutros locais onde não existem piscinas. Mais uma vez, se detecta uma lacuna no contacto e auscultação com as Autarquias Locais de forma a que estas situações não aconteçam. -----

----- Em relação ao túnel queremos aqui afirmar que ao contrário daquilo que diz o Dr. José Manuel Fernandes, o PCP sempre manifestou discordância com a obra.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que as suas primeiras palavras não eram para o Sr. Presidente da Câmara mas sim para o Sr. Vereador Vasco Franco, que hoje fazia 52 anos. E referia isso não pelo facto de ele fazer hoje 52 anos mas sim porque a Cidade de Lisboa muito lhe devia. Se hoje em dia não existiam em Lisboa os grandes bairros de barracas, tal devia-se, efectivamente, ao trabalho e persistência do Sr. Vereador Vasco Franco. Portanto, tinha que prestar ali esta sua pública homenagem. -----

----- (Nesta altura, a Assembleia deu os parabéns ao Sr. Vereador Vasco Franco tributando-lhe uma salva de palmas). -----

----- Prosseguindo, disse que havia silêncios que por vezes eram ensurdecedores. De facto, não compreendia que o Sr. Presidente da Câmara não tivesse hoje, na sua primeira intervenção – mas esperava, e ainda estava a tempo, que o viesse a fazer – não tivesse reagido, não tivesse dito de sua justiça, em relação à decisão que o Tribunal Administrativo de Lisboa tomou em relação ao Túnel do Marquês. Não estavam perante uma decisão qualquer, nem perante uma obra qualquer! Estavam perante um compromisso sério que Sr. Presidente da Câmara assumira quando se candidatou à Câmara Municipal de Lisboa, que foi transformada na sua própria obra de regime. -----

----- Sobre essa matéria, referiu que o PS lamentava que se tivesse chegado a essa situação, mas havia uma coisa que o Sr. Presidente da Câmara nem ninguém da maioria podiam dizer: é que não foram avisados pelo PS de que as coisas estavam por

mau caminho. Nunca pondo em causa a legitimidade política que o Sr. Presidente da Câmara teria, e tem, em querer construir esse túnel, a verdade era que, desde a primeira hora, o PS lhe solicitou que se procedesse a um estudo de impacte ambiental. Ele próprio o disse várias vezes em intervenções que fez e que tinha agora consigo: em 20 de Novembro de 2002, mais recentemente em 20 de Janeiro de 2004, e na última intervenção que fez, no passado dia 6 de Abril, até sugerira que a Câmara Municipal de Lisboa suspendesse as obras, de mote próprio para mandar fazer esse estudo de impacte ambiental, e o PS apresentou moções onde solicitava a realização desse estudo, em 20 de Janeiro e em 17 de Fevereiro de 2004. -----

----- Portanto, bem avisaram que era necessário fazer esse estudo de impacte ambiental, até tiveram o cuidado de dizer que não estavam perante uma questão jurídica no entender do PS, o importante nessa matéria não era saber se era obrigatório, do ponto de vista da lei, fazer ou não fazer o estudo de impacte ambiental. Disseram até que dentro do próprio partido havia interpretações divergentes sobre isso, mas sempre disseram também que era um acto de boa gestão, um acto necessário e fundamental, proceder-se a um estudo de impacte ambiental dada a natureza e a dimensão dessa obra. -----

----- Um túnel com o percurso e o comprimento que este tinha, com as implicações que tinha do ponto de vista do tráfego, com as implicações que poderia ter do ponto de vista da segurança em toda a área envolvente, com as implicações que necessariamente teria do ponto de vista ambiental ao trazer-se para dentro da cidade milhares e milhares de automóveis, muito naturalmente o bom-senso e a boa gestão das coisas implicava que o Sr. Presidente da Câmara ordenasse a feitura de um estudo de impacte ambiental antes de avançar com a obra. -----

----- Mas não o quis fazer! Era incompreensível para o PS que não o tivesse querido fazer! A única justificação que encontravam era sempre a necessidade dos calendários eleitorais e ter-se obra feita a tempo de se poder tirar algum proveito disso mesmo. ----

----- Disse, depois, que com esta medida se criou na Cidade de Lisboa uma grande trapalhada. Como o Sr. Presidente da Câmara sabia, perante a posição da Sra. Comissária do Ambiente do Parlamento Europeu, à qual, embora não fosse esse o seu timbre, reagira arrogantemente dizendo que ia para a frente e que ninguém lhe dava lições de ambiente. Agora era o Tribunal Administrativo que criava uma situação de facto consumado, perante o qual a Câmara, tinha certeza porque eram pessoas de bem, teria que cumprir e acatar a decisão. Tinha plena consciência disso! -----

----- Mas a verdade era que Lisboa saiu prejudicada! Lisboa estava metida numa grande alhada, numa grande trapalhada porque as obras iam parar, haveria com certeza indemnizações a dar aos empreiteiros, Lisboa estava parcialmente esburacada, e tudo isso poderia ter sido evitado se tinha havido boa gestão, a boa gestão política dos processos, a boa gestão das coisas. -----

----- E, nesse aspecto, o Sr. Presidente da Câmara surpreendera-o, negativamente, porque estava convencido que iria ter todos os cuidados nessa matéria. Alertaram para outras dificuldades, para outras coisas com as quais não concordavam, nomeadamente a questão da anulação do concurso e a forma como ele foi adjudicado directamente.

Não porque estivesse em causa qualquer coisa que tivesse a ver com a legalidade ou não legalidade, mas porque estava em causa a transparência das coisas e porque, evidentemente, o caderno de encargos foi alterado. Também ali levantaram essa questão. -----

----- Continuavam preocupados com as questões de segurança, e, portanto, mais valia endireitar aquilo que estava torto do que deixar as coisas continuarem mal e depois sucederam, oxalá nunca sucedessem, acontecimentos terríveis. -----

----- Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que mandasse fazer o estudo de impacte ambiental urgentemente, que desse cumprimento – tinha a certeza que iria dar – à sentença do tribunal, porque estariam ali para avaliar as consequências disso tudo, porque, na verdade, a questão estava agora numa grande trapalhada. -----

----- Disse, ainda, que não pertencia ao número daqueles cidadãos que mudaria de País se eventualmente o Sr. Presidente da Câmara fosse eleito para outros cargos, não entraria em transe nem nada, mas qualquer dia todos teriam que mudar de cidade se continuavam com estas confusões e com estas trapalhadas. -----

----- Estavam ainda a tempo de mudar de atitude, estavam a tempo de mudar de procedimentos, era necessário fazer o estudo de impacte ambiental, e também fazia um forte apelo no sentido de que se fizesse um novo estudo sobre o volume de tráfego, com o impacto da circulação automóvel dentro da cidade, porque o estudo que lhes foi facultado, não sabia se havia outro ou não, para o PS não era credível. De facto, fazer-se com uma única amostragem a uma segunda-feira, à tarde, para o PS não era credível e não era desejável. -----

----- Concluiu dizendo que o Sr. Presidente da Câmara ainda estava a tempo de poder emendar essas situações, para que Lisboa não se afundasse mais em trapalhadas. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que da intervenção escrita do Sr. Presidente da Câmara – e naturalmente daquilo a que o PCP chamava anexo mas que era um resumo que nem sempre foi feito no passado e que era importante para sintetizar parte das questões, porque quanto a relatórios dos serviços também estavam conversados em relação àquilo que era a tradição dos relatórios do Presidente da Câmara no passado – destacaria aquilo que ali foi prometido há algum tempo a esta parte e que hoje estava em execução plena e que eram os programas LX. -----

----- Recordou que quando o Sr. Presidente da Câmara lançou essa ideia, falaram ali, ele próprio fez uma intervenção nesse sentido, que era um toque suplementar dado pelo Executivo no sentido de uma humanização da cidade, isto é, no ponto de fazer a diferença de chegar mais longe em relação ao passado. -----

----- Agora vinha o PCP dizer, mais ou menos, que no LX Porta a Porta se se tivesse ouvido outras entidades poderia haver outro tipo de trajectos mais vastos. Admitia que sim, com certeza admitiriam todos, mas era óbvio que esses projectos não estavam fechados, o Sr. Presidente da Câmara disse que eram programas em mutação, mas, para si, isso significava um corte com uma prática que era feita no passado, ou pelo menos era uma novidade que era implementada. -----

----- Havia, não diria um pacto de acordo entre todos, mas mais ou menos a intenção de desviar a questão recorrente do passado falando-se antes do futuro como sempre tem sido pugnado pelas diversas bancadas, e, portanto, quanto ao presente e futuro tinham dois programas com a feliz designação de LX, que faziam esse toque de qualidade suplementar. -----

----- Vinham agora dizer que se podia ir mais longe, o que significava, pelo menos assim o interpretava, que em relação ao Porta a Porta e ao Alerta havia um apoio unânime. Estavam apenas a discutir os modos como fazer mais dois, três, quatro, cinco ou seis trajectos, tantos quantos fossem necessários, mas era verdade que havia uma aceitação global desses programas porque eles, de facto, traduziam uma mais-valia evidente, concretizada num curto espaço de tempo relativamente à primeira intervenção que ali foi feita pelo Sr. Presidente da Câmara sobre os mesmos, e revelavam o toque de qualidade suplementar que foi dada à gestão da cidade e consequentemente ao bem-estar dos munícipes. -----

----- Por outro lado, percebia também que o PCP sempre pugnara pela criação dos serviços sociais, enfim, não voltava a falar do passado, apenas do presente, mas quem conseguiu implementar essa medida, e no tempo em que ela foi implementada, foi o actual Executivo. -----

----- E, para além dessa, também medidas de modernização administrativa e algumas de publicitação de actuação dos órgãos do Município, de visualização dos mesmos, que foram conduzidos pelo actual Executivo, davam sinais claros da gestão interna da própria casa – as organizações nem sempre olhavam para dentro – que aqui foi conseguida, e também o regime de concursos “Alampo” para as respectivas chefias para os cargos dirigentes da estrutura da Câmara. -----

----- Portanto, eram estes os pontos que destacava por lhe parecerem os mais importantes do período a que respeitava a informação escrita em apreciação. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, no uso da palavra, disse que não estava previsto intervir, mas dado que o Sr. Presidente da Câmara leu uma carta sua passava a ler também uma carta que ele lhe escreveu, que deu aso à sua resposta, e que dizia o seguinte: -----

----- “Exma. Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro -----

----- Assunto: Lisboa Porta a Porta -----

----- Exma. Senhora -----

----- Serve a presente para a informar que a Junta de Freguesia a que V. Exa. preside vai poder usufruir, dentro de pouco tempo, do serviço Lisboa Porta a Porta. -----

----- Este serviço é gratuito e aberto a todos. Será prestado por pequenas carrinhas, visa dar apoio aos bairros e fazer o transporte dos munícipes que deixam os carros em parques de estacionamento junto das suas casas, evitando-se, assim, a sobrecarga de estacionamento das principais artérias do bairro. -----

----- A selecção dos bairros, nesta primeira fase, foi feita com base em pedidos antigos da Junta de Freguesia, pedidos dos moradores e lacunas nos percursos de horários da Carris. Este serviço só abrange o bairro. -----

----- As carrinhas farão um pequeno percurso fixo, foi também criado um número verde que dará alguma flexibilidade ao trajecto, possibilitando, assim, que as pessoas fiquem ou sejam recolhidas à porta de casa. -----

----- Com o objectivo de os associar a esta iniciativa, vimos solicitar a essa Junta que nos forneça os elementos que julgue necessários para a optimização deste serviço, bem como lista de estabelecimentos comerciais e afins, para que possamos dar a mais adequada formação a motoristas e prestar toda a informação que se considere útil. -----

----- Com este objectivo pedimos que nos façam chegar os vossos contributos até ao dia 12 de Março, inclusive. -----

----- Com os melhores cumprimentos” -----

----- A essa carta, que só recebeu no dia 9 de Março e que vinha assinada pela Adjunta Mafalda Castro, respondeu assinando ela própria a carta e não a sua adjunta, e deu a resposta que o Sr. Presidente da Câmara leu porque realmente não tinha condições para transmitir os elementos que eram pedidos. -----

----- Achavam que esse projecto era importante para a população, mas gostariam que tivesse sido visto com as Juntas, porque até tinha a sua intervenção preparada para hoje dizer ao Sr. Presidente da Câmara em relação a este mesmo projecto, que ficaram a saber que o projecto ia ser apresentado à comunicação social, que a sua Junta de Freguesia não tinha sido convidada mas esteve lá, que quando tinham conhecimento dos projectos da Câmara era através da comunicação social, como, por exemplo, tiveram conhecimento através da comunicação social da inauguração da piscina de Alfama. E então dizia-lhe agora que o projecto assim como estava não ia resolver o problema dos moradores e se fosse conversado com os eleitos das Juntas de Freguesia as coisas, se calhar, poderiam ser um bocadinho melhores e os moradores ficariam mais satisfeitos. -----

----- Terminou dizendo que estava indignada porque o Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez, pusera em causa o seu trabalho e a sua honra, mas teria que se convencer que ela tinha sido tão eleita quanto ele, o Sr. Presidente da Câmara defendia os interesses da população da cidade, e ela os da população da Freguesia de Santo Estevão. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que descontando o aspecto formal de quem subscrevia a carta em termos de assinatura, assim como o aspecto do calendário porque mesmo as datas poderiam ser justificadas ou poderia haver alguma outra questão, entendia que materialmente ficavam todos elucidados numa questão: ou seja, que a Câmara se dirigira à Junta a solicitar todos os elementos que considerasse pertinentes e necessários para o desenvolvimento do projecto. É que, de facto, da carta que acabara de ler ressaltava exactamente isso! -----

----- Claro que depois discutira uma questão formal, que, aliás, era habitual como o problema da numeração das páginas e dos índices, enfim, mais ou menos o costume nessas coisas. Agora não era o problema do índice nem da página, era o problema da assinatura e da data, mas, de facto, mais amplo não era possível! Nem sequer se dizia

que iria ser o trajecto A, B ou C e o que era que tinha a dizer sobre eles. Não! Abriu-se por completo. -----

----- Portanto, parecia-lhe que era um conceito de participação em relação ao qual estavam nos antípodas, e gostava de ouvir um esclarecimento sobre isso. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que perante a leitura das cartas que ali foi feita a sua pergunta ia no sentido de saber qual a razão por que a Sra. Presidente de Junta disse o que disse à comunicação social. -----

----- Isto porque o que a Sra. Presidente de Junta disse à comunicação social foi que nem sequer tinha sido contactada pela Câmara, quando efectivamente tinha sido porque até leu a carta que o Sr. Presidente da Câmara lhe endereçou. Portanto, porque é que disse isso à comunicação social. Pessoalmente não via razão nenhuma, mas também não queria pensar que fosse uma estratégia deliberada de alguns Presidentes de Junta da cidade de permanentemente porem em causa o trabalho do Presidente da Câmara e porem sistematicamente o Presidente da Câmara debaixo de fogo como se ele fosse o mau da fita. -----

----- Certamente não foi o caso, mas ou a Sra. Presidente de Junta esclarecia porque disse isso à comunicação social, ou então seriam obrigados a tirar essa ilação, que não queria tirar. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que os factos consumados eram os que estavam na carta, porque quando recebera o folheto da Câmara já estava tudo consumado. O mapa da passagem das carrinhas estava consumado. Aliás, há meses atrás, quando foi do condicionamento do trânsito, já se tinha falado que se estava a pensar num transporte interno para as pessoas mais idosas dentro do bairro, e ficaram sempre na expectativa que lhes fosse apresentado o projecto da Câmara sobre isso. E a carta que leu era que já estava tudo consumado. De resto, teve acesso ao folheto no dia da apresentação do projecto e apareceu lá um mapa a dizer que Alfama já estava em funcionamento. -----

----- Esclareceu que do que disse à comunicação social não tinha que dar justificação. Entendeu que devia dizer aquilo porque estava muito indignada, como ainda estava porque gostavam de participar e estavam sempre disponíveis para apoiar a Câmara em todos os projectos e em todo o trabalho que fosse para melhorar a vida dos moradores, e estava constantemente a receber na sua Junta de Freguesia pedidos de esclarecimento sobre uma coisa que não sabia. Se não as quisessem ouvir – porque afinal de contas o Bairro de Alfama tinha três freguesias – sobre essa matéria e davam-lhes uma carta com dois dias para responder, cada um sabia de si e Deus de todos e realmente não teve condições para responder. -----

----- Agora cada um que tomasse as posições que quisesse pois eram livres para as tomar também. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que, lembrando a sua intervenção no período de Antes da Ordem do Dia, ficava contente por não haver nenhum motivo de doença do Sr. Presidente da Câmara para não poder

estar presente numa reunião da Assembleia Municipal, após o facto do Tribunal Administrativo de Lisboa ter levantado a questão de ser ou não ser necessário um estudo de impacte ambiental para a construção do Túnel do Marquês. -----

----- No entanto, desejava primeiro fazer uma pergunta sobre uma questão que lhe parecia fundamental e que não tem sido tratada, embora já tivesse vindo a ser colocada nalgumas reuniões da Assembleia, e que tinha a ver com o seguinte. A partir de leis aprovadas na Assembleia da República e das determinações governamentais, nomeadamente do Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, respeitando à descentralização e à organização dos vários Municípios em termos de Autoridades Metropolitanas, de Juntas Metropolitanas e em termos da reorganização que estava a ser feita da descentralização do País, o prazo, de acordo com a lei, terminava brevemente. Várias Câmaras e Assembleias Municipais já tinham nas suas ordens de trabalhos a deliberação sobre qual a opção que os respectivos Municípios faziam sobre a Área Metropolitana, no caso concreto de Lisboa e do Porto, e, portanto, a questão que colocava era para quando a Câmara Municipal tinha previsto agendar para deliberação a sua posição perante a Área Metropolitana de Lisboa para depois propor à Assembleia Municipal, já que cabia à Câmara propor à Assembleia uma tomada de posição sobre essa matéria. -----

----- Disse, depois, que pensava que nenhum lisboeta ficaria contente que se delapidassem dinheiros ou se entravassem obras que eram fundamentais para a cidade, mas gostava de dizer ao Sr. Presidente da Câmara que no entender do BE tem sido encarado com alguma ligeireza, que vinha desde o primeiro debate que houve na Assembleia, na altura com o então Vice-Presidente da Câmara, Carmona Rodrigues, e actual Ministro, a questão das opções tomadas pela Câmara sobre o Túnel do Marquês. -----

----- Lembrava – e estava nas actas – que o BE propôs um outro túnel, exactamente ao contrário deste, um túnel que partiria da Av. da Liberdade passando pela lateral dessa artéria para a Av. Fontes Pereira de Melo, quase ao nível do solo, sem ter que andar a aprofundar, passando ao lado do Metro, portanto que não tinha que passar nem por cima nem por baixo nem sequer cortar uma parte da calote do Metro como num primeiro projecto isso aconteceu, segundo a Administração do Metro, mas quando propuseram isso, quando disseram que isso custava dez vezes menos, que tinha o objectivo de tirar carros na cidade e não metê-los e que não tinha qualquer risco porque era um túnel quase plano, a resposta que obtiveram nessa altura, quando questionaram que fosse explicado quais as razões porque estavam contra esse projecto e a favor do outro, a resposta, que estava escrita, foi: “porque que sim, porque achamos que este é que é”. -----

----- Ora, perante essa argumentação, que era a que normalmente se costumava dar a uma criança, ficaram esclarecidos sobre a não profundidade do assunto. Não levantaram nunca qualquer problema por entenderem que o Sr. Presidente da Câmara tinha legitimidade democrática e constitucional para levar por diante uma obra que propôs, e mesmo que não a tivesse proposto tinha legitimidade para o fazer. -----

----- Aquilo que consideravam, em relação ao que levantaram várias vezes problemas e por isso pediram para visitar a obra, para ver os *dossiers* e conversarem com “n” entidades sobre o assunto, foi sempre que tendo o Sr. Presidente da Câmara da Câmara legitimidade para fazer esse túnel, que não era a opinião política do BE, ele teria que feito com todo o rigor que era necessário. -----

----- Por isso, tendo o Tribunal Administrativo tomado agora uma decisão, que até lhe parecia bem ponderada, era importante que fosse dado um esclarecimento porque já tinha ouvido notícias que não correspondiam à realidade, porque o Tribunal Administrativo não mandara parar a obra, permitia que ela continuasse à superfície, apenas não permitia que houvesse obras de escavação enquanto não houvesse um estudo de impacte ambiental. -----

----- Era isso que estava claro na decisão do Tribunal Administrativo de Lisboa e, portanto, a questão que agora se colocava era que no entender do BE se tinha perdido tempo. E não dava para entender que o Sr. Presidente da Câmara chegasse à Assembleia, falasse de tudo que a Câmara fez, e ainda bem que fez porque era para isso que existia, era para isso que o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores estavam lá, mas não falasse naquela a que poderiam chamar a obra das obras da sua candidatura. -----

----- Quando depois de ter sido avisado, de terem aprovado moções, de terem até falado pessoalmente com Vereadores, de terem ali conversado várias vezes sobre o assunto, foi sempre dito que eram problemas da oposição. -----

----- Muitas vezes foram pressionados, objectivamente, para serem as forças políticas a pressionar no sentido de se tomarem medidas junto das autoridades administrativas, sempre acharam que não deviam fazer isso, e nunca o fizeram, porque não queriam que esta questão ficasse num debate inter-partidário como se fosse os partidos uns contra os outros. Queriam o bem da cidade, mas para o bem da cidade o papel que tinham ali era estarem vigilantes e dizer: “Sr. Presidente da Câmara, por favor, oiça um pouco mais quando a gente diz, porque nem sempre estamos errados”. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões que foram colocadas, começou por se referir à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão dizendo que só gostava de falar de quem lhe merecia consideração, de quem não lhe merecia não falava. E por isso chocaram-no as declarações da Sra. Presidente de Junta, que leu na comunicação social, porque o que estava ali em causa era uma questão de verdade. Não discutiu se o serviço era bom, se era mau, não discutiu mais nada, mas havia um facto: a Sra. Presidente de Junta, em declarações não desmentidas, disse que a Câmara não tinha ouvido a Junta, quando, de facto, havia mais Juntas que foram ouvidas e participaram. -----

----- Quanto à questão da data e de ser a sua adjunta a assinar a carta, disse que também ele recebia muitas cartas assinadas por adjuntos e algumas sem data. Era óbvio que não mandava essas cartas para trás nem se enxofrava porque não era desses. Se calhar a Sra. Presidente de Junta tinha ideia contrária, mas realmente não era dessas cerimónias. Mas do dia 9 ao dia 12 dava tempo para fornecer a lista dos estabelecimentos comerciais que a freguesia tinha e para dizer se os percursos eram os

mais adequados ou não. Ainda agora perguntara à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina e todos participaram e sugeriram alterações! O dia 12 de Março foi o prazo para a resposta, mas a apresentação do programa foi só no dia 3 de Abril justamente para se considerar as alterações sugeridas. A única Junta que não participou foi justamente aquela que foi dizer para os jornais que não foram ouvidas! --

----- De facto, não sabia comentar isso, como já disse era um mundo que não era propriamente o seu, portanto tinha dificuldades. Pensava que a Sra. Presidente de Junta ia chegar ali – pessoalmente assim faria – e pediria desculpa, como seria normal porque essas eram as regras que pautavam as relações entre seres humanos. -----

----- Quanto ao programa ser bom ou mau, disse que era exactamente na Freguesia de Santo Estevão que o sucesso era maior, e se calhar por isso é que impressionava um bocado! -----

----- Como na questão dos Serviços Sociais referira o Deputado Municipal Joaquim Cunha que a criação dos Serviços Sociais vinha na linha daquilo que o PCP sempre defendeu: muito bem, mas perguntava-lhe se já tinha ouvido falar nos paralelos do ritmo que eram duas linhas que por mais que se tocassem nunca se encontravam, ou seja, era uma linha que nunca chegava ao fim. O PCP sempre defendeu, esteve 12 anos no Executivo e nunca fez essa criação dos Serviços Sociais. -----

----- E a mesma coisa o LX Porta a Porta! O PCP agora dizia que até era bom, o que era preciso era mais! Tudo bem, lá iriam, mas disse que era bom! Ficava registado, porque deveria ser mesmo muito bom para que dissessem que era bom, e com certeza iria sendo alargado à medida que fosse sendo testado. -----

----- Em relação ao LX Alerta, disse que não foi questionada essa participação. -----

----- Acerca da organização administrativa da Área Metropolitana, questão a que se referira o Deputado Municipal Carlos Marques, disse que já falaram disso na reunião de Câmara, ia agendar a matéria para a segunda reunião de Maio para que depois, quando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal o entendesse, ser debatida em Plenário. De facto era uma matéria muito importante, muito complexa, tem havido muitas conversas entre todos, à Câmara iria, segundo pensava, no dia 12 de Maio. -----

----- Referindo-se, ainda, à intervenção do Deputado Municipal Joaquim Cunha, disse que quando ali diziam que a informação não estava paginada, que o índice não estava bem, que havia informações que estavam repetidas, etc., ficava feliz porque era sinal que não havia mais nada para discutir. Se calhar, um dia destes, até ia ver discutir a cor ou o tipo de papel! Mas o que queria ver discutido, e gostava de discutir, eram as opções e as medidas que lá estavam! Se o índice estava mal, se a paginação estava mal e se havia informações repetidas pedia desculpa, mas se o resto estava bem, ótimo, ficava contente. -----

----- Seguidamente, disse que não quis falar mas alguns Deputados Municipais falaram numa sentença do tribunal, que ontem foi divulgada, em relação a uma obra que era um compromisso eleitoral importante da sua parte. -----

----- Sobre isso, desejava dizer, à luz dos princípios por que se regia, que não comentava decisões do tribunal antes de ser oficialmente notificado delas. Porque não acreditava em notícias, com o devido respeito pelos órgãos de comunicação social,

que diziam respeito a sentenças dos tribunais antes de elas cumprirem as regras do Estado Democrático de Direito, porque se acreditasse nessas notícias estava a partir do princípio que os tribunais não cumpriam as regras do Estado de Direito. Isso não lhe passava pela cabeça, quando acreditar nisso convencia-se que não estava a viver em democracia e num Estado de Direito. -----

----- Por isso, só poderia falar a partir do momento em que recebesse a notificação do tribunal, no respeito pelos Direitos, Liberdades e Garantias. -----

----- Portanto, foi por respeito pelos tribunais que não fez qualquer comentário. E como essa sentença foi a primeira, que conhecesse, que não foi enviada para a Câmara mas sim para a casa de um advogado da Câmara, o que, pelo menos, era *sui generis*, esse advogado esteve a trabalhar e só chegou a casa às 22 horas e viu então que tenha lá a sentença, portanto a Câmara não tinha sido notificada dessa sentença antes, e como acreditava nos tribunais não pude crer em qualquer decisão que tivesse sido comunicada antes. -----

----- Sobre a decisão tomada disse que ela tinha vários tipos de consequências. Pediu ao Sr. Presidente da Assembleia o favor de mandar distribuir a sentença, que pensava já tivesse sido distribuída, e não valia a pena fazer comentários porque quem lesse a sentença com atenção ficava elucidado. -----

----- No entanto, porque a questão foi posta agora por Deputados Municipais, porque por sua iniciativa não falaria no assunto e iria sair um comunicado do seu Gabinete sobre a matéria, devia informar do conteúdo da sentença, mas outras consequências entendia que não era ainda altura de as comunicar. -----

----- E sobre o que se dizia da responsabilidade ou irresponsabilidade da Câmara, desejava referir os pontos em que o tribunal deu razão à posição da Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- 1 – Parecer do IPPAR. A providência cautelar afirmava a necessidade de um Parecer do IPPAR, o tribunal deu razão à Câmara, a obra não carecia do referido Parecer. -----

----- 2 – Necessidade de plano de circulação por violação do sistema de vias principais, previsto no PDM. A mesma providência cautelar invocava a violação desse artigo 104º, mas o tribunal deu razão à Câmara, não era necessário esse referido plano por não haver violação de vias principais. -----

----- 3 – Abundantemente referido em todas as intervenções e em todos os escritos, mesmo de professores universitários supostamente qualificados, embora partidariamente alinhados como era admissível e natural em democracia. Falta de projecto de execução e da sua aprovação pela Câmara. A providência cautelar denunciava a falta de um projecto de execução e consequente aprovação pela Câmara, mas o tribunal não deu razão, atestava a existência do projecto de execução e de todas as suas componentes, correctamente aprovado pela Câmara, e recusava o pedido de suspensão da obra por essa razão. Também recusava por essa razão! -----

----- 4 – Inexistência de um inquérito público – também abundantemente referido como todas as outras razões pelo tal advogado que apresentou a providência cautelar – a queixa alegava uma falta de audiência pública, mas o tribunal deu razão à Câmara

Municipal de Lisboa, considerando que a Câmara promoveu todos os actos de consulta pública previstos na lei. Por se tratar de um valor de obra superior a cinco milhões de euros houve lugar a um inquérito público, devidamente divulgado, anunciado pelas formas previstas na lei, com publicação em jornais de grande circulação, em Boletim Municipal e em editais. -----

----- Portanto, não tinha razão a providência cautelar, também nessa matéria. -----

----- Mas não fazia comentários. Diria, apenas, que em todos esses pontos o tribunal deu razão à Câmara. Talvez por isso, o tom cuidadoso de algumas intervenções hoje ali feitas, porque já perceberam, mas ainda não perceberam tudo! -----

----- O tribunal deu razão à posição da Câmara em tudo isso, a única matéria em que não deu foi sobre o estudo de impacte ambiental, mas não foi o Presidente da Câmara que disse que não era preciso! A autoridade competente, perante a qual deve ser apresentado o estudo de impacte ambiental, comunicou, disse sempre e reiterara ontem não ser necessário esse estudo. Ou seja, a autoridade a quem tinha que se apresentar o estudo – ainda ontem o Secretário de Estado do Ambiente lhe disse – entendia que não era necessário o estudo de impacte ambiental. -----

----- Disse, depois, que ouviu ontem as declarações do Deputado Municipal Miguel Coelho, com a elegância que às vezes o caracterizava, mas não fazia nenhum comentário sobre nada, falava apenas de factos. As Senhoras e os Senhores Deputados Municipais saberiam o que foi noticiado até agora. Estava-lhes a falar da sentença, e já que ela era divulgada não deveriam ter visto em nenhum lado isto que disse. -----

----- Divulgava-se! É um Estado Democrático? Divulgava-se o que convinha, o que não convinha não se divulgava. Ou seja tudo aquilo que era exigível à Câmara Municipal em termos de responsabilidade e legalidade foi feito. Sublinhou, tudo, tudo, tudo, e o tribunal o atestou, o que significava que em nada a Câmara deixou de cumprir aquilo que era obrigada, porque em relação ao estudo de impacte ambiental não poderiam apresentá-lo perante quem dizia que não via o estudo por ele não ser necessário, e que se o estudo fosse feito isso representaria um precedente gravíssimo para o futuro das obras em qualquer cidade, que nenhuma autoridade de avaliação de impacte ambiental poderia tolerar. -----

----- Esta era a verdade dos factos! Só falou de factos, não falava de consequências, não fazia qualquer comentário sobre intervenções anteriormente havidas. Deixava à honestidade de cada um, que com certeza era total, o devido juízo. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que sabia que o Sr. Presidente da Câmara fez um esforço para estar nesta reunião da Assembleia, ainda há pouco teve oportunidade, na televisão, para lhe desejar as melhoras já que tinha ali sido comunicado que não podia estar presente, mas já que estava e decidira, finalmente, abordar esta questão, decidira dizer-lhe o seguinte, para que se entendessem. -----

----- Tinha respeito pelo Sr. Presidente da Câmara, mas não tinha que se retractar em relação a nenhuma intervenção que tivesse feito, nem achava que tivesse sido deselegante do ponto de vista do combate político. Entendia que o Sr. Presidente da

Câmara cometeu erros políticos na condução do processo em questão, e cometeu erros de gestão. -----

----- O primeiro erro político que cometeu foi não perceber, em seu entender, que essa obra não era uma boa obra para a Cidade de Lisboa. Mas isso, ganhou as eleições, estava a querer cumpri-la, tudo bem! -----

----- O segundo erro político que cometeu, é que independentemente de estar a cumprir aquilo que a lei determinava, a verdade era que também tinha que transparecer lá para fora que o estava a cumprir. Era a velha máxima tão do agrado de muitos. E o Sr. Presidente e a sua Câmara deram uma imagem de grande trapalhada em muitas coisas que foram sendo apresentadas ao longo do tempo. -----

----- O terceiro erro político que o Sr. Presidente da Câmara cometeu, e para esse foi bem avisado pela Assembleia, foi não querer fazer o estudo de impacte ambiental e agora vinha dizer que foi aconselhado a não o fazer. -----

----- Por isso, pedia-lhe que visse as suas declarações todas, que visse aquilo que respondeu, aí sem com alguma deselegância e com alguma arrogância, à Comissária Europeia do Ambiente, quando dizia: “não recebo lições dessa Senhora que, ainda por cima, é socialista ao que parece, e, portanto, isso está tudo aí combinado, etc.”. Entendia que foi uma posição de grande arrogância e o Sr. Presidente da Câmara não percebeu que deveria ter mandado o estudo de impacte ambiental, independentemente de ele ser ou não obrigatório do ponto de vista legal. Era um acto de boa gestão porque não se tratava de uma obra qualquer, não era um túnel de cinco ou dez metros, mas sim uma obra com enorme impacto na cidade que iria trazer para dentro dela milhares e milhares de automóveis. -----

----- Mas o Senhor Presidente da Câmara dizia que teve muitas vitórias do tribunal, o que lhe fazia lembrar alguns clubes de futebol, como por exemplo o seu que há dias foi ao Inter, marcou três golos mas foi eliminado. Essa é que era a verdade! E o Sr. Presidente da Câmara podia ter tido aí muitas vitórias, mas a verdade era que a obra foi mandada parar porque não havia estudo de impacte ambiental. Essa é que era a realidade, e ficaram sem saber, pela intervenção que fez, se ia ou não mandar fazer o estudo de impacte ambiental. -----

----- Isso é que era importante que soubessem, e depois do estudo feito iriam avaliar, naturalmente, para se tomar uma posição sobre a matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que ouviu com muita atenção a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, tinham que reconhecer a sua habilidade para conseguir transformar o branco ou o preto em cinzento, porque, de facto, até parecia que o tribunal não tinha decidido nada! A Câmara teve razão em tudo e depois houve um elemento governamental que disse à Câmara que não podia fazer o estudo de impacte ambiental. -----

----- Mas, de acordo com os princípios do mesmo Estado de Direito que o Sr. Presidente da Câmara defendia, deixava uma pergunta: quem ia ser condenado agora? O Governo? Foi ilegal o Ministro? Bom, os tribunais eram independentes das câmaras municipais mas também eram dos governos, pelo que achava que se calhar a

embrulhada ficava maior agora. É que agora já não era o problema da Câmara, agora havia um Governo que tinha uma pessoa no seu seio que informava as câmaras municipais que não deviam cumprir a lei, e esse problema era ainda mais complicado.-----

----- Depois, disse que não costumava fazer juízos sobre o que lia na comunicação social, pese embora o respeito que tinha pelos jornalistas pois também ele próprio já havia sido jornalista, mas perguntava se era verdade que o Sr. Presidente da Câmara teria dito que não achava de interesse a comunicação da Sra. Comissária Europeia, porque também em Barcelona e noutras cidades europeias se tinham feito coisas assim e não se tinham respeitado os princípios da Sra. Comissária. -----

----- Em termos de Estado de Direito, não sabia a que princípios se agarrava o Sr. Presidente da Câmara para dizer isso, porque independentemente de em muitos sítios da Europa se roubar e assassinar, continuava a ser proibido roubar e assassinar. Portanto, mesmo que outros tivessem cometido erros não era próprio do Estado de Direito defender que também os pedia fazer. -----

----- Esperava que não tivesse sido esse o critério e que tivesse sido um erro dos jornalistas, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que estavam perante um caso em que o sair bem da situação não significava automaticamente ter razão. O que interessava era que o tribunal decidira julgar procedente a providência cautelar de intimação da Câmara Municipal de Lisboa para que mandasse parar a execução da empreitada de obra pública, designada por Túnel do Marquês, no que respeitava apenas aos trabalhos relativos à estrutura do túnel. Estava a ler a decisão do tribunal, que foi facultada pelo Sr. Presidente da Câmara e que, portanto, devia ser fidedigna com certeza. -----

----- Isso significava que as obras estavam paradas exactamente por não haver um estudo de impacte ambiental. A decisão de construir a obra foi da Câmara Municipal, o parecer foi de uma instituição do Estado, o tribunal intima a Câmara Municipal a parar as obras no que dizia respeito à estrutura do túnel até haver uma declaração de impacto favorável, acrescentando, ainda, que o acórdão teria que ser cumprido. -----

----- Já não estavam a falar daqueles técnicos da Direcção-Geral do Ordenamento do Território que entendias que as alterações em regime simplificado ao PDM eram ilegais e que lhes permitiam até dar um murro na mesa e dizer “aqueles malandros não nos deixam trabalhar”, também já não estavam a falar de uma Comissária Europeia que não dava lições de ambiente a ninguém, mas estavam a falar de um órgão de soberania como era um tribunal que julgara procedente a providência cautelar para que a Câmara parasse as obras no que dizia respeito à estrutura do túnel. -----

----- Portanto, se o impulso para haver estudo do impacte ambiental não cabia à Câmara não iriam ter túnel pelos vistos, porque o tribunal dizia que enquanto não houvesse declaração de impacte ambiental favorável não poderia haver avanço nas obras no que dizia respeito estrutura do túnel, e, por isso, perguntava como iriam descalçar a bota. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para pedir um esclarecimento, disse que o Sr. Presidente da Câmara acabava de fazer uma

intervenção em que quis transformar uma derrota em vitória. Diria mesmo que podiam admitir que punha em causa o próprio tribunal. O Tribunal Administrativo entendera que era preciso um estudo de impacte ambiental e o Sr. Presidente da Câmara vinha dizer que não, que a lei não o permitia. Era realmente uma questão interessante a que colocava, porque embora não pusesse em causa o tribunal vinha dizer que legalmente ele não seria necessário. Isso tinha uma certa dose de gravidade.

----- Mas a questão não estava aí porque o tribunal não apreciava o acto e a validade do projecto, e essa foi a questão que a oposição sempre levantou, como já ali foi referido. Os técnicos eram unânimes em dizer que aquele túnel era desnecessário, era inútil, era contraproducente porque era contrário a todas as orientações que se pretendiam no tráfego. -----

----- Por outro lado, todas as associações ambientalistas e o próprio PCP apresentara uma Moção que foi aprovada na Assembleia Municipal, pediram que fosse feito um estudo de impacte ambiental, e porque é que a Câmara não o fez? Com a sua arrogância entendera que não era necessário, mas mesmo que legalmente não fosse preciso era óbvio que deveria fazê-lo. Mas não o fez! -----

----- Portanto, agora, a Câmara estava metida numa embrulhada. Os dois projectos emblemáticos que eram a bandeira da Câmara, o Parque Mayer era o que se via, estava na estaca zero e agora ia ter que fazer o que a oposição sempre lhe apontou, e o projecto do túnel estava parado. -----

----- Disse, ainda, que o Sr. Presidente da Câmara foi o único que possibilitou a paragem, agora só faltava que atribuísse as responsabilidades à oposição. Esperava que não o fizesse, mas que houve consequências graves para a cidade e que houve prejuízos era verdade, e o povo de Lisboa não podia de lhe assacar essa responsabilidade e iria julgá-lo por esses dois projectos emblemáticos, que se poderiam transformar no Alcácer-Quibir do seu mandato. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que pese embora a aparente indisponibilidade que tem sido manifestada pelo Sr. Presidente da Câmara para responder a todos os pedidos de esclarecimento que lhe eram efectuados, não deixaria de lhe solicitar um esclarecimento específico, face às suas declarações e ao teor do acórdão que lhes foi distribuído. -----

----- Das declarações do Sr. Presidente da Câmara decorria que o único vício que teria tido provimento e teria sido invocado pelo advogado requerente foi a falta do estudo ambiental, mas lia a parte 43 do acórdão, onde, quando se falava numa alegada violação do PDM, constava o seguinte texto: -----

----- “Considerando que o traçado do túnel projectado no troço entre a entrada/saída da Av. Fontes Pereira de Melo e Av. António Augusto de Aguiar a Av. Joaquim Augusto de Aguiar se localiza, em parte, na zona entre a Praça Marquês de Pombal e o Parque Eduardo VII que, de acordo com aquela planta do PDM é zona húmida e a obra de construção do túnel não constitui nenhum caso em que se admite ocupação edificada em zona de sistema húmido, afigura-se que a pretensão do requerente, quanto a este ponto, pode ter fundamento.” -----

----- Mais adiante, no acórdão, referia-se o seguinte: -----

----- “O traçado do túnel projectado, de acordo com a planta do PDM é zona húmida, pelo que nos termos do artigo 3º da Directiva nº 85/337/CE é necessário o estudo prévio sobre a avaliação do impacto ambiental”. -----

----- Concluindo essa fundamentação o acórdão referia ainda, na página 50, último parágrafo, o seguinte: -----

----- “Pelo exposto, e uma vez que a obra dos autos não foi sujeita a qualquer estudo de avaliação do impacto ambiental, quando, ao invés do que deveria ter ocorrido, existem fortes indícios da ilegalidade, quer do acto de aprovação do projecto de execução, quer do próprio contrato de empreitada executado, pelo que se encontra preenchido nesta parte o requisito da alínea b) do 1 do artigo 120º do Código de Processo dos Tribunais administrativos.” -----

----- Em suma, de acordo com as partes que acabara de ler, não era apenas e tão somente a necessidade, ou não necessidade, do estudo de impacte ambiental. Poderiam estar ali perante uma clara violação do PDM que gostaria, se para isso houvesse disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara, ver respondida. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que não ia fazer, tal como referira na intervenção anterior, nenhum comentário de ordem política em relação à sentença do tribunal. Limitara-se a referir os factos, as decisões, várias considerações que existiam ao longo da sentença levavam às conclusões que referira: aquilo a que era dado provimento, e aquilo a que não era dado provimento! Em todas as sentenças existiam as mais variadas considerações. -----

----- Aquilo em que foi dada razão a quem apresentou a providência cautelar era a necessidade de fazer um estudo de impacte ambiental. -----

----- Quanto à questão da zona húmida ou não, disse que até foi apresentado junto do tribunal um erro na planta, portanto foi esclarecido. -----

----- Mas não faria mais nenhum comentário, nem quanto às consequências políticas, nem mais nada. -----

----- Apenas diria ao Deputado Municipal Carlos Marques que não tentassem pôr as coisas no plano de litígios com o tribunal. A posição da Câmara era sempre de respeito pelas sentenças judiciais, mas como adoravam a liberdade e quando diziam que acreditavam no Estado de Direito estavam a falar a sério, não tinham problema nenhum em discordar da decisão de um tribunal, se for o caso. Nenhum! Portanto, quando o Deputado Municipal Carlos Marques dizia que ele se calhar até disse que o tribunal não tinha razão, isso seria grave para a formação do Deputado Municipal Carlos Marques, porque para a sua não. Em democracia era legítimo discordar da decisão de um tribunal, compreendia que isso fizesse confusão do Deputado Municipal Carlos Marques, mas a si não fazia nenhuma, era o funcionamento de um Estado Democrático de Direito. -----

----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal Feliciano David, disse que já fez referência a duas batalhas trágicas em pouco tempo, o que, a seu ver, deveria ser bem estudado pelo aludido Deputado Municipal. É que falou do *Waterloo* e agora de Alcácer-Quibir, era qualquer coisa que deveria ver com atenção. Fisionomicamente

até era parecido com algumas figuras históricas, mas devia ver bem isso porque estava-lhe sempre a falar em batalhas, uma do Rei D. Sebastião, outra de Napoleão. Isso era assunto em que não entrava, mas, de facto, a propósito de Lisboa constantemente falar-lhe em batalhas que foram trágicas para alguns e uma até para Portugal, enfim! -----

----- Disse, depois, que o Sr. Secretário de Estado não veio dizer que respeitava ou não respeitava, já antes disse, e estava escrito, qual era a posição do Ministério do Ambiente. Portanto, Sr. Deputado Municipal Carlos Marques, eram livres. Houve um período histórico, para ir ao encontro de matérias do agrado do Deputado Municipal Feliciano David, o período da Convenção, o chamado período do terror, em que efectivamente havia alguns órgãos que impunham a sua “lei” e que os outros tinham medo de falar. Foi a seguir à Revolução Francesa, todos conheciam bem os períodos históricos. -----

----- Mas aqui onde o tribunal tomou esta decisão é um Estado Democrático de Direito e, por isso, eram livres de tomar os procedimentos adequados para defender os seus pontos de vista. Era o que faltava que um Governo eleito por sufrágio universal directo também não pudesse dizer qual era o seu pensamento sobre uma matéria administrativa. Aliás, se havia Governo que era insuspeito no respeito pelas decisões dos tribunais, em todas as pronúncias e posições que tem assumido, era exactamente o actual Governo. Portanto, não podia ser assacado a este Governo nenhum outro tipo de comportamento. -----

----- Disse, ainda, que ouviu os pedidos de esclarecimento dos Deputados Municipais, registava-os, os comentários políticos e as profecias que fizeram. Ontem à noite teve ocasião de passar por uma obra, que quis ver de propósito, esteve a ler durante o dia intervenções de vários antecessores dos actuais Deputados Municipais neste tipo de debates. Foi ver essa obra, o Centro Cultural de Belém. Tudo o que ali ouviu, e noutras instâncias, que ia destruir o património, que era um atentado à Cidade de Lisboa, que devia ser consultada a população, que não havia direito de se contratar um arquitecto estrangeiro, que era ilegal, que não estava em dia, audições e auditorias do Tribunal de Contas, decisões, inspecções, ameaças, notícias truncadas, tudo isso se passara na altura. Mas lá estava a obra, serena e calmamente, para todos a gozarem. Ainda este fim-de-semana foi a festa da música! -----

----- Mas a propósito das profecias, citava um ditado que a sua avó costuma referir “adiante iremos, na estrada nos encontraremos”. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que iniciava esta sua intervenção partindo do pressuposto que havia cidade para além do túnel, e partindo desse pressuposto referia alguns aspectos da informação escrita, designadamente os projectos virados para as pessoas em concreto. -----

----- Falava, segundo disse, do apoio aos funcionários da Câmara, da criação dos Serviços Sociais do Município. Foi uma questão debatida até à exaustão, durante muitos anos, na Câmara Municipal de Lisboa, mas foi preciso chegar o actual Executivo para a concretizar finalmente. -----

----- Portanto, também por aí, e por factos concretos, se respondia a algumas moções que certas bancadas apresentavam nos períodos de Antes da Ordem do Dia das Sessões da Assembleia Municipal. Era um facto que se tratava de uma boa notícia para os trabalhadores do Município, e o CDS-PP congratulava-se por ser esta Câmara a implementar esses serviços. -----

----- Mas havia também outros apoios mais directos ao cidadão no seu dia-a-dia. Foram já referidos o LE Porta a Porta e o LX Alerta que, sem dúvida, contribuiriam para melhorar a qualidade de vida da população em Lisboa. Mas também outros projectos na área da recuperação da cidade, continuação da reabilitação urbana, que era assumida como a prioridade da Câmara. Com o lançamento de uma série de obras em vários edifícios, no Largo do Chafariz de Dentro, na Rua dos Remédios e na Rua da Praia do Bonsucesso. -----

----- Por outro lado, salientava e enaltecia também o protocolo com a EPUL para o programa dos Bairros Históricos a Cores, numa saudável cooperação entre os mecenas privados e a Administração Local. -----

----- Por fim, referiu várias acções que prestigiavam a Cidade de Lisboa, nomeadamente a entrada da Câmara Municipal de Lisboa na organização do Salão Imobiliário, a realização, com sucesso, de mais uma edição da Moda Lisboa, e, ainda, a participação da Câmara no mercado internacional de profissionais do imobiliário, em Cane. No anterior mandato o Presidente da Câmara costumava ir aos estrangeiros em viagens de verdadeira diplomacia paralela, que embaraçava o então Governo do País, e numa estratégia de auto-promoção pessoal, enquanto que este Presidente da Câmara ia ao estrangeiro para promoção da cidade nos grandes eventos imobiliários. -

----- Era toda uma diferença que também hoje deveria ser salientada, porque com ela ganhava Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, novamente no uso da palavra, disse que desejava fazer duas perguntas à Câmara, das quais, a primeira, tinha a ver com o estabelecimento prisional de alta segurança, em Monsanto, questão que já ali tinha colocado por duas vezes mas prometera continuar a trazê-la enquanto não obtivesse resposta. -----

----- Disse, então, que em resposta a um requerimento na Assembleia de República a Sra. Ministra da Justiça afirmara que as obras que estavam a decorrer no estabelecimento prisional de Monsanto se destinavam à transformação do edifício num estabelecimento prisional de alta segurança, mas, apesar do terrenos pertencerem à Administração Central, uma obra dessa natureza deveria ser precedida de um plano de pormenor, ou, dito de outra forma, teria que ter intervenção da Câmara. Portanto, desejava ser informado sobre qual a posição da Câmara relativamente às pretensões do Ministério da Justiça de construir um estabelecimento prisional de alta segurança. -

----- Depois, sobre a ETAR de Alcântara, disse que a Câmara extinguiu o concurso e revogara a deliberação do anterior Executivo que havia aprovado a minuta do contrato para a execução de adaptação e complemento da estação de águas residuais de Alcântara, essa revogação ocorrera em Maio de 2002 pelo que, dois anos depois de ter

anulado o concurso, gostaria que a Câmara informasse o que foi feito nesse lapso de tempo com vista a proceder às obras dessa ETAR. -----

----- E considerando que a Câmara anulava o concurso numa fase em que, ao que tudo indica, já haveria financiamento assegurado por Bruxelas, desejava também que fosse informado se se perderam esses fundos comunitários ou, se não perderam, que destino tiveram. -----

----- **O Deputado Municipal José Domingos Gonçalves (PPM)**, no uso da palavra, disse que com a vontade de se atacar a figura do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, esqueciam-se, muitas vezes, alguns dos projectos mais importantes da cidade, como, por exemplo, o projecto Casa Aberta que tinha a ver com a eliminação de barreiras arquitectónicas em casas habitadas por deficientes, principalmente deficientes motores. Esse projecto tem, neste momento, 200 obras em curso, e, de facto, 200 obras em curso ao mesmo tempo não era coisa de somenos. -----

----- Por outro lado, também podiam dizer que a cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa e as associações de deficientes da cidade se tem pautado por uma forma sã, na medida em, por exemplo, a Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal – ACAP, tem obtido apoios no sentido de melhorar as suas instalações para uma mais profícua acção em prol da melhoria das condições de vida dos seus associados. Podia até dizer que a Câmara pôs já à disposição da ACAP um terreno onde irá ser construído um imóvel para a sua delegação regional. -----

----- E o programa LX Porta a Porta também beneficiava algumas crianças deficientes motoras, porque de outro modo lhes seria muito difícil entrar na escola. -----

----- Disse, depois, que quando atacavam alguém em demasia estavam a fazer uma campanha que, no fundo e pela mentalidade que conheciam do povo português, funcionava ao contrário. Seria que alguém estava a pensar em empurrar o Sr. Presidente da Câmara para a Presidência da República? Esperava que não porque era uma pessoa demasiado importante para Lisboa, para se sacrificar numa eleição à Presidência da República. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que tinha pena que o Sr. Presidente da Câmara já não estivesse presente porque gostava de ver esclarecidas algumas questões, a primeira das quais era que o Sr. Presidente da Câmara disse na Assembleia Municipal que tinha abordado com os seus homólogos de Loures e de Oeiras a possibilidade de transferir a Feira Popular para um desses concelhos, e que eles lhe responderam que agradeciam mas não estavam interessados. E porque agora o Presidente da Câmara Municipal de Loures vinha dizer que tal conversa nunca teve lugar, gostava de saber se, de facto, houve ou não houve essa conversa e ver qual dos dois estava equivocado, para não dizer que estava a mentir. -----

----- Seguidamente, disse: “o Senhor Vereador está incomodado, mas nós temos um problema com a Feira Popular criado pela má gestão desta Câmara”. -----

----- Depois, prossequindo, disse que já foi empresário e nunca lhe passaria pela cabeça fechar fosse o que fosse, como neste caso a Feira Popular, e dizer: “isto está encerrado e agora a gente vai procurar arranjar uma alternativa”. Não, não podia ser

assim! Em qualquer lado, em qualquer gestão participada, o que devia acontecer era primeiro arranjar o local para a transferência da Feira Popular e só depois se encerrava a actualmente existente, porque se fosse assim não havia indemnizações a dar, nem estava a Fundação “O Século” a pedir indemnizações. -----

----- Recordou que aprovaram ali uma Moção no sentido de se pararem as acções em Monsanto, mas o Sr. Presidente da Câmara logo à saída da reunião, conforme se referia nos jornais do dia seguinte, disse: “aprovaram, mas isso ...” como quem queria dizer que aprovaram mas isso não interessava, que aprovassem o que quisessem que ele fazia o que entendesse. Ou seja, o Sr. Presidente parecia aqueles militares que primeiro disparavam e depois perguntavam quem vinha lá, o que era mau. -----

----- Em relação ao programa LX Alerta, disse que na Junta de Alcântara até tinham uma página inteira a falar nisso, que terminava da seguinte maneira: “Este tipo de serviços da Câmara anterior já eram assegurados pela DMIL, pode ser que tenham mais sorte que a Junta de Freguesia de Alcântara, porque a autarquia desde o dia da criação deste serviço tem telefonado diariamente com muito pouco êxito.” -----

----- E, já agora, que perguntassem ao ex-Vereador, Dr. Lívio Borges, que muitos Deputados Municipais do PSD conheciam, que morava na sua rua e que todos os dias estava consigo no café, como estava a rua em termos de dejectos caninos. Todos os dias a Junta mandava um fax, pedia também o corte das ervas que estavam junto dos passeios, mas nem uma coisa nem outra alguma vez foi feita. Como também todos os meses enviam listagens dos carros abandonados e luzes fundidas, mas nada disso era resolvido. -----

----- Mas era espantosa a forma como a Câmara gastava dinheiro. A Junta de Freguesia de Alcântara no seu boletim dizia: “Câmara quer destruir Monsanto” e a Câmara, para responder à população de Alcântara, fez também um boletim – claro que iria levar a resposta a seguir – onde dizia: “na política, o combate, a troca salutar de ideias, a luta séria mas serena são sempre de louvar”! Era isso que entendia, mas ao Sr. Presidente da Câmara a Junta de Alcântara pedira-lhe uma audiência para falar sobre Monsanto e ele não respondeu, no dia 1 de Abril a Junta fez uma sessão sobre Monsanto convidaram-no e também não apareceu, agora, na casa dos Marqueses de Fronteira e Alorna foi convidado e quem apareceu foi o Eng^o João Tremoceiro, e depois dizia: “qualquer dia nós resolvemos isso”. A população de Alcântara e da cidade não aceitavam saber isso pelos jornais, era isso que os incomodava. -----

----- Disse que ia acabar com um quadro de revista à portuguesa, o Sr. Presidente da Câmara gostava muito do Parque Mayer, provavelmente gostaria de ter sido actor de revista. Tinha consigo uma acta da reunião da Assembleia, de Março 23 de 2004, em que o Sr. Presidente da Câmara, a certa altura, referira-se ao Deputado Municipal Fernando Saraiva, assim: -----

----- “Ainda outro dia vi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, que era Presidente da EPUL, que foi visitar o campo do Bairro da Boavista e então se questionara se era o mesmo, o mesmo autor do projecto que não foi licenciado e foi acusar a Câmara do erro que ele próprio cometeu. Isso é uma coisa surrealista! Leu no jornal ‘Presidente da Junta de Benfica’ e disse para consigo, ser calhar teria mudado e

pessoalmente não soube da mudança. Mas não, continuava a ser o mesmo Deputado Municipal”. -----

----- Esse foi o quadro de revista do Sr. Presidente da Câmara, agora ia contar o seu, de Alcântara, que era o seguinte: Em Outubro, foi aprovado em Câmara, por unanimidade, o apoio para 10 Juntas de Freguesia fazerem obras em equipamentos municipais desportivos, e, passados uns meses, o Sr. Presidente da Câmara tomou a decisão de não apoiar isso, e três Juntas, Carnide, Alcântara e Marvila, não receberam esse dinheiro. Foi ver se o Presidente da Câmara era o mesmo, e realmente era o mesmo, o Dr. Pedro Santana Lopes. -----

----- **O Deputado Municipal Adolfo Nunes (CDS-PP)**, no uso da palavra, começou por dizer que ficara estupefacto ao saber que uma Junta de Freguesia utilizava os seus boletins para ir contra a Câmara, e já estava anunciado que o próximo assim seria. Era uma atitude que se registava, mas era pena que isso acontecesse com o dinheiro dos cidadãos, que era quem pagava os boletins que o Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara andava a fazer. -----

----- Disse, depois, que era importante referir que a informação escrita do Presidente da Câmara se referia ao meses de Fevereiro e Março de 2004 e que os assuntos que ali foram debatidos foi o Túnel do Marquês, como era natural dado que a sentença saiu ontem, e depois os habituais temas de Monsanto e da Feira Popular, que inclusivamente foram discutidos em reuniões anteriores da Assembleia com um ponto da Ordem de Trabalhos só para esse assunto. Isso levava a perguntar se não fosse a sentença de ontem do Tribunal Administrativo o que era que a oposição tinha para falar neste ponto, sabendo já que o Parque de Monsanto e a Feira Popular tinham sido debatidos na última reunião da Assembleia Municipal. -----

----- Bom, eram obrigados a ter que olhar para a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, e então ter que saudar a criação dos Serviços Sociais do Município de Lisboa, que de facto era inovador, havia muitas caixas de previdência em situação obsoleta pelo País fora; sobre a possibilidade de abertura de concursos públicos para cargos como os de Director Municipal, que era uma decisão democrática para quem costumava criticar a Câmara acusando-a de arrogante; e pelo facto de haver uma abertura às pessoas. Isso é que custava! -----

----- Bem sabia que alguns dos serviços já estavam a ser assegurados pela Câmara. Isso era verdade! Mas de que servia a Câmara ter serviços abertos se não conseguia chegar às pessoas? Dir-lhe-iam, enfim, que a medida estava tomada e que foi pensada de bom fundo, e ninguém estava ali a dizer que a gestão anterior queria o mal da Cidade de Lisboa ou não queria fazer serviço à Cidade de Lisboa! Ninguém estava a querer dizer isso, mas teriam que reconhecer a diferença de eficácia entre a actual Câmara e a Câmara anterior. É que agora os cidadãos sabiam que tinham o LX Alerta, que tinham o LX Porta a Porta. -----

----- A terminar, disse que sobre as medidas que vinham destacadas na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, ainda não ouviu palavras elogiosas nem palavras críticas, pelo que ou ela estava incompleta e a oposição teria que dizer o que deveria caber ali, ou então que criticassem ponto por ponto e dissessem o que nela estava mal.

Porque falar de Monsanto ou do Túnel do Marquês, enfim temas perfeitamente legítimos, parecia-lhe insuficiente para um período de dois meses tendo em conta que a sentença só foi sabida ontem. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra para um protesto, disse que o orador anterior estava muito incomodado com o barulho, estava como os olheiros da Câmara, aqueles que a Câmara criou, que estavam cegos, não viam nada. É que, ao que parecia, também não viu quando ele estava a falar e as bancadas da direita a fazerem barulho. -----

----- Mas a razão do seu protesto era para dizer que a Junta de Alcântara não fez um boletim para atacar a Câmara, a Câmara é que estava a atacar a Cidade de Lisboa! -----

----- **O Deputado Municipal Orlando Claro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Pena, no uso da palavra, disse que só fazia esta intervenção devido aos silêncios que nos dois anos e meio de mandato a sua Junta de Freguesia vinha sentindo por parte da Câmara Municipal perante muitos dos assuntos que lhe eram postos. -----

----- No início do mandato, o Sr. Presidente da Câmara, numa reunião que teve com todos os Presidentes de Junta, prometeu-lhes que seriam sempre informados de todas as obras que fosse deliberado fazer na área das respectivas freguesias, mas tal não acontecia. E, mais ainda, os concessionários dessas obras não respeitavam os materiais das Juntas de Freguesia existentes nesses locais. -----

----- Por exemplo, tinha uma obra na sua freguesia, que não sabia do que se tratava, na confluência da Rua de São Lázaro com a Travessa do Hospital, onde a vitrine da Junta foi arrumada a um canto sem qualquer explicação e teve que mandar o pessoal da Junta recolhê-la para as suas instalações. Não sabiam se era para fazer um espaço verde, como constava, simplesmente esse espaço tinha dois prédios que foram demolidos, e bem porque estavam em derrocada, mas quando se pedia às Juntas a indicação de prédios que os senhorios quisessem vender prédios para instalação de habitação social, não se percebia que a Câmara depois desse destino diferente a esses mesmos espaços que seriam para habitação social, e onde, neste caso, poderiam ser instalados pelo menos 16 fogos. -----

----- Por outro lado, não eram respeitados os protocolos em termos das verbas que foram acordadas em 2002, pois ao receberem a informação sobre as transferências a serem efectuadas foram surpreendidos pelo facto do protocolo da prevenção, em que a sua freguesia era uma das pioneiras, mais uma vez não ser cabimentado. Aliás, em relação aos protocolos de 2002 e 2003 estiveram 14 meses à espera da reposição da verdade. -----

----- Também no protocolo do Projecto Roda era sonegada a verba mas mesmo assim o projecto estava a funcionar, isto é, a freguesia estava a gastar dos meios financeiros próprios para cobrir as lacunas, os esquecimentos e as negligências da Câmara Municipal. E nessa área tinham um ATL a funcionar com 35 crianças, grande parte delas carenciadas, e projectos a funcionar todos os dias. -----

----- Desde 2002, pelo Sr. Vereador Pedro Pinto, na verba do protocolo dos espaços verdes não eram corrigidos os cálculos e, por esse facto, a Freguesia da Pena era lesada em alguns milhares de euros, mas o trabalho continuava a ser feito diariamente.

----- Portanto, já chegava, pelos menos que os respeitassem um pouco. Aliás, perguntava qual a razão porque sendo os Presidentes de Junta representantes da Protecção Civil nas suas áreas de influência, quando havia um sinistro não eram informados para comparecerem no local para colaborar com as autoridades da Câmara Municipal. -----

----- Terminou, dizendo que se achavam com direito a explicações sobre esses casos, apesar de eles serem algumas mais, por exemplo a falta de resposta sistemática a dezenas de officios remetidos à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, começou por dizer que na terceira página da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara se referia: “O complexo desportivo de Chelas será construído num terreno municipal na Freguesia de Chelas ...” Ora, tanto quanto sabia, a divisão administrativa da cidade ainda não foi feita, e mesmo na proposta que seria apresentada para o efeito a Freguesia de Marvila não era banida, continuava a constar da nova divisão administrativa da cidade! -----

----- Mas para que a Câmara percebesse melhor onde ficava Marvila, acrescentava que Marvila tinha a seus pés o Tejo, depois tinha de um lado as freguesias do Beato e do Alto do Pina, do outro lado a Freguesia dos Olivais e depois, à cabeça, tinha as freguesias de Alvalade e São João de Brito. Era nesse território que estava Marvila. ---

----- E porque lhe parecia que a Câmara, nomeadamente o seu Presidente, tinha algum rebuço em falar e escrever Marvila, desejava deixar-lhe o alerta – que o Sr. Vereador Pedro Pinto com certeza teria o cuidado de lhe transmitir – de que em vez de complexo desportivo de Chelas, se começasse já a trabalhar nos processos com o nome de complexo desportivo de Marvila. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que, apesar de já ir longo o debate, desejava também colocar algumas questões, sobretudo porque foi questionado da parte do Sr. Presidente da Câmara e também da parte das bancadas que apoiavam a Câmara, que a oposição apenas pôs em causa a forma e não o conteúdo da informação, pelo que era exactamente na linha do conteúdo que gostava de questionar o Sr. Vereador Pedro Pinto, que neste momento era quem representava a Câmara. -----

----- A primeira nota tinha a ver com um projecto, de que têm ouvido falar muito e o Sr. Presidente da Câmara hoje voltou a referir-se a ele, que era um projecto emblemático pelos vistos, que tratava da recuperação das fachadas mas ao que o Sr. Presidente da Câmara acrescentara que também de algumas coberturas. Portanto, se dúvidas havia foi o próprio Presidente da Câmara que assumira que o projecto era para a recuperação de fachadas e de algumas coberturas. -----

----- Portanto, perguntava ao Sr. Vereador Pedro Pinto se a Câmara não tinha uma ambição maior, ou seja, se não seria possível e desejável, ou mesmo se não era necessário que, eventualmente, recuperando menos fachadas fosse possível recuperar

as habitações mais em profundidade. Isto porque parecia que começava a ser hoje um pouco evidente para toda a gente que a Câmara estava a fazer um esforço na reabilitação urbana, que saudavam e queria registar isso porque, obviamente saudavam o facto de estarem a ser recuperadas as fachadas, mas achavam que era pouco, achavam que a ambição da Câmara tinha de ser mais, a ambição de quem queria dar qualidade de vida, e queriam certamente não passava pela cabeça de ninguém que não fosse essa a preocupação do Executivo municipal, pessoalmente não queria crer que o objectivo fosse apenas melhorar a face. Certamente que não era esse o objectivo, o objectivo era melhorar as condições de vida das pessoas e, portanto, se esse era o objectivo não conseguia perceber que o grande desiderato fosse apenas a recuperação das fachadas. -----

----- Havia aí qualquer coisa que com certeza teria percebido mal, mas certamente o Sr. Vereador iria esclarecer e dizer-lhe que o projecto era para a recuperação integral das habitações. Se assim fosse ficava satisfeito, porque quando falavam de requalificação era certamente disso que estavam a falar. -----

----- A segunda pergunta tinha a ver, segundo disse, com uma afirmação que constava da informação escrita e relacionava-se com o parque infantil do Jardim José Ferreira. Pensava que já ali teria sido referenciada essa problemática, mas era uma problemática que gostava de perceber: é que estava dito na informação que por dificuldades de verba esse parque infantil ainda não tinha avançado e continuava à espera. A Câmara Municipal não tinha um projecto para esse parque infantil? Poderiam perceber que as crianças que utilizavam aquele espaço viessem a ter uma expectativa de em 2006 ou 2007 poderem vir a utilizar o espaço? Com certeza o Sr. Vereador diria que seria antes de 2006, porventura já em 2005 as crianças poderiam utilizar aquele parque, aliás, a exemplo daquilo que acontecera no último fim-de-semana. -----

----- E falava no último fim-de-semana porque o Sr. Presidente da Câmara também se referiu a ele aludindo à inauguração das obras, tendo tido o cuidado de dizer, como alguma comunicação social referenciara também, que foram feitas referências ao facto das obras terem sido iniciadas no mandato passado. Mas, a propósito dessa matéria, desejava dizer que continuavam a não se conformar com o facto de ter havido um lapso de tempo tão prolongado para essas inaugurações. Sobretudo não percebiam qual foi a necessidade de alguns equipamentos estarem fechados durante dois anos e haver, por isso, uma manifesta perda de qualidade de vida para os seus utentes e potenciais utilizadores. Esta era uma questão que também importava equacionar, sobretudo para perceberem e poderem avaliar o que teria corrido mal. Não lhe passava sequer pela cabeça que esse lapso de tempo tivesse a ver com qualquer conteúdo de calendários eleitorais, até porque não estava agora nenhuma eleição no horizonte, aparentemente, portanto não teria a ver com isso, mas o Sr. Vereador certamente esclareceria as suas dúvidas sobre essa matéria. -----

----- Depois, disse que a informação escrita era exaustiva, diria, como já disse várias vezes, que nalgumas matérias era exaustiva em demasia, do seu ponto de vista não havia necessidade de terem tanta informação, e julga que falta a avaliação da

qualidade da informação. Do seu ponto de vista, ainda não tinha sido possível, da parte de quem coordenava a edição, encontrar um ponto de equilíbrio entre aquilo que era necessário ser distribuído e aquilo que manifestamente era acessório, porque, às vezes, o excesso de informação, como todos sabiam, não informava. Também queria crer que não havia ali segunda intenção, mas que realmente havia informação excessiva, isso era verdade. Portanto, era mais um pedido que deixava ao Sr. Vereador no sentido de procurar melhorar a qualidade do produto, porque com isso ganhariam todos. -----

----- Aludindo à questão da segurança, disse que na informação escrita havia uma elencagem exaustiva do número de agentes utilizados na segurança, falava-se, mas haveria aí certamente um erro, em 10.531 agentes da Polícia Municipal utilizados em questões de segurança da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal nos actos públicos, o que lhe parecia-lhe manifestamente excessivo. Havia ali um erro certamente! Só podiam ser horas, se fossem horas admitia que sim, mas era uma lacuna que merecia a pena ser corrigida. Portanto, era uma informação excessiva e do seu ponto de vista errada. -----

----- Mas enquanto tinham esse número, que era um número significativo e demonstrava um esforço muito grande da Polícia Municipal em acções de segurança, por exemplo dos actos públicos na Assembleia Municipal, na Câmara e do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores, o que era normal, os excessos não eram aí, eram outros, não queria entrar por aí agora, mas queria perguntar uma coisa relacionada com a Escola Segura. É que, ao contrário da enorme e exaustiva preocupação em referir os números noutras actividades, aí apenas se dizia: “incentivou-se e intensificou-se o esforço de vigilância”. -----

----- E não deixava de ser curioso que numa área tão sensível, uma área que tinha tanto a ver com a qualidade de vida das crianças, não tivesse havido a preocupação de fazer a quantificação necessária. Esta era uma lacuna essencial porque foi uma preocupação do Senhor Presidente da Câmara, todos se lembravam daquilo que foram as suas primeiras acções nessa matéria, e actualmente estavam num *low profile* muito, muito pronunciado, diria mesmo que o Escola Segura, infelizmente, já acabara na Cidade de Lisboa, o que era um drama mas também sobre essa matéria o Sr. Vereador certamente o iria desmentir, iria dizer-lhe que quanto a isso estava redondamente enganado. Mas, se assim fosse, saudá-lo-ia porque aí a Cidade de Lisboa manifestamente ficava a ganhar. -----

----- Disse, ainda, que a lei referia que uma das funções da Assembleia Municipal era fiscalizar os actos das empresas públicas municipais, e, de facto, têm procurado fazer esse acompanhamento sem serem muito exaustivos. Mas importava que comessem a ter uma maior preocupação, designadamente quando, e bem, não havia aí qualquer crítica, a Câmara Municipal estava a utilizar como parceiros privilegiados algumas das suas empresas: a EPUL, a EMEL e a EGEAC, portanto havia agora ali uma interligação enorme entre o Executivo municipal e os executivos não municipais. “Estou a glosar, obviamente, porque passamos a ter vários executivos municipais”. ----

----- Mas essa era uma situação nova, sobretudo porque muitos dos que ali estavam não se esqueceram das críticas que eram feitas no mandato anterior às relações que existiam entre a Câmara Municipal e as empresas públicas municipais. Portanto, nada mudou para a agora oposição, mas algo tinha mudado para a então oposição que agora estava no poder. -----

----- Essa era uma questão importante mas sobre ela a informação que era dada era manifestamente redutora, pelo que o apelo que fazia era que, sobre essa matéria, se informasse um bocadinho mais. Se a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara era exaustiva, pessoalmente diria em demasia, o certo era que a informação sobre as empresas municipais era quase inexistente. Sobretudo falava em programas, em projectos, mas isso todos aqueles que tinham obrigação de acompanhar essa matéria – diria o prazer – já sabiam daquilo que estavam a ler, pelo que era preciso algo mais. Tinham direito a ter uma maior informação, pelo que pedia, encarecidamente, que com a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara passassem a ter também a informação das empresas públicas municipais, porque assim passavam a poder acompanhar uma área onde manifestamente tinham responsabilidades. -----

----- Por fim, disse que reiteradamente reivindicaram, e já foi aprovado várias vezes, que a Assembleia Municipal gostava de receber os contratos que a EPUL celebrara no âmbito das relações com o Parque Mayer, mas continuavam à espera. Entendia que avaliar e continuar a informação escrita sem ter esses dados não podia continuar. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, perguntou ao Deputado Municipal Dias Baptista se tinha conhecimento da realização de uma reunião recente da Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana, onde esteve presente a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, que levou todos os projectos que a Câmara estava a implementar no âmbito da reabilitação urbana – esteve presente a Deputada Municipal Ana Sara Brito, representante do PS – e onde explicara em concreto os vários programas em curso, fazendo claramente a distinção entre o que era reabilitação e o que era apenas e só recuperação de fachadas, porque a alguns prédios bastava a recuperação da fachada porque não careciam de reabilitação. -----

----- Portanto, porque essas explicações foram todas dadas estranhava algumas das perguntas e considerandos que fez nessa matéria, porque, de facto, a oposição que tantas vezes se queixava que a Câmara não dava a informação devida, neste caso teve a informação dada pela Sra. Vereadora numa reunião que foi interessantíssima e produtiva, e estava um representante do PS nessa reunião. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves já o habituara a não compreender aquilo que ele dizia. Já sabia que tinha uma grande dificuldade de comunicar, dava isso de barato, aliás estava a dizer isso mesmo ao Sr. Vereador Pedro Pinto. Portanto, para si perfeitamente claro, não tinha dúvidas nenhuma sobre essa matéria. -----

----- Rematou o esclarecimento com uma pergunta: “estive nessa reunião? Viu-me lá?-

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)** respondeu que esteve nessa reunião e, de facto, o Deputado Municipal Dias Baptista não estava lá. Mas estavam representantes do PS! Supunha que isso era um défice de comunicação interna dentro do PS. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, deu a palavra à Câmara para responder às questões colocadas. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra, disse que havia dois programas estabelecidos com a EPUL: um era o Bairros Históricos a Cores e outro o Lisboa a Cores. O Bairros Históricos a Cores era um programa em que a Câmara participava com 50%, o resto era mecenato e, efectivamente, só servia para pintar as fachadas, limpar coberturas, arranjar janelas e colocar os fios de electricidade, os pratos da TV Cabo e esse tipo de coisas dentro das fachadas. Eram edifícios escolhidos pelas Unidades de Projecto, edifícios em bom estado porque era óbvio que não iam recuperar fachadas de edifícios em mau estado de conservação, pois esses entravam nos programas da Câmara, nas ETDs que estavam já adjudicadas e em obra. -----

----- Este programa, portanto, era aplicado em prédios que praticamente só precisavam de uma lavagem de cara, era mais uma imagem turística. -----

----- Por outro lado, no Lisboa a Cores eram transferidos para a EPUL alguns edifícios da Câmara que, com a associação de privados, conforme já foi debatido da Assembleia, os reabilitava. Portanto, a Câmara estava a fazer a reabilitação de edifícios, nalguns casos estavam as Unidades de Projecto a fazer o levantamento de pequenas obras como, por exemplo, introduzir casas de banho em edifícios que as não tinham, e eram obras que as Unidades de Projecto iam lançar rapidamente. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, começou por dizer que sobre a questão levantada pelo Deputado Municipal do PEV já conversaram os dois e iriam agora junto da Sra. Vereadora do Urbanismo para tentar especificar a matéria ao máximo possível. -----

----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal José Godinho, que falou na Feira Popular e no teatro de revista, disse que adorava teatro de revista mas ficava-se por aí, não fazia qualquer referência acrescida. -----

----- Quanto à intervenção do Deputado Municipal Orlando Claro, Presidente da Junta de Freguesia da Pena, disse que no que dizia respeito ao protocolo dos espaços verdes era verdade aquilo que referira. Era verdade que havia uma verba que era necessário acertar no passado, pessoalmente estava convencido que já estaria feito esse acerto mas, não estando, teria que ser feito no futuro. O critério foi que feitas as transferências com base no protocolo anterior, depois se faria o acerto e se pagaria o restante que faltava pagar. Mas não podiam estar à espera desses acertos para transferir as verbas, porque se não ainda assistiriam a mais atrasos nos pagamentos, como já hoje ali foi referido por alguns Presidentes de Junta. Era uma realidade que estavam agora a ser feitas negociações com todos os Presidentes de Junta para serem acertadas, em definitivo, as verbas para os protocolos dos espaços verdes. -----

----- Relativamente ao complexo desportivo de Chelas, disse que Marvila estava em franco desenvolvimento realmente, e se o complexo seria de Chelas ou de Marvila o não era de todo importante. Essa questão normalmente tinha a ver com a tradição das zonas. Mas mais importante que o nome era que esse grande complexo desportivo viesse a ser feito o mais rapidamente possível, para satisfação do Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, e sua. -----

----- Acerca do que disse o Deputado Municipal Dias Baptista, referiu que não o contestava tanto quanto ele dizia, até porque normalmente levantava questões de alguma forma pertinentes às quais procurava sempre responder-lhe quando era capaz, porque quando não era capaz não o fazia e dava um exemplo concreto disso mesmo. Tentara colher informações sobre o que se passava com o parque infantil de Alvalade, até agora ainda não lhe chegaram pelo que esperava poder responder-lhe sobre essa matéria na próxima reunião. -----

----- No que dizia respeito ao lapso de tempo decorrido para a abertura não só do pavilhão de Santa Catarina como também da piscina de Alfama, disse que só com alguma celeridade e talvez com alguma interpretação muito extensiva conseguiram encontrar soluções concretas. Porque estavam a falar de questões em que nalguns casos até os próprios empreiteiros tinham falido, e na legislação normal, como era sabido, não se encontravam soluções expeditas para que as obras continuassem e não poderiam ficar sujeitos ao lançamento de novos concursos, porque, nesse caso, o tempo decorrido teria sido, provavelmente, muito superior. Mas também aí o importante, independentemente dos problemas que ainda existiam para solucionar com algumas dessas empreitadas, era que esses equipamentos abrissem. -----

----- Quanto à fiscalização das empresas municipais, disse que era bom que o PS fizesse referência a um novo empenho que existia em relação à sua utilização. Pensava que o empenho era o mesmo, só que, se calhar, agora falava-se mais nisso do que se falava dantes. Dantes não havia grande fiscalização, e isto não comportava crítica, perguntou se havia e a resposta foi que não, que não havia essa prática, mas a questão que o Deputado Municipal Dias Baptista levantou era boa. Não havia no passado, estava errado, reconheceu isso tudo bem, entendia que agora devia haver e pessoalmente também achava que a fiscalização deveria ser feita e que à Assembleia deveriam ser fornecidas as mesmas matérias de fiscalização que eram fornecidas aos Vereadores. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que a sua intenção era, como sempre foi e iria continuar a ser, construtiva, não tinha ali nenhum carácter destrutivo. -----

----- Disse que aceitava que o Sr. Vereador percebeu, mas este comentário poderia não ser para o Sr. Vereador. Tinha que se dirigir a ele mas, obviamente, podia não ser para ele, era para a sua bancada e para a outra bancada que também apoiava o Executivo municipal, mais concretamente. -----

----- Sabia que tiveram dificuldade em encontrar o parque, mas o certo era que se tinha referido ao parque que constava da própria informação escrita. Foi esse que os

serviços escreveram, portanto eram os serviços que tinham que identificar qual era, não era ele que teria que o fazer. -----

----- Quanto às empresas municipais, disse que não havia alteração nenhuma da parte do PS, pois, tal como referira, a posição mantinha-se. Havia ali uma *nuance*: a posição das bancadas do PSD e do CDS-PP é que se alterara porque agora achavam que não era necessário, o PS é que entendia que havia uma manifesta alteração na actividade do Executivo no que dizia respeito à utilização dessas empresas municipais, o que justificava que tivessem um acompanhamento diferente. -----

----- E também – desejava dizer isso porque era uma questão muito importante – porque houve uma alteração legislativa, alteração legislativa essa que resultava da última revisão da Lei 169/99, que introduzira essa norma que não existia anteriormente. Portanto, deviam utilizar os instrumentos que tinham ao dispor. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, no uso da palavra, referiu que apenas queria dizer ao Deputado Municipal Dias Baptista, que referiu que o PSD mudara de posição, que não mudaram de posição porquanto sempre pediram à Câmara – e lembrava-se que quando era Vereador o fez várias vezes – que integrasse nos seus relatórios um resumo das actividades das empresas municipais. E quando o Deputado Municipal Dias Baptista dizia que só agora é que a Lei consagrava, era verdade que sim, que só agora na Lei Autárquica isso foi consagrado, mas na Lei geral já há muito tempo estava consagrado esse princípio. -----

----- Portanto, não era preciso a Lei Autárquica dizer que era preciso esse relatório, porque a Lei geral já o dizia há muitos anos. -----

----- **O Deputado Municipal Orlando Claro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Pena, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, começou por dizer que se congratulavam com a explicação que foi dada pelo Sr. Vereador Pedro Pinto em relação ao protocolo dos espaços verdes, mas recordava que tinha lançado uma pergunta em relação aos protocolos não cabimentados, por mais uma lacuna da Câmara, e também uma outra em relação à obra que estava a ser feita na confluência da Rua de São Lázaro com a Travessa do Hospital, e nenhuma delas foi respondida. --

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto** respondeu dizendo que não queria entrar em polémica com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Pena, de maneira nenhuma. O princípio que era adoptado para os protocolos era o mesmo, tanto para os espaços verdes como para os outros. Os protocolos que existiam eram para ser cumpridos e, portanto, não havia protocolos não cabimentados! -----

----- O que acontecia era que havia uma série de Juntas de Freguesia que em relação a algumas áreas não tinham protocolo estabelecido, mas isso não acontecia só na Freguesia da Pena, acontecia também noutras freguesias. Por isso, às vezes, quando se discutiam ali os valores com que estava cada uma das Juntas globalmente chegavam à conclusão de números que era preciso ter algum cuidado quando se fazia a sua comparação, embora tivessem que encontrar um critério em definitivo, teriam que se sentar todos à mesa para se perceber realmente quais os valores que faziam parte dos protocolos. -----

----- Mas os protocolos que estavam assinados teriam que ser cumpridos, e havia cabimentação, de certeza absoluta, para eles todos. -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 182/2004 – APROVAR O PROJECTO FINAL DO REGULAMENTO PARA A PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 182/2004 -----

----- “Considerando que, -----

----- A Lei n.º 9/89 de 2 de Maio visando promover e garantir o exercício dos direitos que a Constituição da República Portuguesa consagra nos domínios da prevenção da deficiência, do tratamento, da reabilitação e da equiparação de oportunidades da pessoa com deficiência, veio dispor no seu artigo 24.º que «O regime legal em matéria de urbanismo e habitação deve ter como um dos seus objectivos facilitar às pessoas com deficiência o acesso à utilização do meio edificado, incluindo os espaços exteriores...», devendo, para este efeito, «...a legislação aplicável ser revista e incluir obrigatoriamente medidas de eliminação das barreiras arquitectónicas»; -----

----- No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido por esta lei, veio o D.L. n.º 123/97 de 22 de Maio aprovar as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente através da supressão das barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública; -----

----- Por deliberação n.º 652/CM/2003, aprovada por unanimidade na reunião de Câmara de dia 12 de Novembro de 2003, foi aprovada a submissão a apreciação pública, pelo período de 30 dias, e nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e das disposições conjugadas dos artigos 117.º e 118.º do CPA, do projecto de Regulamento para a Promoção da Acessibilidade e Mobilidade do Município de Lisboa, período durante o qual deveriam ser ouvidas as entidades representativas dos principais intervenientes nesta matéria como sejam a Ordem dos Arquitectos, a Ordem dos Engenheiros, a Associação de Empresas de Construções e Obras Públicas (AECOPS) e a Associação de Indústrias de Construção de Edifícios (AICE), bem como as Associações representativas das pessoas com mobilidade condicionada; -----

----- Em 13 de Novembro de 2003 foi publicado o despacho n.º 306/P/2003 que determinou a criação da Comissão Cidade Aberta, a qual deve assegurar a prossecução de uma política de acessibilidade com o objectivo de transformar o espaço público, o edificado de utilização pública e os sistemas de comunicação e transporte por forma a ter um uso não discriminatório, assegurando a visitabilidade do espaço público e equipamentos, promovendo os princípios e técnicas de planeamento urbanístico e projecto que conduzam à inclusão social através do desenho; -----

----- Na prossecução dessa política compete, também, à Comissão Cidade Aberta implementar a aplicação do D.L. n.º 123/97 e promover a criação de normas e

soluções técnicas que favoreçam as condições de acessibilidade e mobilidade no espaço urbano da cidade de Lisboa; -----

----- Em sede de apreciação pública foram consultadas várias entidades, as quais constam da listagem anexa a esta proposta, tendo-se pronunciado a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), a Associação de Empresas de Construções e Obras Públicas (AECOPS), a Associação Portuguesa de Deficientes, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Mentais Adultos (CEDEMA), a Secção I do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência, a Comissão Cidade Aberta, a Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM) e a Ordem dos Arquitectos; -----

----- O projecto final do Regulamento Municipal para a Promoção da Acessibilidade e Mobilidade Pedonal baseou-se nas sugestões das várias entidades que se pronunciaram, com especial relevo para as alterações sugeridas pela Comissão Cidade Aberta, enquanto entidade multidisciplinar especialmente vocacionada para o tratamento destas questões, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Nos termos e para os efeitos do artigo 112º, n.º 8 e 241º da CRP conjugados com o artigo 64º, n.º 6 – a) e 53º, n.º 2 – c) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o projecto final do Regulamento Municipal para a Promoção da Acessibilidade e Mobilidade Pedonal, anexo à presente proposta.” -----

----- (O projecto de regulamento, anexo à presente proposta, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica, junto da mesma, devidamente arquivado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que esta proposta, que tinha a ver com o projecto de regulamento para a promoção de acessibilidade e mobilidade pedonal, era, no entender do PS, extremamente interessante e representava para todos, em especial para as pessoas com deficiência, o eliminar das barreiras arquitectónicas no meio edificado e nos espaços exteriores. Ou seja, oferta de qualidade de vida para todos, incluindo nesse “todos” aqueles que, por qualquer motivo, tinham uma deficiência ou eram diferentes, mas tinham direitos iguais. -----

----- Dizia o Sr. Presidente da Câmara, na reunião do Executivo, que esta deveria ser uma prioridade absoluta para qualquer autarquia e, portanto, para Lisboa, com o que concordavam. Esta etapa agora apresentada, apesar de tudo era mais fácil. O que para o PS era mais importante era pôr em prática este regulamento e fiscalizá-lo, porque o grande problema do País, muitas vezes, não era a inexistência de leis. Elas existiam, a sua concretização é que era difícil! -----

----- Portanto, congratulava-se com a proposta, com esta iniciativa, e esperava, em nome de todos aqueles que percorriam a cidade, fossem residentes, fossem visitantes

ou deficientes, que Lisboa oferecesse qualidade de vida desejada, quer aos tinham deficiência, quer aos que a não tinham. -----

----- Mas, repetiu, neste caso o importante era executar e fiscalizar. Esperava o seu cumprimento e o seu controlo, e apontava um exemplo que já vinha de há bastantes anos atrás, a colocação de sinais sonoros para os invisuais, que não eram fiscalizados, não eram controlados e podiam até ser prejudiciais. Foi no mandato do Eng^o Abecasis, autarca com quem uns concordaram, outros discordaram e ela concordara muitas vezes, que esses sinais foram instalados, mas era verdade que se eles não fossem fiscalizados poderiam causar problemas porque podiam dar sinal de atravessamento a invisuais e eles não poderem efectivamente atravessar. -----

----- Portanto, o regulamento em apreciação era muito importante, mas era muito mais importante que depois de executado fosse fiscalizado e se exercesse sobre ele um grande controlo, para que daqui a um ano, próximo do final do mandato, pudessem ali dizer que o regulamento tinha sido aprovado e posto em execução, e ainda bem porque constitui um exemplo para as outras cidades. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, depois de referir que o PCP iria votar favoravelmente a proposta em apreciação, sobre as barreiras arquitectónicas, disse que subscrevia inteiramente o que acabou de dizer a Deputada Municipal Ana Sara Brito. -----

----- Disse, depois, que este regulamento surgia na sequência de uma legislação geral, aprovada em 1997, que agora era aplicada à Câmara. E, como no preâmbulo se referia, desde 1980 que a Câmara tem tido alguma atenção em relação a esta questão, acrescentando, ainda, que existem 50.000 pessoas com deficiência no Distrito, e cerca de 30.000 invisuais. Era um aspecto extremamente importante, mas havia carência de legislação e, sobretudo, carência de fiscalização. -----

----- Portanto, era importante referir que desde 1980 a Câmara sempre se preocupou com este problema durante todos os mandatos. -----

----- Por exemplo, a Sala da Assembleia tinha condições de acesso a pessoas com deficiência, porque tinha duas rampas e um aparelho elevatório. E também aqui bem perto, uma obra importante feita pela coligação de esquerda na Av. João XXI, era relativamente exemplar porque os deficientes motores podiam circular em toda essa zona. -----

----- Também aqui perto, no edifício do Ministério do Trabalho, na Praça de Londres, onde trabalhavam 800 funcionários alguns dos quais deficientes motores, não havia acesso para eles. Ele próprio, como funcionário, pediu à Câmara que do lado da Av. Marconi subisse o passeio para que houvesse possibilidades de acesso aos deficientes, e a Câmara, de imediato, resolvera o problema. -----

----- Portanto, tratava-se de um regulamento importante, o que era preciso é que fosse levado à prática. E daí que o PCP aplaudisse, naturalmente, a continuação de uma obra em que todos os Executivos tinham feitos, embora tivesse ainda muitas carências. -----

----- Disse, ainda, que o PCP não poria quaisquer reticências no seu voto se não tivesse lido, há bem poucos dias, uma notícia no jornal Público, que, essa sim, o

preocupava e, aparentemente, contradizia afirmações do Sr. Presidente da Câmara, que considerava este problema uma prioridade. -----

----- Tratava-se de uma questão no Parque da Bela Vista, referindo a notícia, a propósito do Rock in Rio: “Os acessos que existiam ao parque, eram todos, à excepção de um, feitos por rampas, o que era perfeitamente normal já que a vocação do parque para o lazer e a prática do desporto era evidente. As rampas facilitavam os carris de bebé e a circulação de pessoas deficientes. Acontece que as ditas obras de beneficiação do parque, que estão a realizar-se, não contemplam rampas de acesso. As rampas que existiam foram substituídas por escadas e todos os acessos são por escadas, alguns com vários lances e outras por dezenas de degraus. É pena que uma obra desta envergadura, etc. ...” -----

----- Pessoalmente acreditava que isso não era verdade, porque, senão, punha em causa a Câmara. Mas, porque estavam presentes os Srs. Vereadores, desejava que esclarecessem se isso era efectivamente verdade. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para responder à questão que acabava de ser colocada, disse que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marvila estava lá e acompanhava a obra todos os dias, sabia perfeitamente como era que aquilo estava e como está agora. Podiam fazer muitos erros, mas essa foi uma das questões que a Junta de Freguesia levantou sempre nas reuniões que tiveram, e isso estava lá feito. Aliás, não só estava feita a rampa para os deficientes como também estava feito um espaço dentro do próprio local do evento que seria dedicado apenas aos deficientes, o que era algo que provavelmente nunca existira em qualquer outro evento em Portugal, anteriormente. -----

----- Não queria chamar só para a Câmara a realização do evento porque ele teve a participação de muitos, mas queria descansar o Deputado Municipal Feliciano David dizendo-lhe que o que citou era uma notícia, e como notícia que era que a aceitasse como tal. -----

----- Se quisesse mais esclarecimentos, sem qualquer hipocrisia, como sua testemunha nesta matéria podia chamar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, com quem discutiram o problema. Aliás, fizeram um pórtico espectacular que teve que ser mais caro exactamente para que se provocasse uma entrada de outra natureza, só para os deficientes, que depois tinha implicações no sistema de bilheteira porque era necessário um controlo mecânico que tinha que ser feito. -----

----- Portanto, houve realmente esses cuidados pelo que podia dizer ao Deputado Municipal Feliciano David que ficasse descansado, porque não seria com certeza pelo que foi feito no Parque da Bela Vista que deixariam de votar favoravelmente a proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, novamente no uso da palavra, disse que se congratulava com o que o Sr. Vereador acabava de dizer, mas lembrava que não tinha feito acusação nenhuma. Apenas tinha colocado uma questão e fez uma pergunta, acrescentando mesmo que não acreditava que o que essa notícia referia fosse verdade. -----

----- E, desmentida essa notícia pelo Sr. Vereador, o PCP não punha quaisquer reticências para votar favoravelmente a proposta. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 182/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, aparte da acta referente á deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA 200/2004 – APROVAR O ADITAMENTO AO CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, REFERENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA DO OURO Nº 49, E RESPECTIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 200/2004 -----

----- “Considerando que: -----

----- No âmbito do Processo Privativo n.º 26/DGI/03, a Assembleia Municipal de Lisboa, aprovou, em 25.02.2003, a aquisição do prédio sito na Rua Áurea, n.º 49 e Rua Nova do Almada, n.º 2, com frente também para a Rua de São Julião e para a Rua da Conceição, para instalação de Serviços Municipais, por proposta da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- Este Órgão aprovou ainda a minuta do Contrato-Promessa de Compra e Venda a celebrar entre o Município e a Caixa Geral de Depósitos; -----

----- O Contrato-Promessa, assinado em 18 de Junho de 2003, previa no seu ponto 5. que a Caixa Geral de Depósitos desocuparia a cave, rés-do-chão e 1.º andar do prédio objecto do Contrato, quando tivesse realizado as obras de recuperação e adaptação que se propunha levar a efeito no seu edifício da Rua Augusta, n.º 24, em Lisboa, para onde projectava transferir os serviços que ora ocupam os referidos andares; -----

----- A aludida transferência dos serviços da Promitente Vendedora era condição para a celebração da Escritura de Compra e Venda do imóvel, o que a mesma previa inicialmente levar a efeito no prazo de 18 meses a contar da assinatura do Contrato-Promessa; -----

----- A Promitente Vendedora ainda não deu início às referidas obras de recuperação e adaptação, o que inviabilizará a outorga da escritura no prazo inicialmente previsto, ou seja, até ao final do ano de 2004; -----

----- A CML tem vindo a cumprir com o plano de pagamentos estipulado no Contrato-Promessa; -----

----- A repartição de encargos com a presente aquisição, prevista na Proposta n.º 77/2003, estabelecia 1.425.000 € para o ano de 2003 e 17.575.000 € para o ano de 2004; -----

----- A CML já cabimentou no Orçamento Municipal de 2004 o montante de 17.575.000 €, para cumprimento do compromisso assumido para este ano com o presente Contrato; -----

----- A Cláusula Sexta do Contrato-Promessa prevê o acordo das partes em ajustar os termos e condições do mesmo, caso existam factos susceptíveis de alterar os pressupostos contratuais; -----

----- Existe a concordância da Promitente Vendedora em alargar o prazo para a celebração da escritura até ao final do 1.º trimestre de 2005, com o pagamento pela CML das quantias de 925.000 € em Março de 2004, 925.000 € em Setembro de 2004 e a restante parte do preço, no montante de 15.725.000 € no acto da celebração da Escritura, celebrando para o efeito um aditamento ao Contrato-Promessa; -----

----- A CML já ocupa os 3.º, 4.º e 5.º andares do referido prédio; -----

----- Atenta a inviabilização do cumprimento do prazo para celebração da Escritura, existe a necessidade da CML utilizar as verbas previstas para este compromisso em outras aquisições de interesse municipal; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto no artigo 64.º, n.º 6, alínea a) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão: -----

----- A minuta do aditamento ao Contrato-Promessa de Compra e Venda, celebrado entre o Município de Lisboa e a Caixa Geral de Depósitos, que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta. -----

----- ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS -----

----- Repartição de Encargos: -----

----- 1.850.000 € - 2004 -----

----- 15.725.000 € - 2005 -----

----- Esta despesa, já autorizada, tem enquadramento orçamental na Acção de Plano 03/05/A101/08 da orgânica 01.05 e económica 07.01.03.01.06. -----

----- Proc. “E” 56/03 – Proc. Privativo 29/DGI/03.” -----

----- (O aditamento ao Contrato-Promessa de compra e venda, anexo à presente proposta, fica devidamente arquivado, junto da mesma, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Senhor Presidente**, disse que o Deputado Municipal José Maria Ribeiro Rodrigues, do Partido Socialista, entregou na Mesa uma declaração onde comunicava que não tomaria parte na discussão e votação da proposta 200/2004, por conflito de interesses. -----

----- Seguidamente, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 200/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, aparte da acta referente á deliberação acabada de tomar. -----

----- Depois informou que em Conferência de Representantes foi aprovado que apreciassem e votassem a proposta 240/2004, ponto 12 do aditamento, pelo que se ia passar a esse ponto. -----

----- PONTO 12 – PROPOSTA 240/2004 – APROVAR AS ACTAS DAS REUNIÕES DA COMISSÃO ARBITRAL E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS ASSIM COMO RATIFICAR OS ACTOS DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA INERENTES À FUNDAÇÃO “O SÉCULO AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA”, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 E ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 240/2004 -----

----- “Considerando, -----

----- - O Protocolo de Acordo celebrado entre o Município de Lisboa e a Fundação “O Século ao Serviço da Infância Desprotegida” em 22 de Julho de 2003 e ratificado pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 28 de Outubro de 2003, anexo a presente proposta, em cujas clausulas quarta e sexta a CML assumiu o compromisso de garantir a Fundação a obtenção de receitas mensais equivalentes as medias dos últimos cinco anos, bem como o pagamento de uma contribuição anual no caso de a Fundação não participar na gestão do novo parque de diversões; -----

----- - Que no âmbito desse Protocolo foi determinada a constituição de uma comissão arbitral para apuramento efectivo dos montantes referidos nas respectivas clausulas quarta e sexta; -----

----- - As actas das reuniões da comissão arbitral, datadas de 16.12.2003, 05.01.2004, 07.01.2004 e 14.01.2004, bem como o parecer do revisor oficial de contas, de 14.01.2004, nomeado para o efeito, que fazem parte integrante da presente proposta;

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere submeter a aprovação da Assembleia Municipal: -----

----- 1 - Nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a aprovação das actas das reuniões da comissão arbitral e parecer do revisor oficial de contas supra referidos, com autorização para realizado da despesa correspondente aos montantes apurados nesse âmbito; -----

----- 2 - Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do D.L. n.º 442/91 de 15 de Novembro, com a redacção introduzida pelo D.L. n.º 6/96 de 31 de Janeiro, a ratificação dos actos de autorização de despesa, fundamentados em circunstancias excepcionais e urgentes, no montante total de 800.000 (oitocentos mil) Euros, praticados pela Senhora Vice-Presidente, de acordo com os valores apurados pela comissão arbitral, ao abrigo da clausula quarta, ponto um, do protocolo supra referido.” -----

----- **O Senhor Presidente**, disse que os Deputado Municipais António Manuel Dias Baptista e Custódia Fernandes Costa, do Partido Socialista, entregaram na Mesa declarações individuais onde comunicavam que não tomariam parte na discussão e votação da proposta 240/2004, o primeiro por exercer, a título gratuito, as funções de Curador da Fundação “O Século”, e a segunda por pertencer aos corpos gerentes da mesma Fundação. -----

----- Depois, dado que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à votação a proposta 240/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, aparte da acta referente á deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, apelou à participação dos membros das Comissões Permanentes de Intervenção Social, Cultura, e Igualdade de Oportunidades, da Mesa, dos representantes dos Grupos Municipais e dos Presidentes de Junta, na reunião com a Universidade Lusófona, no próximo dia 3 de Maio, às 16 horas. Trata-se de um projecto sobre comportamentos desviantes, toxicoddependência, trabalhos de equipa da Universidade com as Juntas de Freguesia, e gostaria que todos participassem para poder estabelecer protocolos de trabalho com essa Universidade. --

----- Depois, disse que tinham um voto de solidariedade para com o Deputado Municipal Magalhães Silva, Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, que foi redigido pela Deputada Municipal Ana Sara Brito e que lhe iria ser enviado. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que esta Sessão Ordinária prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dia 4 de Maio, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas e 10 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeira Secretária, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----